

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ISABELA MARIA MARASSI RUBIRA

**DIGA-ME ONDE MORAS QUE TE DIREI QUEM ÉS: UM OLHAR
SOBRE O PEQUENO MUNICÍPIO DE GUAIRAÇÁ - PR**

**CURITIBA - PR
2011**

ISABELA MARIA MARASSI RUBIRA

**DIGA-ME ONDE MORAS QUE TE DIREI QUEM ÉS: UM OLHAR
SOBRE O PEQUENO MUNICÍPIO DE GUAIRAÇÁ – PR**

Dissertação de mestrado apresentada ao
programa de Pós-Graduação em Sociologia,
do setor de Ciências Humanas, Letras e Artes
da Universidade Federal Do Paraná – UFPR.,
para obtenção do título de mestre.

Orientadora: Prof. Dr. Maria Tarcisa Silva
Bega

CURITIBA - PR

2011

ISABELA MARIA MARASSI RUBIRA

**DIGA-ME ONDE MORAS QUE TE DIREI QUEM ÉS: UM OLHAR
SOBRE O PEQUENO MUNICÍPIO DE GUAIRAÇÁ - PR**

Dissertação de mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em Sociologia do setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal Do Paraná – UFPR, como requisito parcial à obtenção do título de mestre.

Orientadora: Prof. Dr. Maria Tarcisa Silva Bega

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Maria Tarcisa Silva Bega
UFPR – Universidade Federal do Paraná

Prof. Dr. Alfio Brandenburg
UFPR – Universidade Federal do Paraná

Prof^a. Dr^a Samira Kauchakje
PUC PR – Pontifícia Universidade Católica do
Paraná

Aprovada em ____ de ____ de ____.

Para Izaura Marassi

Agradecimentos

O meu primeiro agradecimento é para Professora Doutora Maria Tarcisa Silva Bega, minha orientadora. Uma das mulheres mais inteligentes que eu conheço. Mas não apenas isso. Ela tem a inteligência emocional extremamente aguçada e não desiste facilmente das pessoas. A ela devo a maior parte da conquista desse trabalho. Seguem os agradecimentos, não menos importantes. Agradeço ao meu amigo de pós-graduação, Anael Pinheiro de Ulhôa Cintra, meu “co-orientador”, que me ajudou em sugestões, correções, debates e incentivos. Está aí um professor potencial, tão rígido nas cobranças da dissertação, quanto um general! Para esses dois (pessoas fundamentais na elaboração deste trabalho) eu lamento não ter feito exatamente o que eles esperavam de mim; fosse pela minha teimosia, pelo meu cansaço... Para eles peço desculpas. Um agradecimento especial aos professores Ricardo Costa de Oliveira e Alfio Brandenburg que fizeram parte da minha banca de qualificação e sinalizaram apontamentos importantes. Ao professor Alfio eu agradeço pela experiência e sabedoria em apontar os erros cruciais da dissertação e me fazer perceber uma nova possibilidade, quando tudo parecia perdido. Tudo que eu vivi na Universidade Federal do Paraná, entre os anos de 2009 e 2011, só me trazem boas lembranças. Agradeço a Bolsa de Estudos CNPq/REUNI por viabilizar recursos financeiros para esta pesquisa. Aos colegas da pós-graduação, Maurício, Thiago, Douglas, Zé e a querida Fernanda. Em especial, eu agradeço ao meu melhor amigo, Edmar Almeida de Macedo, nas horas boas e ruins, a quem eu não irei nunca esquecer. Aos moradores de Guairaçá, que colaboraram para a construção desse trabalho e, principalmente, tiveram coragem de se expor, meus mais sinceros agradecimentos. Por fim, meu profundo agradecimento à minha família, em especial, Ivone Rubira de Alencar Arrais e Antônio Glaucione de Alencar Arrais, pessoas incríveis. Para todos aqueles que acreditam na pesquisa, que buscam o conhecimento e lutam por uma sociedade mais justa.

Não me envergonho de mudar de idéia, porque
não me envergonho de pensar (Pascal).

RUBIRA, Isabela Maria Marassi. Diga-me onde moras que te direi quem és: um olhar sobre o pequeno município de Guairaçá – Pr.120 f. Dissertação de Mestrado em Sociologia – UFPR – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

RESUMO

Pequenos municípios brasileiros tendem a uma realidade que converge, no mesmo espaço, características do universo urbano como arruamentos, oferta de bens e serviços, relativa efervescência cultural, tecnológica, e também o predomínio de áreas verdes, natureza, economia agrícola, tranquilidade, portanto, características de um universo rural; o que contribui para descaracterizar, na prática, os pequenos municípios como fundamentalmente urbanos. Tal convergência não exime os pequenos municípios das desigualdades sociais, ao contrário, podem acentua-las quando não se tem clareza da complementariedade entre rural e urbano, uma vez que as políticas públicas precisam ser condizentes com o lugar. O presente trabalho tem por objetivo compreender o modo de ser e viver em Guairaçá, no sentido de caracterizar a identidade social de seus moradores. Para tanto, realiza-se entrevistas, por meio de história oral, na região central e periférica, para saber a percepção que os moradores têm de si mesmo e do espaço social onde vivem. Os resultados alcançados permitem a confirmação de que no pequeno município existem percepções não de um espaço complementar entre rural e urbano, mas sim unilateral, além de percepções que supervalorizam, desvalorizam ou são ilusórias ao lugar; e também a confirmação de que mesmo sendo um espaço tão pequeno é capaz de suscitar diferentes identidades sociais.

Palavras-chave: identidade social, pequeno município, urbanidade, ruralidade.

Rubira, Isabela Maria Marassi. Tell me where you live will tell you who it is: a look at the small city of Guairaçá-Pr. 120 f. Dissertation in Sociology – UFPR – Federal University of Paraná, Curitiba, 2011.

ABSTRACT

Small city tied to a reality that converges in the same space, characteristics of the urban universe as roads, supply of goods and services on cultural effervescence, technological, and the predominance of green areas, nature, agricultural, economics, peace, therefore, characteristics of a rural universe, which contributes to mischaracterize, in practice, mainly small towns as urban. This convergence does not exempt the small city of social inequalities, by contrast, can accentuate them when there is no clarity of complementarity between rural and urban areas, since public policy must be consistent with the place. The present work aims to understand the mode of being and living in Guairaçá, in order to characterize the social identities of its residents. To this end, interviews will take place through oral history, in the central and peripheral, to know the perception residents have of yourself and the social space where they live. The results provide confirmation that there are perceptions in the small city rather than a complementary space between rural and urban, but unilateral, and perceptions that overvalue, are illusory or devalue the place, and also confirmation that even though a space so little is capable of creating different social identity.

Key words: social identity, small city, urban, rural.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa Mesoregião Noroeste Paranaense.....	37
Figura 2 – Foto Aérea Panorâmica de Guairaçá.....	41
Figura 3 – Figura Município de Guairaçá Setor Censitário.....	44
Figura 4 – Gráfico Pirâmide Etária de Guairaçá.....	48
Figura 5 – Figura Esquema Centro e Periferia.....	57

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População Residente Segundo Situação do Domicílio –1970/2010.....	42
Tabela 2 – Taxas Médias Geométricas de Crescimento Anual- 1970/2010.....	43
Tabela 3 – População Residente Segundo Situação do Domicílio e Características de Migração - 1980.....	45
Tabela 4 – População Residente Segundo Situação do Domicílio e Tempo de Residência no Município - 1980.....	46
Tabela 5 – População Residente Segundo Situação do Domicílio e Tempo de Residência no Município - 2000.....	47
Tabela 6 – População residente segundo Situação do Domicílio e características de Migração – 2000.....	47
Tabela 7 – População Ocupada segundo atividades econômicas 2000.....	51
Tabela 8 Valor Adicional Fiscal Segundo Ramos de Atividade – 2000.....	52

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1 DO ESPAÇO SOCIAL AOS PEQUENOS MUNICIPIOS BRASILEIROS.....	26
1.1 A FORMAÇÃO DO ESPAÇO SOCIAL: RELAÇÕES DE PODER E DESIGUALDADE SOCIAL.....	26
1.2 OS PEQUENOS MUNICIPIOS BRASILEIROS.....	32
2 GUAIRACÁ: O MUNICÍPIO EM BUSCA DE SUA IDENTIDADE.....	37
2.1 MESOREGIÃO NOROESTE DO PARANÁ: O PROCESSO DE SUA OCUPAÇÃO...	37
2.2 GUAIRACÁ E SUA FORMAÇÃO.....	40
2.2.1 Aspectos populacionais.....	42
2.2.2 Infra-estrutura pública.....	49
2.2.3 Trabalho e ocupação.....	51
2.2.4 Índice de Desenvolvimento Humano – IDH.....	52
3 IDENTIDADE SOCIAL.....	54
3.1 AS FACES DA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE SOCIAL.....	54
3.2 A TRAMA SOCIAL E ESPACIAL.....	56
3.2.1 A percepção que se tem de si mesmo.....	56
a . O modo de vida dominante: representações sobre os bens que possuem e sobre a imagem que transmitem aos outros.....	56
3.2.2 As percepções do espaço onde vivem.....	70
a. O exercício das funções urbanas e rurais: representações sobre o trabalho e trajetória profissional.....	70
b. A intensidade do processo de urbanização: representações sobre o acesso de bens e serviços oferecidos pelo município.....	86
c. A presença do mundo rural na vida cotidiana: representações sobre o povoamento reduzido e as relações de interconhecimento.....	93

d. A dinâmica da sociabilidade local: representações sobre desigualdade social, relações de poder e percepção objetiva do espaço.....	97
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	109
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	113
ANEXOS.....	115
ANEXO I.....	116
ANEXO II.....	117
ANEXO III.....	118
ANEXO IV.....	119
ANEXO V.....	120

INTRODUÇÃO

Tubiacanga era uma pequena cidade de três ou quatro mil habitantes, muito pacífica, em cuja estação, de onde em onde, os expressos davam de parar. Há cinco anos não se registrava nela um furto ou roubo. As portas e janelas só eram usadas... Porque o rio as usava.

O ultimo crime notado em seu pobre cadastro fora o assassinato por ocasião das eleições municipais; mas, atendendo que o assassinato era do partido do governo, e a vítima da oposição, o acontecimento nada alterou os hábitos da cidade, continuando ela a exportar o seu café e a mirar as suas casas baixas e acanhadas nas escassas águas do pequeno rio que a batizava (Lima Barreto, 1922, p.43).

As palavras do jornalista e romancista Lima Barreto (1922) nos remetem a imagem da pacata cidade interiorana que num passado remoto não despertava grandes ambições. Era o lugar dos insólitos movimentos, onde o misticismo era crença recorrente e “Narciso achava feio o que não era espelho” (Caetano Veloso). Entre o encantamento das regiões interioranas e o que de fato acontece nesses lugares, persiste a dúvida de que se ainda existem no Brasil regiões que resistiram fielmente e de maneira intransponível ao desenvolvimento urbano.

Dúvidas à parte, o desenvolvimento urbano é marca registrada da contemporaneidade. Em nome do progresso, se vêem transformados valores, estilos de vida, padrões de comportamento, formas de sociabilidade principalmente nas grandes e médias cidades brasileiras.

Ao mesmo tempo tem-se o efeito erosivo dos valores pilares originários do projeto moderno, qual seja, as cidades contemporâneas como abrigo tolerante das diferenças sociais. Neste sentido, trabalhos científicos têm privilegiado estudos sobre as tendências que desde a metade do século XX insidiam na realidade brasileira como o crescimento populacional, iniquidade social, segregação espacial, condições de moradia, desemprego, tensão social, mobilidade social, marginalidade, violência e convivência entre diversas etnias.

Contudo, em pequenos municípios brasileiros o desenvolvimento urbano característico de grandes e médias cidades se expressa de maneira específica, cujo desvendamento ainda não é assunto corrente dos estudiosos. Se por um lado os pequenos aglomerados podem ser pensados como anti-sociedade industrial, como o lugar das relações de interconhecimento, das tradições, da atividade agrária, por outro, pode também ser pensado como o lugar onde começam a despontar indústrias capazes de conduzir ao processo de

urbanização, tal qual a modernidade pressupõe, embora as novas relações de trabalho não transformem totalmente o lugar em cidade espacialmente e socialmente estruturada. Não se pode negar ou mesmo desconsiderar os efeitos da racionalização urbana sobre os pequenos municípios, no entanto, sua população vive sob uma espécie de universo particular, o que faz com que sejam diferentes nas condições de vida, crenças, maneiras de se relacionarem, hábitos, saberes e formas de trabalhos. Trata-se da construção contemporânea dos pequenos municípios, imbricados de um universo rural e urbano.

Informações da Política Nacional de Assistência Social, (p.11), definem os municípios como pequenos municípios 1, com população não superior a 20 mil habitantes, pequenos municípios 2, com população entre 20.001 a 50.000, municípios médios com população entre 50.001 e 100.000, municípios grandes com população entre 100.001 e 900.000, metrópole com população acima de 900.000 habitantes; para melhor direcionamento de políticas públicas. Trataremos aqui dos pequenos municípios 01, cuja população é até 20 mil habitantes.

Embora a delimitação oficial dos espaços, os estudos sobre a realidade dos pequenos aglomerados brasileiros ainda são poucos¹ se compararmos com a quantidade de estudos sobre os grandes e médios centros urbanos e regiões metropolitanas que, ao longo das últimas décadas compõe a agenda de pesquisadores e serram fileiras nas prateleiras das bibliotecas acadêmicas. Um exemplo disso é o levantamento nas bibliotecas da própria Universidade Federal do Paraná - UFPR². No entanto, tornam-se interessantes os estudos sobre a construção contemporânea acerca dos pequenos municípios, uma vez que tem havido nos últimos anos um deslocamento dos centros de desenvolvimento industrial para regiões interioranas do Brasil, conforme aponta Veiga (2002)

Paralelo ao deslocamento dos centros de desenvolvimento industrial para regiões interioranas, o fato é que tem havido um processo de interseção de fronteiras entre o universo rural e urbano, em pequenos municípios brasileiros.

O IBGE institui o conceito oficial de que toda sede municipal é considerada urbana. Isto significa dizer que se considera urbanizada toda sede de município, por menor que seja, caracterizada por arruamentos, construções e intensificação de ocupações humanas. Do mesmo modo, o IBGE considera como rural a população e os domicílios que se encontram em toda área fora do perímetro urbano, e como urbano as pessoas e domicílios recenseados nas

¹ “As pesquisas sobre pequenos municípios parece permanecer à margem do interesse dos pesquisadores, sem que se formule sobre eles uma reflexão mais sistemática...” (Wanderley, 1997:03).

² Após levantamento nas bibliotecas Central e Agrárias da UFPR junto aos arquivos de dissertações e teses acadêmicas, no ano de 2009 e 2010, verificou-se que mais da metade das obras cujo assunto é o estudo sobre lugares e regiões, refere-se à cidades metropolitanas.

áreas urbanizadas, ou não, correspondentes às sedes municipais. Um dos critérios para definição de urbano é a Lei Orgânica Municipal, uma espécie de constituição elaborada por cada município, onde se estabelecem, geograficamente, os limites do seu perímetro urbano.

No entanto, com relação aos pequenos municípios brasileiros esta definição geográfica do significado de rural e urbano é insuficiente para explicar a realidade destes municípios. No Brasil o tema da interseção vem sendo pensado de maneira incisiva por autores como Willems (1947), Clementino (1996) Wanderley (1997), Graziano da Silva (2000), Veiga (2002) que, ao analisarem aspectos econômicos, sociais e culturais de pequenos aglomerados populacionais “acenam para a pertinência de se pensar numa zona de interseção entre o rural e o urbano – o rururbano ou rurbano -, bem como novas identidades rurais” (De Paula, 1999:58).

É possível observar com um olhar mais atento que os pequenos municípios são permeados por um universo rural e urbano que se interligam e se complementam. Especificamente, embora ocorra a influência da paisagem urbana, composta pelo arruamento, presença de comércio, serviços e relativa concentração populacional, as condições advindas do campo prevalecem mais no cotidiano de seus moradores, haja vista que sua funcionalidade está relacionada ao universo rural, carregada de hábitos vinculados a relação com a terra. A isto se reconhece um território de interseção entre rural e urbano.

Segundo Alentejano (2003), o universo rural é definido como sendo aquele cuja terra tem absoluta importância. A dinâmica rural depende de relações com a terra, tanto do ponto de vista econômico, quanto social e espacial. Neste sentido, o rural está diretamente associado à terra, apesar das formas complexas e diversificadas desta relação. Nos espaços rurais as relações passam pela importância maior que a terra tem como elemento de produção ou valorização. As relações sociais incluem as dimensões simbólicas, afetivas, culturais marcadas por processos de herança e sucessão. As relações sociais estão vinculadas aos arranjos espaciais de ocupação da terra. Assim, independente das atividades que possam ser desenvolvidas nos espaços, sejam elas industriais, agrícolas, artesanais, ou de serviços, das relações de trabalho existentes e do maior ou menor desenvolvimento tecnológico, tem-se a terra como elemento que perpassa e dá unidade a todas as relações, muito diferente do que acontece nas cidades onde a importância econômica, social e espacial da terra é muito pequena.

A relação entre universo urbano e universo rural nos pequenos municípios contemporâneos é entendido, aqui, como sendo os preceitos modernistas de efervescência cultural, pólo gerador de novidades e lócus privilegiado para fruição da modernidade,

entrecortada e atravessada pelo espaço físico reduzido, pela tranquilidade, afabilidade, o predomínio de áreas verdes, a natureza e agricultura, o trabalho produtivo vinculado a terra; em prol da vida em cidade. Tem-se, portanto, um território de interseção que contém e está contido num mesmo espaço onde traços permanentes, vestígios de uma tradição rural, resistem a modernidade e a modernização, conforme coloca De Paula (1999).

O processo de desenvolvimento urbano dos pequenos municípios está extremamente subordinado à dinâmica de produção do contexto rural, seja pela ínfima população que possui, como afirma Veiga (2002), seja pela urbanização insipiente segundo Wanderley (1997), seja pelo modo de vida bastante contrário a agitação dos centros maiores, de acordo com Clementino (1997). O fato é que os municípios, quando de pequeno tamanho, experimentam a construção contemporânea acerca da relação entre universo urbano e rural, que se fazem permeáveis num mesmo espaço físico cuja simples observação não permite perceber os limites de uma e de outra.

Segundo dados do IBGE (2010), Guairacá – Pr tem pouco mais de 6000 habitantes, sendo que mais de 50% da população trabalha em atividade primária, vinculada a terra. Desse modo, as relações com a terra são visíveis e em consequência disso os próprios hábitos constroem uma forma diferenciada de vida, das que são vivenciadas nas grandes e médias cidades, dado a forma como as pessoas vivem no seu cotidiano e as experiências que criam e recriam a partir da relação que estabelecem com a terra. Para aqueles que visitam o município, logo percebem que sua população demonstra uma vivência diferenciada dos centros maiores, portanto, carregada de tradicionalismos relacionados à terra e as possibilidades que a mesma oferece. Guairacá se caracteriza por apresentar hábitos rurais como criação de porcos, galinhas, vacas, carneiros, plantação de hortaliças nos quintais, predominância de espaços cobertos pela vegetação, ao mesmo tempo em que apresenta especificidades próprias do espaço urbano, como arruamentos e infra-estrutura básica, sendo comércio, posto de saúde, escolas, rede de transporte, coleta de lixo, conforme aponta dados do IBGE (2000).

Em experiência enquanto assistente social da Prefeitura Municipal de Guairacá, no período de 2005 a 2008, realizou-se contatos diretos com a população do município e sua realidade, uma vez que a maioria das pessoas é usuária da Política de Assistência Social, no que se refere aos serviços ofertados pela esfera governamental local. Verifica-se em Guairacá altos índices de desigualdade social, sendo esta uma das causas mais comuns das situações de vulnerabilidade e risco³, principalmente para os moradores da região que compreende a franja

³ A Política Nacional de Assistência Social, de 2004, caracteriza a situação de vulnerabilidade como sendo a ausência de recursos que promovam o desenvolvimento essencial do sujeito, como alimentação, habitação, saúde, educação, lazer, segurança. Por seu turno, a situação de risco se configura aquela em que o sujeito corre risco eminente de morte, seja por

da área central, onde residem moradores sem nenhuma infra-estrutura de modo a comprometer todo o meio ambiente a sua volta. Segundo o IPARDES (2000), cerca de 79% da população recebem até dois salários mínimos. Paralelo a questão da pobreza verifica-se política pública direcionada ao desenvolvimento urbano, no entanto, parte da dinâmica econômica, social, cultura do município mostram-se ainda atreladas completamente ao universo rural.

Neste sentido, na essência do estudo dos pequenos municípios, há a questão das desigualdades sociais, ou seja, a distinção de valor atribuído a um determinado espaço e seus moradores, em detrimento de outros. É um lugar onde se estabelecem relações desiguais de infra-estrutura e acesso a bens e serviços aos moradores de um mesmo aglomerado que, por ser tão pequeno, não está imune às diferenças sociais. Em consonância a esse problema há outro, aquele que se refere ao desafio de desvendar o que significa ser e viver em um pequeno município.

Vale dizer que, se por um lado, a história de formação das grandes e médias cidades brasileiras revela que todo processo de urbanização vem acompanhado de um processo intenso de migração, no caso de pequenos municípios, ao que parece, acontece quase que um imbricamento entre rural e urbano, como se o assentamento rural se expandisse especialmente da região rural em direção ao urbano e ganhasse forma e características urbanas. Neste caso, a emigração do rural para o urbano torna-se difícil de ser dimensionada.

É exatamente pela condição de interseção entre urbano e rural, tal qual como foi descrito anteriormente, que a identidade social se torna um importante objeto a ser verificado na medida em que pequenos municípios assumem características de desigualdades por meio de concentração de terra, renda e poder e leva a um movimento de ocupação da região central do município associado a um processo de exclusão territorial. O processo excludente em pequenos aglomerados se inicia no momento em que começa a ocorrer ocupação de terras, cujas características ambientais são as mais frágeis, perigosas e difíceis de ocupar com urbanização. São moradias que vão sendo construídas sem planejamento em áreas periféricas da cidade, encostas íngremes, beiras de córregos, áreas alagadiças, sem os serviços essenciais de saneamento básico, segurança e coleta de lixo, cuja construção raramente é estável e os terrenos quase nunca inscritos em cadastros de imóveis das prefeituras. Desse modo, os municípios apresentam, de um lado, áreas dotadas de ampla infra-estrutura e melhores condições de serviços, e de outro, regiões mais carentes habitadas por pessoas em situação de

situações de violência ou uso de drogas.

vulnerabilidade e risco, que não vivem as plenas condições de cidadania. Forma-se, portanto, nítida divisão e desigualdade socioespacial no pequeno município.

Na perspectiva de orientar a elaboração de políticas públicas condizentes com a realidade brasileira, o Estado juntamente com a sociedade civil vem incentivando o estudo do território nacional. Um exemplo disso é a Política Nacional de Assistência Social de 2004, em que constam procedimentos para uma análise territorial. Isso, por que se faz necessário o enfrentamento das situações de vulnerabilidade e risco, que são provocadas principalmente por esse contexto de territórios desprovidos de condições para atender necessidades básicas de um grande contingente populacional.

Desse modo, a análise do espaço social⁴ tem se tornado um dos principais pontos norteadores para a implementação de políticas sociais e otimização de recursos e esforços, no país. O espaço social brasileiro é entendido como parte constitutiva do processo de formação das desigualdades sociais e pode atuar ou não na potencialização da cidadania e no aprofundamento das desigualdades (KOGA, 2003). Pensar o território significa pensa-lo como ator e não apenas como um palco, como diz Santos e Silveira (2001) “*o território no seu papel ativo*” (p. 11).

É necessário, então, investigar o que vem acontecendo no pequeno município em razão do processo de esmaecimento entre urbano e rural num mesmo espaço e, ao mesmo tempo, situações de desigualdades sociais, a partir do seguinte desafio: o de desenvolver um novo modo de pensar o lugar, envolvendo conjuntamente estudos sobre o espaço físico, no âmbito de sua materialidade, bem como um estudo sobre as representações dos moradores, seu modo de ser e viver; de maneira que se possa apreender os mecanismos de uma, ou mais, identidades sociais.

Neste sentido, é pertinente explicar o que se entende por identidade social e de que forma o município contém e está contido nessa categoria. Trata-se da identidade social caracterizada por meio das representações sociais que se tem do espaço e de si mesmo. A identidade social é construída na medida em que o sujeito assimila estruturas sociais já constituídas e incorpora seus diferentes significados, representações, signos e símbolos e passa também a construir novas estruturas mentais que, quando acomodadas e refletidas em seu modo de ser e agir, são chamadas de identidade social, segundo os ensinamentos de

⁴ Os fundamentos para a escolha de espaço social foram buscados no pensamento de Bourdieu, em “Poder Simbólico”. Nas análises do autor podemos representar o mundo social em forma de um espaço construído na base de princípios de diferenciação entre as pessoas, ou melhor, a diferenciação de poder que elas têm. O próprio espaço social pode ser descrito como um campo de forças, ou seja, um conjunto de relações de forças objetivas impostas a todos que entrem nesse espaço e irreduzíveis às intenções diretas entre os agentes. Este assunto será abordado no primeiro capítulo deste trabalho.

Bourdieu (1999) e Elias (2000). Estas representações estruturais refletem-se de forma complexa no mundo moderno, aprofundando transformações que influenciam diretamente nas condições de vida e no cotidiano das sociedades atuais assim como mudanças nas normas sociais, econômicas e políticas, diferentemente das sociedades anteriores.

Portanto, pesquisar a identidade social significa para este trabalho considerar a identidade de cada indivíduo, por meio de suas representações do espaço e das relações sociais, mediados pelo tempo e por questões comuns à sociedade como: condições de vida, exercícios de funções urbanas e rurais, acesso a bens e serviços, presenças de espaços reduzidos e relações de interconhecimento, formas de sociabilidade. Todas estas questões influenciam na construção do espaço e seu morador, de modo a evidenciar uma construção recíproca entre ambos. No entanto, pretendemos aqui não a elaboração de um mapa de todas as identidades sociais que compõem o município, mas um estudo das pessoas que ocupam cargos de relevância pública, que têm poder econômico e cultural, e também pessoas do povo com menor poder econômico e social.

Em consonância com o que foi exposto sobre a interseção de fronteira entre urbano e rural, de modo a constituir cidade, e diante da realidade de desigualdade social observada no pequeno município de Guairaçá é que se estabelece o objeto de estudo desta pesquisa assim problematizado: *de que forma o contexto e as representações espacial e social dos moradores contribuem para a caracterização da identidade social em um pequeno município do interior do Paraná?*

O objetivo geral desta pesquisa é caracterizar as identidades sociais em Guairaçá – interior do Paraná. Os objetivos específicos estabelecidos são:

- a) Levantar dados do lugar sobre os aspectos históricos, sociais, econômicos e culturais do município;
- b) Conhecer as condições de vida dos moradores do centro e da periferia, identificar as representações que eles têm do acesso a bens e serviços, de sua ocupação em setores urbanos e rurais, em especial, como interpretam a sua inserção na vida social local;
- c) Caracterizar as identidades sociais em Guairaçá.

A aproximação da investigação permite a construção de hipóteses as quais são entendidas como respostas provisórias para a pesquisa. São elas:

- 1) No contexto de Guairaçá há representações de identidades sociais que permitem não a visão de um espaço que seja complementar entre rural e urbano, mas sim a visão que entende o espaço polarizado, ou seja, apenas urbano ou rural, além de

conceitos que ou supervalorizam, ou desvalorizam completamente ou são ilusórias do espaço da vida.

2) O município de Guairacá é criado por condições e circunstâncias determinadas, uma construção social da realidade específica capaz de proporcionar e conduzir, não a construção de uma única identidade social, mas diferentes identidades sociais, que se manifestam com mais vigor frente às experiências e as diversas representações vividas e criadas pelo morador em seu ambiente.

Diante do exposto, foram selecionados autores que pudessem dar embasamento teórico à pesquisa principalmente no que se refere: ao processo de construção do espaço social, bem como as implicações na configuração das desigualdades sociais; à flexibilização entre o urbano e o rural em pequenos municípios; a caracterização de identidades sociais.

A metodologia utilizada para a pesquisa permitiu uma análise dos aspectos materiais e simbólicos para que pudéssemos compreender como a população representa sua condição de morador de Guairacá. Neste sentido, optou-se pela análise quantitativa, no que se refere ao levantamento dos dados de infra-estrutura no município; e qualitativa, de um estudo de caso, onde se analisam as representações dos moradores sobre o espaço, suas relações sociais, a percepção de si mesmo. As análises foram embasadas na história oral por entender que esta é uma abordagem temática sócio-histórica capaz de considerar todas as relações do sujeito com a sociedade à qual pertence.

Vale dizer que, se por um lado a pesquisa por meio das entrevistas apresenta certa objetividade que evidencia informações concretas, por outro, a entrevista falada, por si só, não é capaz de absorver totalmente sentimentos de angústia, tristezas, expectativas e alegrias do entrevistado, com relação ao sentimento de pertencer a um município de pequeno porte. Com relação a esse assunto, os ensinamentos de Poupart (2008) foram decisivos para entender que as entrevistas constituem uma porta de acesso às realidades sociais, e permitem entrar em relação com as pessoas. Ao mesmo tempo em que essas realidades não se deixam facilmente apreender, elas são transmitidas através do jogo e das questões das interações sociais que a relação de entrevista necessariamente implica, assim como do jogo complexo das múltiplas interpretações produzidas pelo discurso.

No presente trabalho utilizamos a abordagem qualitativa, segundo Minayo (1993), pela capacidade que o modo qualitativo tem de tornar visível característica subjetiva do sujeito. Para a autora:

A pesquisa qualitativa responde às questões muito particulares. Ela se preocupa nas ciências sociais com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores, e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (p.21).

Embora a abordagem qualitativa, utilizamos também da coleta de dados quantitativos, uma vez que estes contribuem na caracterização social, econômica, cultural, ambiental do município, por meio de informações do IPARDES (2007) e IBGE (2007). Nos dizeres de Minayo (1993) “representa o espaço científico por meio de dados traduzidos “objetivamente” e com dados matemáticos” (p.22).

Na pesquisa de campo optamos por entrevista gravadas, com a prévia autorização dos entrevistados, com um grupo de 19 pessoas ao todo, os quais puderam ilustrar a totalidade dos moradores do lugar. Trabalhamos com o universo representativo de moradores da região central, 11 moradores, e periférica, 08 moradores.

Neste sentido, justificamos que as escolhas das entrevistas foram feitas na região central conforme o cargo que os entrevistados ocupam, como educação, saúde, assistência social, comércio, religião, sindicato, política; e especialmente por serem lideranças políticas e comunitárias que estão à frente dos projetos de desenvolvimento no município e que conduzem, direta e indiretamente, o sentido das políticas públicas, no lugar, além de se destacarem pelo poder econômico e cultural que possuem.

Pessoas que moram na região periférica foram escolhidas com a ajuda de funcionária da prefeitura, responsável pelo Cadastro Bolsa Família⁵, por corresponderem, primeiro, aos moradores em situação de vulnerabilidade e risco, 05 famílias, representando o oposto das lideranças, e segundo, moradores que já haviam feito parte do referido cadastro, mas que foram desativadas por terem melhorado sua condição econômica e social, 03 famílias. Estes foram escolhidas conforme as diferentes regiões da periferia, sendo ao leste e oeste, ao norte e sul do município, mas que se assemelham pela infra-estrutura da região que ocupam, pelo poder econômico ou cultural que possuem, como demonstra a pesquisa.

Desse modo, pretendemos aqui abarcar diferentes segmentos da sociedade, os que possuem poder econômico, cultural, político, em maior, razoável, ou menor grau.

Dentre os entrevistados, uma seleção do primeiro grupo: 01 diretora da escola municipal, 01 empresário, 01 diretora da APAE, 01 secretária da educação, 01 assistente social, 01 vereadora, 01 pastor da igreja cristã do Brasil, 01 padre da igreja católica, 01

⁵ A Bolsa Família é um programa do governo federal, aperfeiçoado na administração do governo Fernando Henrique Cardoso, e que tem como critério oferecer benefício financeiro às famílias de baixa renda.

funcionário de confiança da prefeitura, 01 presidente da terceira idade e coordenadora da pastoral da criança, 01 dirigente sindical, sendo 11 ao todo. O segundo grupo: 05 moradores que vivem em situação de vulnerabilidade e risco e 03 em situação intermediária, sendo 08 entrevistados, ao todo.

Reafirmamos que a escolha desses moradores se deu de modo a evidenciá-los em grupos distintos, pela distinção do poder econômico e cultural que possuem, bem como, a considerar que residem também em regiões distintas, sendo a parte central habitada pelo primeiro grupo, com infra-estrutura, e a parte periférica destinada ao segundo grupo, sem infra-estrutura, ou quase nenhuma. A pesquisa foi feita, portanto, no sentido de evidenciar o significado de ser e viver em Guairacá, a confrontar o lugar e o poder simbólico dos moradores.

Com isso em mente, elaboramos uma estratégia de pesquisa que desse conta da visão do guairaçaense frente ao contexto em que está inserido. Apesar de não haver inicialmente interesse em desenvolver um estudo que perguntasse aos moradores sobre o espaço rural, o qual ajuda a constituir o município, a certa altura da realização da pesquisa já se percebia que não poderíamos fugir disso. É difícil falar em Guairacá sem tocar na importância que o universo rural exerce nesta sociedade e que promove mudanças importantes no comportamento local, mudanças estas que reforçam a idéia de que os papéis sociais são criados de acordo com o contexto, e que podemos enxergar diferentes ângulos de visões de mundo. O que buscamos ao trazer esses atores para a pesquisa foi justamente explorar a diversidade de concepções e valores na elaboração de um espaço socialmente construído, numa tentativa de indicar as maneiras pelas quais as concepções e valores que caracterizam as identidades sociais.

Com o projeto já definido a presente pesquisa se deu inicialmente no mês de outubro 2010, e depois entre julho e agosto de 2011. Durante esse período de tempo seguimos para o campo, reconhecido como sendo a totalidade do município. Apesar da pesquisa ser realizada dentro de certa sistematização que a situação de pesquisa exige, como prévia identificação dos entrevistados, agendamento de horário, apresentação, entre outras questões práticas, havia a preocupação em como estabelecer com os entrevistados uma nova relação, diferente daquela em que eu era reconhecida de outrora, uma vez que a pesquisadora já havia trabalhado no município como assistente social. Embora o receio, a chegada foi acolhedora e as pessoas receberam a pesquisa, de modo geral, com carinho, não havendo, portanto, dificuldades de aproximação.

Para realização da mesma, estabeleceu-se uma rotina sistemática de pesquisa que começou com a estratégia de aproximação por meio de levantamento de dados pessoais de possíveis entrevistados e, em alguns casos, agendamento por telefone, de dia e horário para visitas; quando não, e diante da impossibilidade de se comunicar anteriormente por telefone, alguns entrevistados aceitaram falar imediatamente às visitas. Por seu turno, não foram todos que concordaram em dar entrevistas e, aqueles que aceitaram, os encontros foram realizados ora nos seus locais de trabalho, ora em suas casas. Os encontros foram riquíssimos no sentido de fornecer um conjunto de informações sobre a história de vida dos entrevistados, abarcando concepções sobre o espaço onde estavam inseridos e concepções sobre si mesmo. Sobre esses assuntos, não foram todos que aceitaram dar opiniões, falando apenas de algumas questões, estando receosos da publicação de suas falas, como veremos na pesquisa.

Durante as entrevistas, solicitamos para que os entrevistados contassem sua história de vida de modo a evidenciar seu trajeto e desenvolvimento no município, bem como suas representações do acesso a bens e serviços, da sua ocupação em setores urbanos e rurais e suas interpretações de sua inserção na vida social local. Estabelecemos, então, uma conversa interrompida poucas vezes pelo entrevistador para direcionar questões de interesse para a pesquisa. Para compreensão dos aspectos pretendidos aqui, lançamos mão dos assuntos tratados com base em cinco categorias de análise, sugeridas por Wanderley (1997):

- a) Condição de vida;
- b) Exercício de funções urbanas e rurais;
- c) Intensidade do processo de urbanização;
- d) A presença do mundo rural;
- e) A dinâmica de sociabilidade local.

Diante disso, a partir do objeto inicialmente proposto definimos dois eixos para uma melhor interpretação e caracterização dos dados coletados:

- a) Como o morador percebe a si mesmo;
- b) Como o morador percebe o espaço em que está inserido.

O trabalho se deu por meio de um estudo de caso. Assim, o estudo de caso se mostra mais intensivo justamente por abordar questões que levam a uma compreensão das relações e fatores presentes em cada caso. Segundo Fachin (2000):

Sua principal função [o estudo de caso] é a explicação sistemática das coisas que ocorrem no contexto social e, neste sentido, geralmente se relacionam com uma multiplicidade de variáveis. Este método sempre se apoiará nos objetivos específicos do estudo, levando em conta amostragens estatísticas (p.42).

A intenção foi observar os contextos os quais as ações se desenvolveram, bem como o comportamento individual e a sua relação com o coletivo, enfatizando o caráter fundamental da dimensão vivida como importante caminho para perceber as concepções que se tem do mundo. Pretendemos aqui aprofundar as compreensões sobre a vida cotidiana e os entendimentos que os moradores têm sobre ser e viver em um pequeno município.

Sendo assim, o presente estudo encontra-se dividido em 3 partes.

No capítulo I, DO ESPAÇO SOCIAL AOS PEQUENOS MUNICÍPIOS, faz-se um esboço sobre a formação do espaço social, principalmente, as relações de poder e as desigualdades sociais e, por fim, uma breve avaliação dos pequenos municípios brasileiros, suas particularidades.

No capítulo II, GUAIRACÁ: O MUNICÍPIO EM BUSCA DE SUA IDENTIDADE SOCIAL faz-se um panorama, em especial, sobre os aspectos históricos, sociais, econômicos e culturais do município, a considerar o processo histórico de sua formação.

No capítulo III, IDENTIDADE SOCIAL, faz-se um panorama das entrevistas realizadas procurando articular as categorias de análises propostas por Wanderley (1997) à caracterização da identidade social. Por último, as considerações finais.

Dando continuidade à composição do trabalho, segue o primeiro capítulo.

1 DO ESPAÇO SOCIAL AOS PEQUENOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

1.1 A FORMAÇÃO DO ESPAÇO SOCIAL: RELAÇÕES DE PODER E DESIGUALDADES SOCIAIS

Falar sobre a produção do espaço urbano incute aqui o desejo de ir além das descrições do espaço físico, por vezes, o desejo de ultrapassar a topologia social, ou que seja pretensiosamente, ultrapassar a descrição substancialista, como sugere Bourdieu (1996). Neste sentido, apenas descrever o processo de construção do espaço urbano, definindo suas características tal qual a percepção humana o entende simplesmente, não seria adequado nesse momento pelo fato de que, se assim fosse, compreenderíamos muito pouco do objeto dessa pesquisa: a identidade social. Desse modo, é preciso compreender a construção do espaço social.

O espaço social e a complexidade de suas relações sociais se transformam em ritmo alucinante, no século XX e início do século XXI. Mais do que isso, efetivamente, as produções do espaço sociais são sinônimas de produção do espaço urbano, e este se constrói de maneira objetiva, por conta da racionalização do capital, capaz de potencializar formas de dominação e reorganização territorial. Desse modo, a impressão que se tem da paisagem urbana, num primeiro momento e por um olhar desatento, é a de que o espaço ganhou forma por meio de ações dos governantes. O lugar público parece transformado na medida em que os projetos políticos vão sendo concretizados ao mesmo tempo em que ganham forma esses espaços, que antes pareciam inanimados. No entanto, dito dessa maneira, a explicação do espaço social se mostra superficial, como se seu processo de formação fosse essencialmente despretenso, prático e objetivo, realizado pelos governantes. O fato é que um conjunto de estratégias territoriais interescares comparece para erigir a imagem dos centros urbanos.

Segundo Bourdieu (1996), a construção do espaço social se dá entre a consolidação material do espaço físico e as representações que se pode ter deste espaço. Para além da influência dos discursos difundidos por projetos políticos e pela mídia, o espaço social moderno se constrói por meio de uma relação direta entre a materialidade do espaço urbano e as representações que se tem dele e que se solidificam por meio de produções simbólicas. Efetivamente, as representações que se tem sobre o espaço social atuam sobre o campo das práticas do sujeito, reelaboram as práticas, e concomitante, a materialidade do espaço físico não se impõe sem as estratégias discursivas, ao passo que estratégias discursivas recriam representações. Trata-se de um enredo em que as representações, para existirem, são estimuladas pela paisagem que se vê. A paisagem que se vê só pode ser legitimada pelas

representações que se tem dela. Tem-se a criação dos espaços sociais por meio de uma relação dialética entre representações e materialidade do espaço.

A partir desta perspectiva ocorre que, de um lado, o projeto político que atua na edificação de construções no espaço público produz objetivamente o espaço social; de outro lado, sujeitos comuns que, pela representação que possuem do lugar, elaboram o espaço público e tem o poder de legitimá-los produzindo, assim, subjetivamente o espaço. No entanto, essa relação não aparece sistematizada e distinta, no cotidiano, mas sim dinâmica e relacional, por meio de um emaranhado de relações dialéticas.

Neste sentido, não há como falar em formação despretensiosa do espaço social. A imagem que se tem dos espaços urbanos das grandes e médias cidades brasileiras nas últimas décadas está atrelada à racionalidade dos processos de reprodução da economia global, bem como a visão de mundo cujo enfoque é a solidificação do mercado. Arranjos de poder propagam discursos de maneira persuasiva através de projetos políticos e da mídia, de modo a justificar a consolidação do espaço.

Santos (1996) denomina “inteligência global” o poder de persuadir a formação dos espaços físicos, a imposição de idéias pelo poder local sem considerar a prévia leitura da realidade, ações que emergem de maneira menos democráticas capazes de medir, avaliar e classificar o projeto político de modernização urbana, no sentido da reprodução do capital, da legitimação desses valores, cujo território é propício para o fortalecimento do mercado. A realidade adquire qualidades espaciais por meio de ações de seus agentes, influenciadas pela lógica capitalista. Nesse sentido, nota-se que o capitalismo necessita do desenvolvimento urbano para se reproduzir, uma vez que os espaços urbanos são os referenciais para os mercados. Os processos de urbanização dos tempos atuais sob a égide do poder político estão imbuídos de um discurso que atende as novas exigências de acumulação.

Na produção do espaço social podem atuar agentes e interesses combinados em diferentes campos políticos, ao mesmo tempo em que ocorrem estratégias territoriais para cada caso. Um exemplo disso é que ao construir espaços coletivos como museus, praças, igrejas ou *shoppings centers* como modelo do desenvolvimento urbano, é construído paralelamente a isso, o modo como estes espaços, por meio de estratégias discursivas, devem ser utilizados. Segundo Bourdieu (1996), trata-se de um conjunto de relações de forças objetivas impostas a todos os que entrem no campo simbólico, e irredutíveis às intenções dos agentes individuais.

Contudo, se construir o espaço social implica na ação dos governantes do lugar que, ao organizarem o espaço, estão mobilizados para estimular representações que obedeçam a

uma determinada visão de mundo, devem ser elaborados discursos referentes à cidade que sejam divulgados por meio de uma ação conjunta entre a política e a mídia. Os estudos de Bourdieu (1996) nos levam a compreensão de que essa estratégia é acrescida de poder simbólico dos governantes, percebido pelo prestígio social que eles possuem.

Do mesmo modo, deve haver o poder simbólico do sujeito comum que, ao construir suas representações do lugar onde vive, pode despertar o interesse da classe dirigente, no sentido de que suas representações podem ser cativadas e, assim, atender determinados objetivos como, por exemplo, interesses do mercado. Tem-se uma retórica persuasiva que configura uma agenda para as cidades, com pauta definida. Por isso, as representações que se tem do lugar podem se tornar um poder, com valor de troca.

Percebe-se que o espaço social não se forma ao acaso. A cidade não pode ser concebida unicamente como aquela que se produz pela configuração de suas moradias (GOMES, 2002). A organização do espaço a partir do campo simbólico ocorre de maneira que, para o desenvolvimento do espaço urbano, elaboram-se discursos e atribuem-se valores simbólicos aos lugares, ao passo que os lugares se reproduzem pelos valores simbólicos que possuem. A imagem materializada do espaço físico e os discursos que são propagados deste espaço podem criar no sujeito representações do lugar. A partir das representações elaboradas, este espaço adquire valor simbólico. São as representações que determinam as escolhas do lugar, são as representações quem dão valor simbólico para o lugar.

Segundo Bourdieu (1996), a percepção do mundo social é produto de uma dupla dimensão da estrutura social: do lado objetivo, ela está socialmente estruturada porque as autoridades ligadas aos agentes ou às instituições não se oferecem à percepção de uma maneira independente, mas em condições de probabilidade muito desigual; do lado subjetivo ela está estruturada porque os esquemas de percepção e de apreciação suscetíveis de serem utilizados no momento considerado, e, sobretudo, os que estão sedimentados na linguagem, são produtos de lutas simbólicas anteriores que exprimem, de forma mais ou menos transformada, o estado das relações de força simbólica.

Neste sentido, o espaço social deve ser entendido não apenas como os lugares adquirem materialidade, mas também como adquirem valor simbólico. As representações influem para a avaliação de lugares e determinam grande parte das escolhas feitas com relação aos espaços físicos. A construção do espaço social não é realizada apenas sobre a materialidade do espaço físico, pois, a ordem necessária para impor os projetos de modernização constrói-se diante do controle sobre a produção simbólica, sobre a produção das representações, os discursos reguladores contidos nos novos projetos políticos e

interpretações sobre as cidades permeiam as idéias do sujeito e pode ser considerado poder de controle.

É neste sentido que a hegemonia do discurso pode ser arma tão importante para a construção do espaço social. Diante das disputas para impor visões de mundo, o discurso procura a legitimação de um consenso por meio do uso da tecnologia e do controle da comunicação social, visando sua própria legitimação. As representações podem ser disputadas por aqueles que estão à frente do projeto modernizador. No entanto, não se pode esquecer que mediante as disputas para impor visões de mundo e produzir representações sociais, sempre há lugar para movimentos sociais que resistem á manipulação.

Outrossim, as representações constroem-se sempre a partir de uma dada posição social que o sujeito ocupa na sociedade. Elas orientam-se para determinados objetivos, como que numa intencionalidade. Desse modo, Bourdieu corrobora com Marx no sentido de que o sujeito não está imune às influências históricas do lugar que ocupa na sociedade. As representações que se tem do lugar são seletivas conforme as influências históricas do sujeito, e não existe recriação de um mundo neutro, pois cada representação é construída a partir de um conjunto de valores e orientações do sujeito (BOURDIEU, 1999).

Para a construção do espaço social tem-se a distribuição dos sujeitos neste espaço. Estes, inseridos no espaço social, se diferenciam uns dos outros na medida em que ocupam campos sociais e, ao mesmo tempo, possuem certo capital (cultural, social, econômico, político, artístico, esportivo etc.). Os *hábitus* para Bourdieu se constroem exatamente na junção espaço e sujeito. Segundo o autor, o *hábitus* do sujeito e o campo social que ocupa são capazes de condicionar seu posicionamento espacial e fazer com que o sujeito se identifique para mais ou para menos com certo grupo de pessoas:

Os *hábitus* são princípios geradores de práticas distintas e distintivas – o que o operário come, e, sobretudo, sua maneira de comer, o esporte que pratica e sua maneira de praticá-lo, suas opiniões políticas e sua maneira de expressá-las diferem sistematicamente do consumo ou das atividades correspondentes do empresário industrial; mas são também esquemas classificatórios, princípios de classificação, princípios de visão e de divisão de gostos diferentes. Eles estabelecem diferenças entre o bem e o mal, entre o que é distinto e o que é vulgar etc., mas elas não são as mesmas. Assim, por exemplo, o mesmo comportamento ou o mesmo bem pode parecer distinto para um, pretensioso ou ostentatório para outro e vulgar para um terceiro (BOURDIEU, 1996: 22).

Desse modo, para que um sujeito ocupe determinado lugar, dentro do processo de formação do espaço social, é necessário que ele conheça as regras do jogo dentro do campo

social e que esteja disposto a jogar. O que condiciona a ocupação sua ocupação num determinado campo social é fundamentalmente o capital cultural e econômico que possui. Logo, os sujeitos ocuparão espaços mais próximos quanto mais similar for a quantidade e a espécie de capitais que detiverem. Por outro lado, estarão mais distantes no campo social quanto mais diferente for o volume e o tipo de capital que possui. Assim configura-se a distribuição de cada pessoa no espaço social. Pode-se dizer que a riqueza econômica (capital econômico) e a cultura acumulada (capital cultural) geram internalizações de disposições (*habitus*) que diferenciam os espaços a serem ocupados pelos homens (BOURDIEU, 1999).

Vale ressaltar que frente ao processo de formação do espaço social, as formas de viver que não se adaptam às cidades, seja pela não identificação com o espaço ou pelas dificuldades de relacionamentos sociais, podem ser interpretadas pela totalidade dos moradores como repulsivas. Comumente acontece daqueles que não compartilham do otimismo econômico, da harmonia, da qualidade ambiental serem segregados pelo espaço territorial. Os espaços periféricos se caracterizam por um gradiente decrescente de condições de vida, de inserção no mercado de trabalho, de acesso à renda, de condições de moradia, que parece revelar a ausência do Estado. Ao mesmo tempo, a produção do ambiente socialmente construído é fortemente influenciada pela localização dos diversos grupos sociais na cidade. Os grupos com maior capital material e simbólico ocupam os melhores espaços e são capazes, também, de influenciar as ações do Estado para investimentos em territórios específicos, de seus interesses.

No Brasil as periferias são marcas da maior parte das cidades. O padrão contemporâneo de urbanização brasileira mostra-se como sendo o resultado espacial do modelo de desenvolvimento econômico experimentado pelo país nas últimas décadas. A organização espacial das cidades assumiu uma conformação específica, relacionada às diferentes etapas do processo de desenvolvimento econômico.

De acordo com Prado Junior, ao falar sobre *A formação do Brasil contemporâneo*, “é com tal objetivo {interesse no comércio} que se organizou a sociedade e a economia brasileira”. (p.26). Para Gilberto Freire (2004), em *Sobrados e Mucambos*, o sistema patriarcal brasileiro foi o que provocou maior influência na sociedade brasileira, um sistema senhor e escravo, a mais constante e a mais generalizada predominância econômica, política, moral e social em nossa formação.

Em meio às teorias que influenciaram a formação econômica e social no Brasil, Kageima (1998) destaca que a partir do século XIX, com o declínio e a abolição do escravo mais a consolidação do mercado interno, houve a separação das atividades agrícolas de um

lado e as atividades comerciais e industriais de outro dividindo as funções entre cidades e áreas rurais. Para a autora, desde aquela época os povoamentos condensavam-se exclusivamente onde era possível produzir gêneros alimentícios e exporta-los. Em 1850 há uma grande expansão econômica e o país se adapta ao mundo capitalista da época, por meio de atividade agrícola, desenvolvimento do comércio, finanças, comunicação ferrovias e navegação a vapor.

Desse modo, diz Kageiama (1998:42) “a formação da economia é, ao mesmo tempo, a formação do território”. O modelo de desenvolvimento econômico brasileiro tornou-se excludente na medida em que foi gerando espaços urbanos segregados, sendo parte da população excluída do desenvolvimento social e econômico. Esse processo permitiu que a configuração assumida pelo espaço urbano em quase todas as cidades brasileiras constituísse de uma região central dotada de infra-estrutura, em contraste com as periferias, que formam uma espécie de franja da região central, e é caracterizada pela ausência do Estado, no que se refere à existência de bens e serviços.

Especialmente entre a década de 1940 e 1980, o Brasil é marcado o intenso crescimento do mercado interno, combinado ao acelerado processo de industrialização, pelo estabelecimento de uma complexa divisão social do trabalho e um acelerado processo migratório, causando profundas alterações na estrutura demográfica, segundo Iamamoto (2005). Trata-se de um período em que se destaca a integração de grandes parcelas da população à sociedade urbano-industrial. Segundo a autora, esse processo atraiu para as cidades grandes contingentes da população que começa a residir nas cidades, fazendo surgir uma rede urbana dinâmica e integrada formada por cidades de diferentes tamanhos.

Embora tenha havido o dinamismo econômico no período, o processo de formação das cidades mostra-se desigual no sentido de que muito trabalhadores são subempregados, mal remunerados e inseridos em formas de organização de produção industrial intensa, porém, com baixos salários.

Ao contrário do dinamismo econômico em décadas anteriores, a década de 1980 sublinha ainda mais a precarização das relações de trabalho, baixos salários e empregos informais. É nesse período que ocorre a intensificação da formação das regiões metropolitanas, onde as pessoas começam a se destacar das capitais em busca da qualidade de vida. Segundo Iamamoto (2005), na década 1980 é marcada pelo aumento da pobreza, o que faz acentuar ainda mais o modelo segregado dos territórios brasileiros.

Em anos mais recentes, a terceirização da economia se apresenta como faca de dois gumes que, por um lado, atrai investimentos, por outro, prejudica o mercado formal de

habitação e os serviços básicos de infra-estrutura urbana, pois a produção do espaço integra o circuito financeiro da acumulação, modificando a dinâmica e a velocidade dos mecanismos de valorização imobiliária, sem os compromissos com o sistema de regulação do uso da terra, aumentando ainda mais a segregação urbana.

As relações de poder e desigualdades sociais caracterizam o espaço social das cidades brasileiras. Assim, pretendemos aqui compreender um pouco mais a cerca da realidade dos pequenos municípios.

1.2 OS PEQUENOS MUNICIPIOS BRASILEIROS

Não houve na modernidade a homogeneização dos espaços socioambientais e dos estilos de vida em todos os municípios que compõe o território nacional. Persiste, como coloca Veiga (2002), pequenos municípios caracterizados por um espaço diferenciado, capaz de receber de modo contundente a influência do rural, ou seja, a influência da relação dos moradores com a terra. Assim, é necessário rediscutir a ordem social dos pequenos municípios no que tange o significado de sua identidade. Segundo Clementino (1997), os municípios com população de até 20 mil habitantes correspondem 72% dos municípios brasileiros, ao mesmo tempo em que tem havido nos últimos anos grande interesse de empresas multinacionais em se instalarem no interior do Brasil, dadas às condições propícias para produção econômica (VEIGA, 2002).

Wanderley (1997), ao fazer um estudo sobre *O lugar dos rurais* analisa os municípios pernambucanos, cuja população não ultrapassa 20 mil habitantes e sugere novas compreensões acerca de pequenos municípios. Para a autora, os pequenos aglomerados apresentam uma realidade próxima da representação que temos do mundo rural, e não do urbano. O município que possui população inferior a 20 mil habitantes apresenta características de urbanidade frágil e precária, povoamentos reduzidos, predominância de paisagens naturais, relações de interconhecimento, vida simples, hábitos rurais e economia predominantemente rural.

Isto não significa dizer, na concepção da autora, que os pequenos espaços estão completamente eximidos das características da urbanização, mas sim que possuem infiltração de um conjunto de características rurais, sendo estas preponderantes em relação às características urbanas. Haveria, portanto, um lento processo de modernização nestes locais, bem diferente do que se percebe nas grandes e médias cidades brasileiras. Segundo Wanderley:

... Não se trata simplesmente de afirmar ou negar o caráter urbano destes aglomerados, tomados globalmente, mas, sobretudo, de tentar entender as funções que eles exercem no chamado “sistemas urbanos”. A este respeito, parece-me importante não minimizar o seu significado, enquanto expressão de um “ethos urbano”, que precisamente, organiza, administra e integra a sociedade local. (...) Parece evidente que estas cidades, pela sua própria dimensão, impõem limites a uma verdadeira experiência de vida urbana. (1997: 15).

Para a autora, faz-se necessário perceber e reconhecer que pequenos municípios brasileiros estão inseridos em um contexto marcadamente rural e que sua população está na mesma trama dos povoados do meio rural. Mais do que isso, suas palavras nos remetem a reflexão sobre o “lugar dos rurais”, no sentido de perceber “onde vivem, como vivem e o que vivem os habitantes do espaço rural brasileiro” (p.16).

Assim, é preciso reconhecer nos pequenos municípios a oferta de bens e serviços precários, bem como o quanto sua população depende de centros maiores e o constante contato que essa população mantém diretamente com o meio rural. Nas palavras de Wanderley (1997: 19), trata-se da “trama social e espacial específica” e da “trajetória de desenvolvimento do município” para poder notar a relação entre urbanidade e ruralidade. A elaboração de mapas geográficos para localização de territórios torna-se secundária dependendo para quais aspectos se direciona o olhar. Por isso, a importância de estudos aprofundados capazes de “distinguir municípios preponderantemente urbanos, preponderantemente rurais e aqueles que correspondam situações intermediárias” (p.19). A autora diz:

Pode-se falar, de certa forma, de um processo de “ruralização”, especialmente das pequenas cidades, compreendendo-se este processo como a reiteração, nestes pequenos espaços urbanos, das principais características do espaço rural - população reduzida e pouco densa, restrita divisão social do trabalho – e das formas de vida social baseada no interconhecimento (p. 19).

Veiga (2002), por sua vez, contesta que 82 % da população brasileira seja urbana, como costuma divulgar os veículos de comunicação, e afirma que não poderiam considerar urbanos todos os municípios com menos de 20 mil habitantes, uma vez que estes lugares têm aspectos funcionais e estruturais completamente diferentes daqueles encontrados nos centros de desenvolvimento urbano, berços da modernização.

A solução para evitar a falsa idéia de urbanidade, segundo o autor, seria combinar o critério de tamanho populacional com pelo menos outros dois: densidade demográfica e a sua

localização. Portanto, pequenos municípios devem ser aqueles que têm menos de 50 mil habitantes e apenas 80 hab/km, com exceção das regiões metropolitanas. O critério de densidade demográfica seria o indicador que melhor refletiria as modificações do meio natural, que resultaria de atividades humanas, pois, não podem ser mais rurais as áreas onde a natureza foi intocada e, ao mesmo tempo, não haveria ecossistemas mais alterados pela ação humana do que a mancha das grandes cidades.

O autor ainda alerta para o fato de que o efeito de se pensar municípios equivocadamente como urbanos seria sua má administração pelo poder público, que dotaria políticas incompatíveis com a realidade. As políticas públicas tendem a uma abordagem setorial do mundo rural e urbano, particularmente, em municípios pequenos, de características rurais, que deveriam ser tratados como integrantes de uma economia rural, e não unicamente urbano. Diante da falta de conhecimento da realidade de pequenos municípios, se pressupõe uma administração pública vertical, no qual políticas de intervenção na realidade não são pensadas mediante a diversidade de situações que pode haver, considerando pequenos espaços territoriais. Assim, as consequências da insuficiência de estudos científicos que revelem as especificidades municipais vão além da mera ausência de teorias esclarecedoras.

As políticas públicas no Brasil, de modo geral, se defrontam com o desafio de intervir para a democratização do poder público e a universalização dos direitos sociais básicos, assim como para reduzir as desigualdades sociais em diferentes aspectos. No entanto, as políticas são divididas por setores e também pelas dimensões rural e urbano. Diante da existência de pequenos municípios cujas características remetem a uma identidade rural, como vimos anteriormente, essa divisão prejudica em cheio os municípios onde as dinâmicas não estão bem definidas, em especial, os moradores que dependem diretamente de políticas públicas.

Torna-se importante pensar mediante a elaboração destas políticas, pelo poder público, o quanto os moradores de pequenos municípios, estão infiltrados por um universo ainda rural, seja pela forma de acesso a bens e serviços ou por aspectos culturais, uma vez que situações de miséria somado às características rurais dessa população, pode gerar novas necessidades. Essas necessidades podem ser desde programas de geração de trabalho e renda que favoreçam a agricultura, por exemplo, um universo conhecido por esses moradores, a programas de adaptação de uma vida rural às exigências da vida urbana.

Ao mesmo tempo em que ocorre a indefinição de municípios preponderantemente urbanos, rurais ou intermediários, a análise das periferias de municípios pequenos, que possui características rurais, faz-se urgente e necessária. Seus moradores são dependentes diretos das

políticas sociais e tais políticas, ao serem elaboradas, devem considerar o grau de sociabilidade rural destes moradores. Reconhecer a realidade das regiões periféricas de cidades maiores não é o mesmo que reconhecer a realidade das periferias de cidades menores, permeadas por atividades agrícolas, hábitos e saberes rurais. Sendo os bairros periféricos o foco de problemas emergenciais, pouco se pode fazer por esses moradores, em termos de políticas públicas, sem conhecer o grau de permeabilidade deles com o campo.

Contudo, Carlos (2004) contesta a classificação de Veiga (2002), pois para ele trata-se de uma teoria questionável, porque as distinções entre espaços rurais e urbanos não podem medir-se pela densidade demográfica, mas sim pelas relações sociais que estabelece a população em questão. Mas ao mesmo tempo, engrossam fileiras de autores que reconhecem os pequenos municípios cujo cotidiano está intercalado de uma ordem social é rural.

Santos (1996), ao se referir ao conceito de pequenos municípios percebe-os como sendo espaços de produção cindido entre rural e urbano, uma vez que as sedes municipais podem ser o lócus da regulação do que se faz no campo, ou então, o próprio município deixa de ser a cidade no campo e passa a ser a cidade do campo.

Ao falar sobre o desenvolvimento territorial no Brasil e seus aspectos históricos Kageiama (1998) coloca a formação da economia como sendo fundamental para a formação do território. Neste sentido, historicamente o território nacional é resultado de uma justaposição de áreas densas e áreas rarefeito, gerado durante os diferentes momentos de ocupação econômica. Os centros de urbanidade se explicam por sua economia industrial, enquanto que os pequenos municípios estão ligados à agricultura.

Clementino (1997) ultrapassa a análise de reconhecimento dos pequenos municípios vinculados às atividades rurais e descreve o modo de vida desses lugares como sendo de baixo nível de urbanidade e, principalmente, marcado por uma estrutura política na qual prevalece o mandonismo local dos “coronéis”, grandes proprietários rurais. Verificam-se características fundamentais que demarcam a economia predominantemente rural, isto é, bens e serviços frágeis, centralização exercida por cidades vizinhas maiores, população de comportamento simples, contingente populacional rarefeito. Torna-se necessário perceber que os pequenos municípios estão infiltrados por um universo de características rurais, permeados por uma realidade ao mesmo tempo rural e urbana, e dependentes de políticas públicas, que podem estar sendo elaboradas sob uma falsa interpretação da realidade⁶. Sendo assim, tem-se a necessidade de se buscar a compreensão dos espaços por meios que se aproximam de objetivos práticos, e fogem de determinações abstratas construídas historicamente.

⁶ Políticas Públicas elaboradas sem considerar as peculiaridades do lugar, onde urbano e rural estão imbricados.

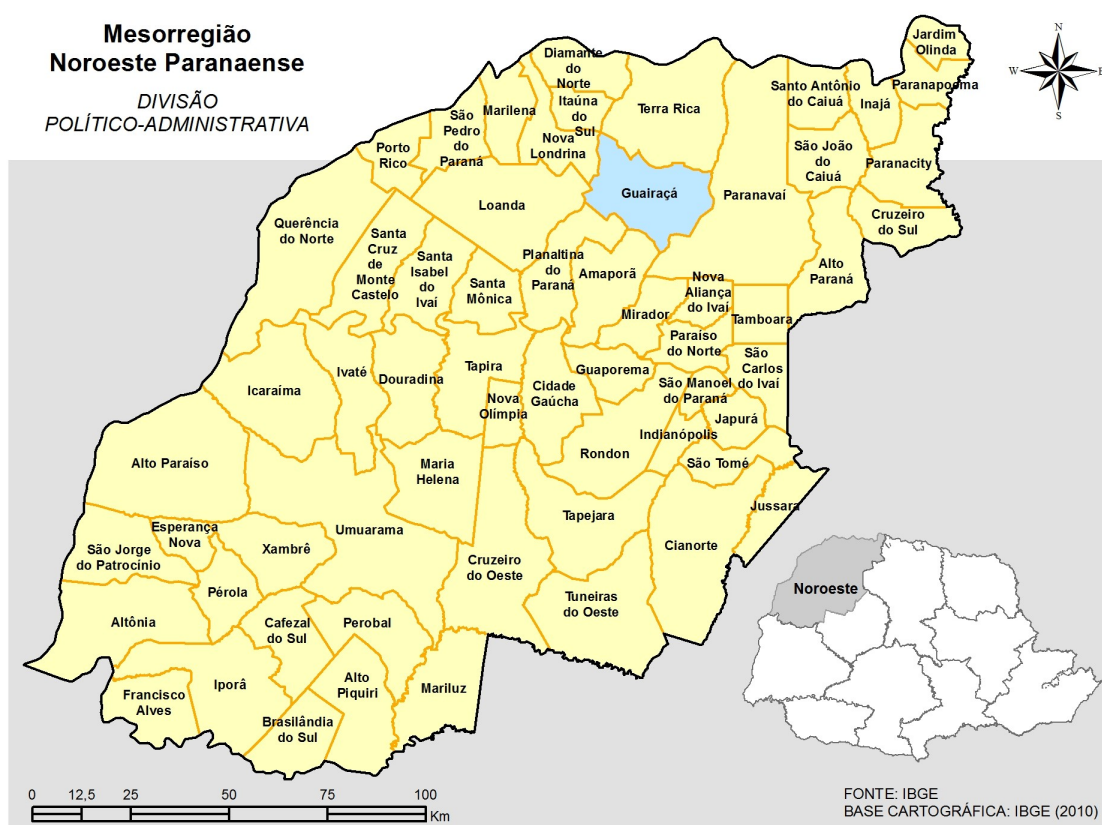
Tendo em vista conhecer melhor o território, dentre as propostas do Estado está a análise territorial junto a Política Nacional de Assistência Social, a partir de 2004, a qual reconhece as diferenças e desigualdades regionais e municipais quando se trata do enfrentamento à pobreza. A compreensão profunda da realidade antecede a intervenção de ações. Torna-se imperioso construir ações territorialmente definidas juntamente com políticas públicas. No Brasil, diante da alta densidade populacional do país e, ao mesmo tempo, seu alto grau de heterogeneidade e desigualdade sócio-territorial presente entre seus 5.561 municípios, a vertente territorial faz-se urgente e necessária.

A seguir falaremos de Guairaçá e sua formação.

2 – GUAIRAÇÁ: O MUNICÍPIO EM BUSCA DE SUA IDENTIDADE

2.1 MESOREGIÃO NOROESTE DO PARANÁ: O PROCESSO HISTÓRICO DE SUA OCUPAÇÃO

A ocupação da mesoregião noroeste do Paraná, a qual integra toda região norte do Estado torna-se intensa a partir de 1940, no limiar da expansão do café. Foi durante a corrida pela produção cafeeira que as fronteiras entre os Estados de São Paulo e Paraná se esvaíram no sentido de dar passagem aos pequenos e médios produtores rurais que chegavam na região com o intuito de colonizar o lugar inóspito (IPARDES, 2004).⁷



O início da década de 1940 é marcado especialmente pelo desenvolvimento capitalista da região Sudeste do país, e por conta disso parecia haver bons presságios para a expansão fronteiriça entre os Estados. Pessoas vindas de São Paulo, Minas Gerais e também do Nordeste brasileiro migraram em direção aos terrenos férteis sinalizando, assim, a

⁷ IPARDES. Leituras regionais: Mesoregião Geográfica Noroeste Paranaense. Curitiba, 2004. Disponível em: <www.ipardes.gov.br>. Acesso em ago. 2010.

colonização da região noroeste do Paraná. Ao mesmo tempo, a ocupação fazia parte de uma espécie de “regime de ocupação dirigida”, empreendido por capital privado, nacional e até estrangeiro, que vendia em várias parcelas, novas terras para pequenos e médios produtores rurais (IPARDES, 2004:22).

Em meio ao empreendimento colonizador, constava na agenda do processo de desenvolvimento da região a construção de estradas, pontes e prolongamentos de trilhos, financiados por capital público e privado, tudo para facilitar o comércio de produtos agrícolas, dos novos moradores. Paralelo ao frenesi de ocupação das terras rurais, inúmeros centros urbanos foram se formando na mesoregião e atraindo intenso contingente populacional, que anos mais tarde definiria significativos centros urbanos, pólos de desenvolvimento comercial.

A sorte estava lançada e o processo de ocupação da região, também. Houve um aumento significativo da população no decorrer dos anos, de modo que nos primeiros anos da década de 1970, trinta anos depois do início da ocupação das terras, a região concentrava cerca de 963 mil habitantes, constituindo a segunda área mais populosa do interior do Estado (IPARDES, 2004). A maior concentração da população era no meio rural.

Assim, podia-se falar no “boom” populacional. Porém, fatores contribuíram para que a população que ocupava a mesoregião, ainda na década de 1970, iniciasse o processo de emigração. A terra que no começo era fértil começa a apresentar sinais de cansaço frente à alta demanda por produtividade; o solo do tipo Arenito Caiuá sofre erosão e esgotamento para práticas agrícolas, as pastagens ganham terreno, a substituição da cultura do café pela produção de *commodities*, aliada às avançadas tecnologias de cultivo, tudo isso provocava o desemprego. Entre 1970 e 1980 a mesoregião evidenciou as mais altas taxas de decréscimo populacional dentre as mesoregiões paranaenses, tanto em termo rural quanto urbano (IPARDES, 2004). A população continuou a decrescer na região até o ano de 2000 por causa do crescimento urbano de outras áreas, que atraía as pessoas.

Além do decréscimo populacional, um dado interessante é que ao final dos anos 90 os padrões etários revelavam um processo paulatino de envelhecimento que rondava a região. Com a redução dos grupos de idades mais jovens houve o aumento das proporções de idades adultas e idosas. No ano de 2000 o grau de envelhecimento da população da região noroeste sinalizava para “um nível bem superior ao conjunto do Estado, o mais elevado entre as regiões” (IPARDES, 2004:26).

Contudo, apesar de estar ocorrendo diminuição da população em praticamente todo território noroeste, municípios como Umuarama, Paranavaí e Cianorte se revelaram no ano 2000 os maiores centros populacionais da mesoregião, uma vez que concentravam cerca de 35

% da população total e 41% da população urbana. As diferenças entre os processos de desenvolvimento dos municípios geraram demandas diferenciadas sobre serviços públicos de atendimento de necessidades básicas da população, especialmente nos setores de educação e saúde, no sentido de maiores investimentos para lugares também maiores.

Apesar de ter havido a diminuição da população em praticamente toda mesoregião em função das condições do solo, principalmente entre os anos de 1970 e 1980, este não foi o único fenômeno que envolveu a região. Concomitante a isso, desde o início do processo de ocupação, as áreas urbanas sofreram um abalo das estruturas administrativas por não estarem preparadas para o aumento do fluxo populacional, no período, de evasão das áreas rurais para os centros urbanos próximos. Os municípios tinham apresentavam baixa infra-estrutura mediante o aumento desgovernado da população. Segundo o IPARDES (2004), em três décadas a região saltou de um grau de urbanização de 26% para 77,3 %; dado confirmado em 2000. Conforme o Instituto,

Essa abrupta transferência de populações rurais dos municípios comprometeu as estruturas administrativas, onerou a oferta de infra-estrutura e serviços e exigiu aportes de recursos correspondentes para suportar as demandas acrescidas (p. 30).

Em seguida acrescenta-se:

Esse processo de urbanização atingiu os municípios do noroeste de forma bastante horizontal. De seus 50 municípios existentes em 1970, apenas Paranaíba, Nova Londrina e Nova Olímpia possuíam mais de 50% da população vivendo nas áreas consideradas urbanas, enquanto 94 % dos municípios caracterizavam-se como rurais (IBGE). Em 2000, apenas 14,8 % dos municípios da região permaneceram nessa condição; 80,3 % passaram a ter mais de metade da população vivendo nas porções urbanas... (p.31)

De acordo com os critérios do IBGE sobre urbanidade e ruralidade, os municípios no decorrer dos anos foram se tornando mais urbano e menos rural, na medida em que se constatou que a maioria dos municípios de médio e pequeno porte apresentava contínuos fluxos de evasão rural. Desse modo, se constitui o processo de emigração que atinge predominantemente a população rural. Ao mesmo tempo em que ocorreu a emigração do rural para o urbano, houve no interior dos municípios a questão da falta de infra-estrutura para acomodar toda população migrante.

Tempos depois, a realidade alcança novos números. Se num primeiro momento os municípios da mesoregião do Paraná não estavam preparados em termos de infra-estrutura para receber a população emigrante, em 2004, a mesma região se destacava como aquela que

ocupava a quinta posição do Estado em números de unidades prestadoras de serviços (411 unidades de serviços, no total), tendo a quarta posição em número de hospitais.

A distribuição da rede de serviços na mesoregião, principalmente no que tange aos serviços de saúde, concentra-se atualmente entre os municípios mais populosos, destacando-se Umuarama, Paranavaí e Cianorte.

A história de formação de Guairaçá acompanha o enredo do processo de ocupação da mesoregião paranaense. Antigos moradores do município contam que na década de 1940 era intensa a migração de pessoas para essa região, no sentido de desbravar a mata e plantar café, que por mais de 20 anos foi à plantação predominante.

A formação das cidades, na realidade, teve um aspecto similar, as plantações vinham crescendo em direção à região de Maringá, em seguida à região de Paranavaí e depois seguiam caminho até se aproximar das encostas do Rio Paraná.

A plantação do café desencadeou a primeira grande movimentação sócio-econômica na região, e assim surgiu Guairaçá, paralelo ao movimento do café. Começaram a surgir os primeiros estabelecimentos comerciais, as aglomerações populacionais, no início bastante rarefeito, e alcançando maiores proporções ao longo dos anos, o que consolidou diversos municípios.

2.2 GUAIRAÇÁ E SUA FORMAÇÃO

Guairaçá está localizado na região noroeste do Estado e sua área territorial se expande por 493,9 km², encontrando-se a 518 metros de altitude, se localiza a 527 Km² da capital Curitiba e faz divisa, principalmente, com Santa Mônica ao sul, Terra Rica ao norte, São Pedro do Paraná a oeste e Paranavaí ao leste, sendo esta última, a 35 Km² de distancia, o maior centro urbano próximo e que serve como pólo de apoio às necessidades de saúde, educação, comércio, bens e serviços, de maior complexidade IPARDES (2000).

O pequeno município não faz divisa com rios, a não ser córregos de extensão irrisória e normalmente poluídos. Parte da região de fronteira, onde terminam as construções e começam as vegetações e pastos são ingrimes e alagadiças, e culminam nos córregos.

Segundo moradores antigos, Guairaçá começou a experimentar um processo de colonização intenso a partir da década de 40, quando emigrantes, principalmente dos estados de São Paulo, Bahia e Minas Gerais, foram atraídos pela expansão e cultivo do café. Moradores contam que o maior número de emigrantes foi da região nordeste do país. No

entanto, vários outros grupos étnicos vieram para o município nos primeiros anos decorrentes de sua formação e nas décadas subseqüentes, como italianos, japoneses e alemães. Vieram morar na região em época na qual a predominância do espaço era rural. Neste sentido, destacam-se heróicos desbravadores como Candido Berthier Fortes (hoje, nome da principal avenida na cidade), Rodrigues Aires de Oliveira, Leonel Almeida Costa, Família Minelli, Alcides Campano, Olavo Melo Franco, entre outros.



Fonte: Google: fotos de Guairacá 05/02/2011

O município recebeu este nome, segundo moradores, porque na região existe o Rio Guaíra e em suas proximidades havia, por volta da década de 30, índios chamados de Guairacá, que habitavam as margens do rio e também a região onde hoje está situado o município. Por homenagem aos índios, o nome do município deveria ser Guairacá, e não Guairacá, terminado em “ç”, como é atualmente. No entanto, na década de 60 quando políticos foram até Curitiba para registrar o município descobriram, decepcionados, que já existia no Paraná cidade registrada com a mesma nomenclatura. Para não repetir o nome e também para não ter de escolher outro completamente adverso do que havia sido pensado inicialmente, o funcionário do cartório, em Curitiba, sugeriu Guairacá e o nome foi imediatamente aceito. Quem reside no lugar, recebe o nome gentílico de Guairacaense.

Sobre este episódio, uma das moradoras antigas do lugar conta sorrindo: “*o nome do município é fruto de um acidente!*” (Ruthi, Secretária da Educação).

Em 1960 o município, que antes era distrito de Paranavaí, tem sua emancipação política e a partir de então é reconhecido Guairacá enquanto sede municipal, promovido à condição de cidade. Inicialmente, foi criado pela Lei Municipal número 13, de 05 de Agosto

de 1953, quando ainda era distrito. Anos mais tarde, após sua emancipação, foi reconhecido pela Lei Estadual número 4245, de 21 de setembro de 1960.

A emancipação política foi uma organização dos grandes proprietários rurais que, na época, moravam em Guairaçá e acreditavam no desenvolvimento que viria após a emancipação política e administrativa do lugar.

2.2.1 Aspectos populacionais

O município possui um total de 6.197 habitantes, em 2010, sendo que 4.959 residem no espaço urbano e 1.238 no rural, apresentando uma densidade de 12,55 habitantes/km². O crescimento populacional vem se desenvolvendo de modo a identificar um crescimento da população urbana. Se na década de 1970 a população era majoritariamente rural (88,1%), no Censo Demográfico de 2010 fica claro a diferença entre um lugar e outro e o predomínio da população urbana, com o município apresentando um grau de urbanização de 80%, em 2010, como é possível observar na tabela 1:

TABELA 1 - POPULAÇÃO RESIDENTE, SEGUNDO SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO – GUAIRAÇÁ - 1970/2010

ANO	POPULAÇÃO RESIDENTE					
	Número			%		
	TOTAL	Urbana	Rural	TOTAL	Urbana	Rural
1970	7.922	945	6.977	100,0	11,9	88,1
1980	7.099	2.642	4.457	100,0	37,2	62,8
1991	5.556	3.129	2.427	100,0	56,3	43,7
2000	5.898	4.098	1.800	100,0	69,5	30,5
2010	6.197	4.959	1.238	100,0	80,0	20,0

FONTE: IBGE - Censos Demográficos

NOTA: Dados extraídos do Banco de Dados Agregados - IBGE

O Município passou por um forte processo de urbanização na década de 1970, apresentando uma taxa de crescimento da população urbana de 10,8% ao ano, taxa esta que sofreu redução na década seguinte em virtude do forte processo migratório que resultou na saída de considerável parcela da população nos anos 1980, em especial, da população rural (-5,4%).

TABELA 2 - TAXAS MÉDIAS GEOMÉTRICAS DE CRESCIMENTO ANUAL, POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO - GUAIRAÇÁ - 1970/2010.

SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO	TAXAS MÉDIAS GEOMÉTRICAS DE CRESCIMENTO ANUAL			
	70/80	80/91	91/00	00/10
RURAL	-4,4	-5,4	-3,3	-3,7
URBANA	10,8	1,5	3,1	1,9
TOTAL	-1,1	-2,2	0,7	0,5

FONTE: IBGE - Censos Demográficos

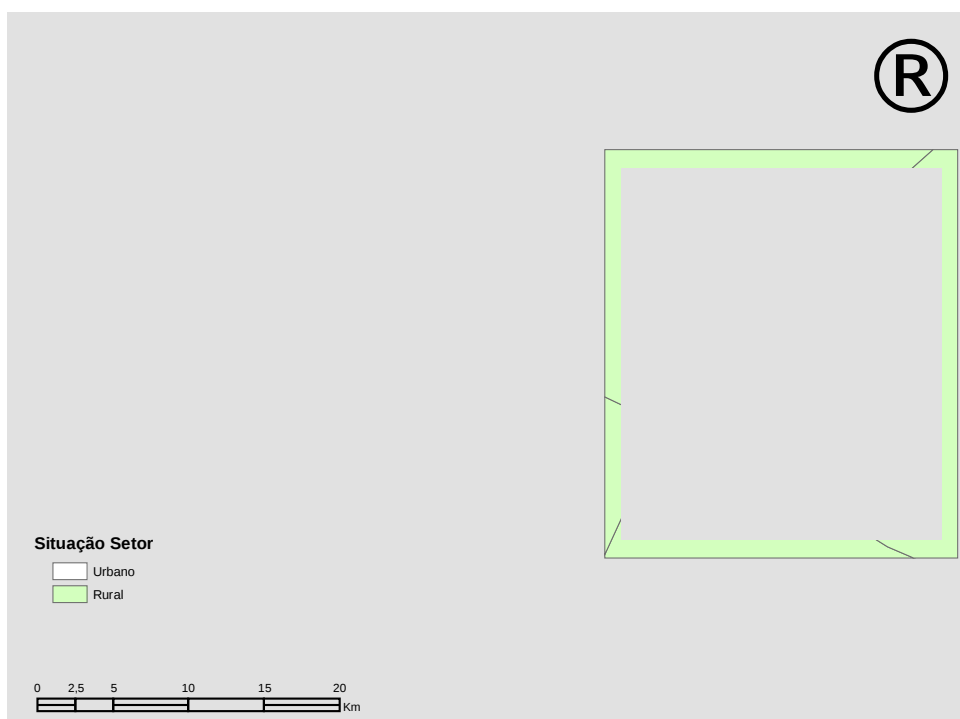
Embora o município tenha apresentado taxas de crescimento positivas nas últimas duas décadas, no período 00/10 ela está abaixo da taxa de crescimento vegetativo (0,87%), mostrando que o município continua com uma considerável saída populacional.⁸

Vale dizer que a urbanidade do município é medida segundo critérios do IBGE, conforme a proporção de pessoas que residem na cidade, a proporção de pessoas que residem no campo e a proporção do total de moradores. Sobre isso, Veiga diz:

... São inúmeros os casos de municípios com população irrisória e ínfima densidade demográfica, mas com altíssimo grau de urbanização (...). Enfim, o mínimo que se pode dizer a respeito da metodologia oficial de cálculo do grau de urbanização do Brasil é que ele é anacrônico e obsoleto. (2002: 66)

Os dados oficiais, de acordo com a tabela A 2.6, anexo I, demonstram um município de crescimento majoritariamente urbano ao definir o grau de urbanidade com tão alta percentagem, o que levou a pensar a região rural como sendo pouca expressiva. No entanto, atualmente, frente a um município cuja população com 6 mil habitantes a imbricação entre rural e urbano é evidente. A seguir o gráfico da situação do setor rural e urbano:

⁸ O crescimento vegetativo ou crescimento natural é a diferença entre os nascimentos e as mortes.



Com relação ao aspecto migração, os dados do Censo Demográfico de 1980 revelavam que entre os 5.898 moradores de Guairacá, na época, 40,8 % deles nunca se mudaram do município, enquanto que 59,2 % viveram em outras regiões. Dentre os moradores, 37,3 % deles haviam nascido no município e outros 62,7 % haviam nascido em outras localidades. Podemos perceber que o município caracteriza-se por ter elevado índice de migrações. Interessante notar, que o Censo de 1980 permite mensurar a migração intramunicipal, ou seja, dos 2.642 habitantes residentes no urbano, 56,4% deles informaram que ter morado tanto no urbano, quanto no rural do município de Guairacá, como pode ser observado na tabela 3:

TABELA 3 - POPULAÇÃO RESIDENTE, SEGUNDO SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E CARACTERÍSTICAS MIGRAÇÃO – GUAIRACÁ - 1980

CARACTERÍSTICAS DA MIGRAÇÃO		SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO					
		URBANA		RURAL		TOTAL	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%
Nasceu neste município	sim	1.021	38,6	1.628	36,5	2.649	37,3
	não	1.621	61,4	2.829	63,5	4.450	62,7
	Total	2.642	100,0	4.457	100,0	7.099	100,0
Neste município morou	só zona urbana	1.148	43,5	0	,0	1.148	16,2
	só zona rural	0	,0	4.224	94,8	4.224	59,5
	urbana e rural	1.490	56,4	233	5,2	1.723	24,3
	sem declaração	4	,2	0	,0	4	,1
	Total	2.642	100,0	4.457	100,0	7.099	100,0
Município anterior que morava	zona urbana	419	15,9	137	3,1	556	7,8
	zona rural	1.250	47,3	2.749	61,7	3.999	56,3
	nasceu	968	36,6	1.571	35,2	2.539	35,8
	sem declaração	5	,2	0	,0	5	,1
	Total	2.642	100,0	4.457	100,0	7.099	100,0

FONTE: IBGE - Censo Demográfico (microdados)

Tal fator provoca a infiltração de culturas, hábitos e saberes tanto dos que chegaram no município, como dos que foram e depois voltaram. Ao habitar os lugares adquirimos um pouco desses lugares em nossa personalidade, e neste sentido é que se dá a “pulverização” de culturas, quando decidimos mudar de endereço. Segundo Gomes (2002: 77), “a dimensão espacial dimensiona e condiciona os comportamentos” e não há como fugir disso tão facilmente quando mudamos para outros lugares, de modo que faça anular nossas experiências passadas.

Neste sentido, podemos dizer que é enganador supor o desaparecimento das culturas locais por efeito do processo globalizador. Entendemos que a globalização é o fenômeno mais importante da sociedade contemporânea, capaz de moldar nossa vivência cotidiana e influenciar todas as esferas da vida social. A globalização influencia a cultura. No entanto, daí a dizer que exista a homogeneização cultural não seria justo com a diversidade. Acreditamos que o que existe é uma imbricação entre o local e o global, de modo que local e global estão interligados. Não há uma cultura global, mas sim várias culturas locais que se reforçam por intermédio da cultura global.

Especificamente, a necessidade das cidades competirem economicamente faz com que elas busquem uma distinção simbólica (BOURDIEU, 1999) no seu contexto histórico e patrimonial. Nesse caso a cultura pode ser a forma encontrada de atrair consumidores. A cultura pode ser estratégia de democratização. O jogo de força que envolve regiões pode reforçar a especificidade da cultura e por isso não se pode dar uma dimensão global a cultura. Um exemplo é a diferença que cada pessoa tem de se apropriar do espaço. Os migrantes trazem consigo sua cultura local e, neste sentido, fala-se da igualdade das culturas sem

hierarquia, seja cultura material, forma de sociabilidades, valores; mas reforçados por uma cultura local e interligados por uma cultura global.

Contudo, a população urbana do município, em 1980, era mesclada pelos hábitos de 35,8% da população que havia nascido no município, 28,1 % que residiam ali há 10 anos ou mais, e por 29,3% da população que trouxe consigo novas culturas, como pode ser observado na tabela 4:

TABELA 4 - POPULAÇÃO RESIDENTE, SEGUNDO SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E TEMPO DE RESIDÊNCIA NO MUNICÍPIO – GUAIRAÇÁ - 1980

TEMPO DE RESIDÊNCIA NO MUNICÍPIO	SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO					
	URBANA		RURAL		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
menos de 1 ano	112	4,2	400	9,0	512	7,2
1 ano	149	5,6	79	1,8	228	3,2
2 anos	56	2,1	236	5,3	292	4,1
3 anos	83	3,1	212	4,8	295	4,2
4 anos	79	3,0	212	4,8	291	4,1
5 anos	77	2,9	173	3,9	250	3,5
6 a 9 anos	219	8,3	479	10,7	698	9,8
menos de 10 anos	775	29,3	1.791	40,2	2.566	36,1
10 anos e mais	899	34,0	1.095	24,6	1.994	28,1
nasceu	968	36,6	1.571	35,2	2.539	35,8
Total	2.642	100,0	4.457	100,0	7.099	100,0

FONTE: IBGE - Censo Demográfico (microdados)

Num comparativo entre o censo de 1980 e 2000, é possível observar no censo de 1980 uma rotatividade um pouco maior de pessoas em Guairacá. Evidencia-se a curta permanência de pessoas no município por um período de até três anos, e que corresponde a 18%. Na medida em que baixou progressivamente a rotatividade de pessoas no município, como aconteceu em 2000, as pessoas começam a fixar residência. O censo de 2000 denota um singelo aumento da porcentagem de permanência em Guairacá. Nota-se que as pessoas passaram a fixar residência em proporção maior e construir sua história atrelada às peculiaridades de um pequeno município, conforme demonstra a tabela 5:

TABELA 5 - POPULAÇÃO RESIDENTE, SEGUNDO SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E TEMPO DE RESIDÊNCIA NO MUNICÍPIO – GUAIRACÁ - 2000

TEMPO DE RESIDÊNCIA NO MUNICÍPIO	SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO					
	URBANA		RURAL		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
menos de 1 ano	117	2,9	88	4,9	206	3,5
1 ano	62	1,5	228	12,7	290	4,9
2 anos	170	4,1	179	10,0	349	5,9
3 anos	88	2,1	71	4,0	159	2,7
4 anos	91	2,2	76	4,2	167	2,8
5 anos	20	0,5	36	2,0	56	0,9
6 a 9 anos	313	7,6	40	2,2	354	6,0
menos de 10 anos	861	21,0	719	40,0	1.580	26,8
10 anos e mais	1.432	34,9	480	26,7	1.913	32,4
Sempre morou	1.805	44,0	600	33,3	2.405	40,8
Total	4.098	100,0	1.800	100,0	5.898	100,0

FONTE: IBGE - Censo Demográfico (microdados)

A comparação entre as tabelas 4 e 5 revela ter havido certa acomodação da população no município, em especial, a população urbana. Podemos perceber que a população urbana, entre os anos 1980 e 2000, passa a permanecer mais tempo no município. Por outro lado, a população rural continua a movimentar-se mais. No ano de 2000, por exemplo, a distribuição dos rurais quanto ao tempo de moradia, não se altera.

A tabela 6 revela significativo número de pessoas morando na zona urbana, 51 %, em comparação a população rural 18,8 %, uma vez que a instabilidade de moradores no rural parece maior.

TABELA 6 - POPULAÇÃO RESIDENTE, SEGUNDO SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E CARACTERÍSTICAS MIGRAÇÃO – GUAIRACÁ - 2000

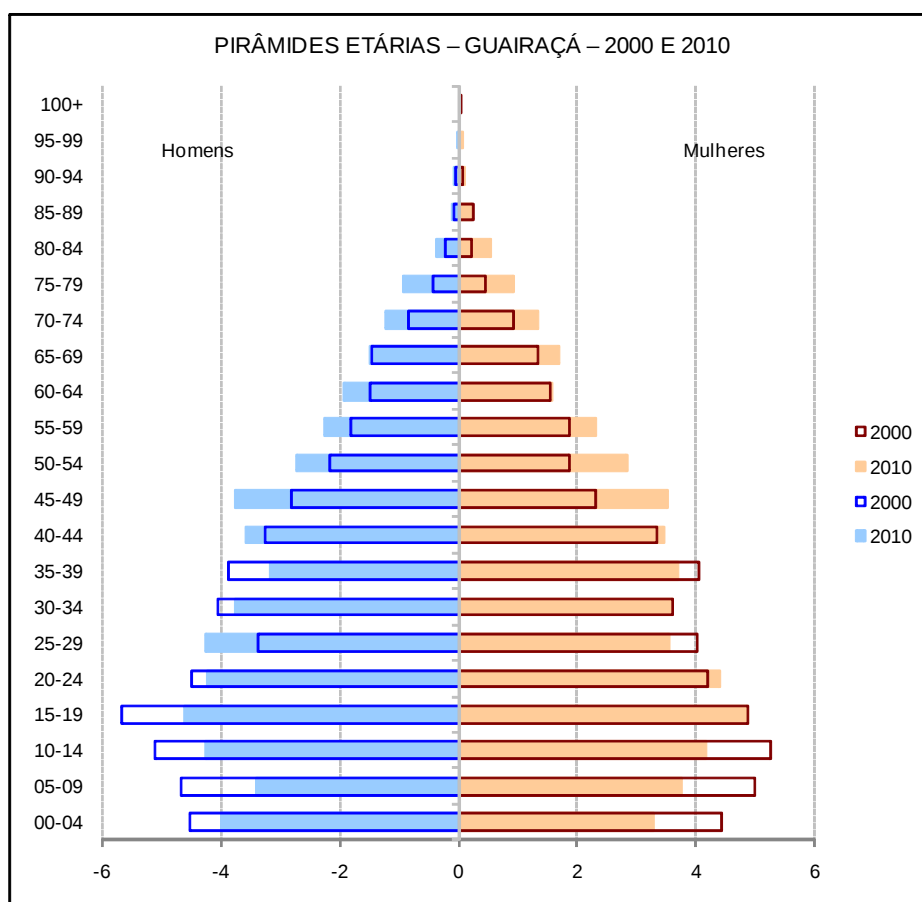
CARACTERÍSTICAS DA MIGRAÇÃO		SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO					
		URBANA		RURAL		TOTAL	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%
Sempre morou neste município	sim	1.805	44,0	600	33,4	2.405	40,8
	não	2.293	56,0	1.200	66,6	3.493	59,2
	Total	4.098	100,0	1.800	100,0	5.898	100,0
Nasceu neste município	sim	150	6,5	63	5,3	213	6,1
	não	2.144	93,5	1.136	94,7	3.280	93,9
	Total	2.293	100,0	1.200	100,0	3.493	100,0
Residência em 31 de julho de 1995	neste município, na zona urbana	1.694	73,9	87	7,3	1.782	51,0
	neste município, na zona rural	151	6,6	506	42,2	658	18,8
	em outro município, na zona urbana	284	12,4	130	10,8	414	11,8
	em outro município, na zona rural	42	1,8	339	28,2	381	10,9
	em outro país	63	2,7	98	8,2	160	4,6
	não era nascido	59	2,6	40	3,3	98	2,8
	Total	2.293	100,0	1.200	100,0	3.493	100,0

FONTE: IBGE - Censo Demográfico (microdados)

Ainda com relação ao tempo de moradia, o censo de 2000 revela a transição de pessoas do meio rural é maior que no meio urbano, talvez pela instabilidade dos meios de

produção característica na região rural, uma vez que está sujeita aos fenômenos naturais como chuva ou seca, além do tipo de produção sujeitos ao tempo certo de colheita.

No que se refere às informações acerca da distribuição por grupos de idade o quadro a seguir permitem observar as alterações ocorridas na última década. No primeiro grupo etário, de 0 a 14 anos, em 2000, contava com 1.710 pessoas; o segundo, de 15 a 64 anos, contava com 3.813 pessoas; e o terceiro de 65 anos ou mais contava com 375 pessoas, sendo que no município predominavam os jovens e adultos. Em 2010, estes mesmos grupos etários apresentam 1.416, 4.218, e 563 habitantes, respectivamente. A redução do primeiro grupo etário na última década (-1,9%) reflete a diminuição dos nascimentos em razão da queda da fecundidade, o segundo grupo etário apresenta um crescimento de 1,0% no período, enquanto que no grupo de 65 anos ou mais, há um forte crescimento de 4% ao ano, apontando um processo de envelhecimento populacional que demandará políticas sociais específicas.



Fonte: IBGE – Censos Demográficos.

Importante notar que, em 2000, o índice de idosos⁹ de 21,9 %, era superior a do Estado, de 19,07%. Em 2010 o indicador está em 39,8% para o município, enquanto o Estado, em 33%. Vale dizer que em 2000 a população estava distribuída em 2.022 domicílios, sendo 1.263 urbanos e 759 rurais. Atualmente são 2.302 domicílios, distribuídos em 1.703 urbanos e 599 rurais.

2.2.2 Infra-estrutura pública

Informações do IBGE, do censo de 2000, revelam que o município contava com o abastecimento de água por rede geral na região urbana, 99,4 % dos domicílios, e na rede rural, 5,7 % dos domicílios. A média do Estado era de 96,8 % para urbano e 19,5 % para rural. Percebemos, portanto, que o abastecimento de água na região urbana superava as expectativas, enquanto que na região rural mostrava-se ainda insuficiente.

No mesmo período é possível fazer avaliação de outros serviços. A rede de esgoto contemplava 1,4 % dos domicílios urbanos e 1,2 dos domicílios rurais, sendo que a média do estado era de 45,9 % urbanos e 13,6 para os rurais. Neste caso, fica evidente a insuficiência de rede de esgoto no município. O lixo coletado no espaço urbano de Guairaçá correspondia a 98,5 % e no espaço rural 3,5 %. A média do Estado era de 97,1 % para o urbano, e para o espaço rural de 3,5%, o que sugere a defasagem com relação ao campo. Praticamente todo o município recebia luz elétrica, não havendo, assim, problemas no abastecimento de energia.

Os leitos hospitalares no município correspondiam a 2,7 % de leitos (por mil habitantes), valor este aproximado ao valor médio do Estado, que era de 3,0 %. No entanto, a estrutura local contava com apenas 01 posto de atendimento e 01 hospital para pacientes do SUS. O município contava ainda com duas ambulâncias, em razoável estado de conservação, que realizava o transporte de pacientes para cidades maiores. A dificuldade de acesso da população ao atendimento de saúde era, principalmente, no fato do município não possuir nenhum serviço de atendimento especializado. Nos casos de doenças que necessitavam de especialistas, os pacientes eram encaminhados para a Santa Casa de Paranaíba, ou então, em casos mais graves, para Maringá ou Curitiba, mas sempre condicionados à disponibilidade de vagas, conforme o Consórcio Municipal de Saúde (IPARDES, 2000).

⁹ O índice de idosos mede a proporção entre o número de pessoas com 65 e mais anos de idade e o número de crianças e jovens abaixo de 15 anos. Uma vez que o número de idosos ocupa o numerador da fração, quanto mais elevado o índice, mais “envelhecida” resulta a estrutura etária da população.

As principais doenças que costumavam acometer a população eram as do aparelho circulatório, sendo esta a primeira causa de óbitos de pessoas adultas, em seguida doenças do aparelho respiratório, segunda causa principal. As causas mortes que se destacavam correspondia ao que costumava acontecer na mesoregião: doenças do aparelho circulatório, neoplasias (tumores), mortes violentas por causas externas e doenças respiratórias. Um dado curioso é que a tendência de doenças do aparelho circulatório sinalizava também para a predominância do processo de envelhecimento da população guairaçaense, uma vez que, no caso de jovens, as causas mortes eram doenças infecciosas, parasitárias ou causas externas, conforme o IPARDES (2000).

O coeficiente de mortalidade infantil era de 24 ‰ óbitos de menores de 01 ano, por mil nascidos vivos, superior à média do Estado que era de 20,3‰, segundo IPARDES (2000). No entanto, na última década o coeficiente reduziu substancialmente, sendo que em 2009, este indicador era de 12,5 ‰ para o Estado e de 9,35 ‰ para Guairacá, segundo IPARDES (2010).

Informações atuais do IPARDES (2010) e a tabela A 2.12, anexo III, esclarecem sobre assuntos referentes a educação. O acesso à creche para crianças de 0 a 03 anos, apresenta uma taxa de 9,28 %, aproximada à média do Paraná que é de 9,67 %, o que revela que, nesse caso, o município ocupa uma posição intermediária com relação ao *ranking* de outros lugares que compõe a mesoregião noroeste. O acesso de alunos de 04 a 06 anos – educação infantil - o município apresenta um valor de 67,58 %, superior a média do Estado de 53,26 %; dado que revela um satisfatório acesso á educação, dessa respectiva faixa etária. O acesso de alunos de 07 a 14 anos à escola era de 94,43 %, um valor também satisfatório e que corresponde quase que exatamente a média do Estado de 95,65 %.

Ainda em 2010, com relação aos alunos de 15 a 17 anos as taxas são bem menores, de 58,9 %, abaixo da média do Estado de 73,09 %. Este dado preocupa quando se pensa sobre o acesso ao ensino médio, uma vez que o número de pessoas nessa faixa etária que reside no município é bastante significativo. O mesmo acontece com o acesso ao ensino nas faixas etárias de 19 a 22 anos, sendo apenas de 21,02 %, enquanto a média no estado é de 33,49 %. Por ultimo, na faixa etária de 22 anos ou mais a taxa é de 2,99 %, abaixo do Estado, de 6,01 %.

Guairacá possui 01 estabelecimento de ensino pré-escolar, 01 de ensino fundamental e de ensino médio, e o total de 1.477 alunos matriculados, até 2002. A partir dos dados apresentados podemos verificar que existia certa defasagem de ensino com relação aos adolescentes e jovens, no que se refere ao ensino médio e o terceiro grau, enquanto que as séries iniciais se aproximavam da média estadual. A taxa de analfabetismo do Município é de

25,2 %, enquanto que a taxa média do Estado é de 9,5 %. Vê-se, portanto, que a taxa de analfabetismo dizia respeito aos adultos, logo, a população mais velha do município, e era bastante superior à média do Estado.

2.2.3 Trabalho e ocupação

No que se refere ao trabalho e ocupação da população de Guairacá, dados do IPARDES (2000) revelavam que dentre 5.898 habitantes do município, 4.799 estavam em idade ativa para o trabalho.

Pessoas economicamente ativas e que exerciam atividades remuneradas, somavam o total de 2.639. Por outro lado, a taxa de desemprego correspondia a 9,4 %, menor do que o Estado, cuja média era de 12,8 %. Dentre os que trabalhavam, 57,2 % desenvolviam atividades rurais. O restante exercia atividades que se dividiam entre indústria, comércio e serviços. A média para a realização de atividades agropecuárias do Estado era de 20,1 %.

Depois da percentagem de trabalhos rurais, a atividade com maior número de pessoas era a de serviços, com 39,1 %. Dentre os trabalhadores, 48,7 % deles trabalhavam sem carteira de trabalho assinada. Os que trabalhavam por conta própria somavam 18,6 %.

TABELA 7 - POPULAÇÃO OCUPADA SEGUNDO AS ATIVIDADES ECONÔMICAS - 2000	
ATIVIDADES ECONÔMICAS	Nº DE PESSOAS
Agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e pesca	1.367
Indústria de transformação	118
Construção	78
Comércio, reparação de veículos automotivos, objetos pessoais e Domésticos	225
Alojamento e alimentação	33
Transporte, armazenagem e comunicação	91
Intermediações financeiras, atividades imobiliárias, alugueis e serviços prestados a empresas	19
Administração pública, defesa e seguridade social	152
Educação	88
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	27
Serviços domésticos	184
Atividades mal definidas	09
TOTAL	2.421

FONTE: IBGE – Censo demográfico – Resultados da amostra

As atividades econômicas de maior desempenho no município eram: agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e pesca, que empregava 1.367 pessoas, à frente das atividades de comércio, que contava com 225, as atividades de administração pública, que contava com 152 e as atividades de indústria, que contava com 118.

TABELA 8 - VALOR ADICIONAL FISCAL SEGUNDO OS RAMOS DE ATIVIDADES - 2000	
RAMOS DE ATIVIDADE	VALOR (R\$ 1,00)
Produção Primária	54.969.653
Indústria	4.097.691
Indústria - Simples Nacional 1	114.981
Comércio/serviços	4.462.952
Comércio – Simples Nacional 1	3.134.723
Recursos / Auto	421.116
TOTAL	67.201.116

FONTE: SEFA - PR

NOTA: Dados sujeitos à reavaliações pela fonte.

(1) Regime tributário diferenciado, simplificado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, aplicável às Microempresas e às empresas de Pequeno Porte, a partir de 01/07/2007.

Informações prévias do censo 2010 revelam que a atividade agrícola principal, atualmente, é a colheita de cana e laranja, especialmente para a usina e a fábrica de sucos, empresas que se instalaram há cerca de três anos na região. Por muitos anos a produção primária tem sido a principal atividade econômica no município.

2.2.4 Índice de Desenvolvimento Humano - IDH

Em Guairacá, conforme demonstra a tabela A 2.11, anexo II, o IDH no ano de 2000 era de 0,70, enquanto que a média do Estado era de 0,78. Nota-se que o índice de Guairacá evoluiu nos últimos anos, sendo que em 1991 era de 0,65, apesar de estar sempre alguns pontos abaixo da média geral dos municípios. Guairacá apresentava uma posição intermediária com relação ao *ranking* dos demais municípios que compõe a mesoregião, e correspondia a uma classificação de médio desenvolvimento.

O IDH expõe essencialmente as desigualdades sociais, seus componentes são: esperança de vida ao nascer, taxa de alfabetização (15 anos e mais), taxa de frequência escolar (de 07 a 22 anos) e renda per capita. Com relação à taxa de esperança de vida, Guairacá tinha razoável desempenho comparado a média do Estado, de 69,8 %. Nos demais quesitos o município se apresentava inferior à média do Estado.

A taxa de pobreza no censo de 2000 era de 35,1 %, acima da média do Estado (20,9 %), portanto, uma situação alarmante. A taxa de pobreza equivale ao percentual de famílias com renda mensal *per capita* de até ½ salário mínimo, em relação ao número total de famílias residentes na área em estudo, IPARDES (2000).

Informações da mesma fonte dão conta de que, em comparação a média Estadual, Guairará mostrava distribuição de renda média mensal familiar, *per capita*, menos favorável. Tal aspecto se traduz no percentual da população guairaçaense com renda mais baixa do que a média dos paranaenses: 35% das famílias locais recebiam $\frac{1}{2}$ salário mínimo mensal, enquanto a média calculada do Estado era de 20,9 % das famílias. Cerca de 79% da população recebia até 02 salários mínimos. Logo, Guairará revelava-se pequeno, agrícola, rural e pobre, segundo IPARDES (2000).

Em 2010, segundo os resultados preliminares do censo, o indicador de domicílios pobres (21,8%) se encontra próximo da média Estadual (20,9%); o mesmo se observa com os dados divulgados sobre a população miserável¹⁰ do município (3,6%) em relação ao do Estado (3,7%). Todavia, ainda uma situação que foge ao ideal.

Guairará se caracteriza a partir do censo de 2000, principalmente, por apresentar limitações em seus aspectos sociais. Dentre suas limitações, as que mais se destacam são aquelas referentes à qualidade de vida de sua população, seus rendimentos, analfabetismo, defasagem de acesso ao ensino médio e alto índice de pobreza. Isto revela a precariedade que engloba seu contexto. Assim, torna-se um campo fértil para pesquisa, no sentido de compreender mais de perto sua realidade.

A seguir apresentamos a análise dos dados.

¹⁰ População residente em domicílios particulares permanentes, com rendimento nominal mensal domiciliar *per capita* até R\$ 70,00 (Incluso sem Rendimento).

3 IDENTIDADE SOCIAL

3.1 AS FACES DA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE SOCIAL

Este trabalho analisa as representações sobre o significado de ser e viver em um pequeno município do interior do Paraná. São analisados dois aspectos, sendo a percepção que os moradores têm de si mesmo e a percepção que eles têm do espaço onde vivem. As informações aqui apresentadas são originárias de uma pesquisa com moradores de Guairaçá, a considerar os que moram na região central, dotados de melhores condições de vida, e os que moram na região periférica, em condições de vulnerabilidade e risco, em maior ou menor proporção. O material coletado permite analisar o contexto o qual as situações se desenvolvem, de modo a avaliar a narrativa, sempre variante, a depender das representações de quem fala.

Paralelo às representações, caracterizamos a identidade social do município, uma vez que frente às atividades de transformação do espaço social e territorial o sujeito transforma a si mesmo. Nesse sentido, é como falar em um modo relacional em Bourdieu (1999) e um modo interdependente em Elias (2000), de construção da identidade social, mais do que um processo dialético, posto que sua construção só existe mediante outras propriedades, ou seja, identidade só surge em meio às atividades interligadas nos campos prático e simbólico. Especialmente, identidade social se constrói em Bourdieu por um complexo intercambio entre a transformação material e simbólica, a imbricação entre o real e as representações. Em Elias o mesmo pensamento, a interrelação entre o “nós” e o “outro”, que estão em oposição binária, para a autodefinição.

Bastante significativa para o assunto desse capítulo é a frase de Bourdieu “se existe uma verdade, é que a verdade é um campo de lutas” (1996: 83). Isso significa que devemos supor, de todos os aspectos da realidade, que eles estão constantemente em conflito, em diferença, em oposição, em relação.

Sendo assim, compreender a identidade social no município de Guairaçá significa inicialmente aceitar a existência de grupos distintos, a divisão, a diferença. O município abriga grupos diferentes de moradores. Neste sentido, os ensinamentos de Bourdieu são fundamentais para entendermos que não se trata aqui de classes constituídas, como dizia Marx, mas sim classes “potenciais”, as quais, por semelhança, ocupam o mesmo espaço. Sobre a diferenciação de pessoas num mesmo espaço explicamos que o que difere exatamente é a força e o poder que alguns tem em relação a outros e que faz com que as pessoas se

aproximem, direta ou indiretamente, de modo a constituir um grupo pela semelhança, e não necessariamente pela consciência de classe.

Essencialmente, as pessoas se tornam grupos pela semelhança de poder econômico e cultural, segundo Bourdieu (1996) ao falar sobre “*O poder Simbólico*”. No município de Guairacá as pessoas que realizam atividades administrativas ou de relevância pública são semelhantes com relação aos bens materiais que possuem e também com relação à escolarização, ao grau de informação. Além disso, são pessoas unificadas pelo mesmo espaço geográfico, no caso, a região central, dotada de toda infra-estrutura. Todavia, a região periférica se difere da região central pela pouca infra-estrutura e também pelo fato de que seus moradores ou são trabalhadores rurais, com baixo ou nenhum nível de escolaridade e que sobrevivem sob péssimas condições de moradia e renda, ou são trabalhadores rurais aposentados, com baixo nível de escolaridade que vive sob razoáveis condições de moradia e renda.

Sendo agrupados por semelhanças (neste caso, semelhanças econômica, cultural, do espaço geográfico) analisamos, portanto, as representações que os moradores de Guairacá têm de suas identidades sociais, considerando o lugar de onde eles vêm. Para isso, dividimos em dois grupos para análise sendo o grupo 01, grupo da região central, e o grupo 02, grupo da região periférica¹¹.

No entanto, para compreender as percepções que os moradores possuem, bem como o que significa ser e viver neste espaço, adaptamos a este estudo as categorias de análise utilizadas por Wanderley, (1997), em seus estudos sobre pequeno município do Estado de Pernambuco, ou seja, um estudo sobre a trama espacial e social do lugar, subdividida em cinco categorias de análise, sendo elas: uma avaliação sobre o exercício das funções propriamente urbanas e rurais; do modo de vida, da intensidade do processo de urbanização; da presença do mundo rural; da dinâmica da sociabilidade local. Neste sentido, vale ressaltar que o objetivo principal deste trabalho é caracterizar a identidade social dos moradores de Guairacá, por meio de suas representação. Sendo assim, a idéia aqui é adaptar as categorias utilizadas pela autora no sentido de criar parâmetros de compreensão com relação ao que se aproxima de um universo urbano, rural ou intermediário.

Como se trata de uma adaptação do modelo de Wanderley tomamos a liberdade de alterar, em parte, as categorias de análise estabelecidas pela autora, a começar pela sequência da análise, em decorrência de ser necessário apresentar os moradores de Guairacá, de

¹¹ Justificamos a escolha da terminologia “centro” e “periferia” para classificar a distinção entre os grupos por considerar a diferença social entre os dois espaços geográficos sua diferença imediata, pungente.

imediatamente, em suas especificidades. Dessa forma, o presente trabalho traz, primeiro, as concepções que eles têm de si mesmo, ou seja, a análise das condições de vida, dominante, na qual é feito um levantamento dos bens que os moradores possuem, as representações que eles têm do acesso a esses bens, e informações sobre a imagem que eles transmitem para os outros. Em seguida, investigamos as percepções que eles têm sobre o espaço onde vivem, analisando as seguintes categorias: o exercício das funções propriamente urbanas e rurais, atividades administrativas, econômicas e sócio-políticas, bem como as rurais; no terceiro momento, tocamos a intensidade do processo de urbanização para saber as representações do acesso a bens e serviços oferecidos pelo município; depois tomamos a presença do rural na vida cotidiana, levantando questões sobre as atividades da terra e, ainda, as representações sobre o povoamento reduzido, as relações de interconhecimento; por último, tocamos a dinâmica da sociabilidade local, para saber como entendem as diferenças sociais, as relações de poder, no município, e qual a percepção objetiva que apresentam sobre o espaço. Os nomes dos entrevistados foram trocados para evitarmos constrangimentos aos mesmos, após a publicação deste trabalho

3.2 A TRAMA SOCIAL E ESPACIAL

A trama social e espacial, segundo Wanderley (1997), contribui para compreendermos a dinâmica interna no município. Neste caso, a trama espacial tende a verificação da predominância rural, urbana ou intermediária, enquanto que a trama social permite a avaliação das relações sociais.

3.2.1 A percepção que se tem de si mesmo

a . O modo de vida dominante: representações sobre os bens que possuem e sobre a imagem que transmitem aos outros

O modo de vida dos moradores de Guairaçá é percebido aqui “tanto através das manifestações concretas, quanto das representações que dele faz a população local” (Wanderley, 1997: 18). Desse modo, a análise das condições de vida pressupõe, primeiro, um levantamento dos seus bens materiais e culturais, bem como a representação que fazem da necessidade de acesso a estes recursos. Em seguida, é feita uma análise da representação do morador acerca de como ele é visto pela população local.

O primeiro grupo analisado é o grupo que reside o espaço da região central. Dentre onze entrevistados, alguns são quase vizinhos, outros são separados por uma distância não superior a 20 minutos a pé, a considerar a pequena extensão territorial que compreende a área central. Mesmo os mais distantes, se é que se pode entendê-los como distantes, todos se conhecem. Os moradores da região central e os moradores da região periférica¹² também se conhecem e se relacionam entre si, no entanto, com menos frequência, como iremos perceber quando nos relatos de seus cotidianos. Todos os moradores do centro têm a característica de serem um dos primeiros moradores de Guairacá, ao passo que os da periferia chegaram depois, como veremos no decorrer deste trabalho. A seguir, um esboço que caracteriza o centro e a periferia:



Esquema centro e periferia 1

A figura apresentada mostra, por meio de um modelo esquemático, uma singela ilustração do que compreende a região central e a região periférica, o qual o branco representa o centro e o verde a periferia, não exatamente em dimensão matemática do espaço, mas em proporção. A imagem real, entretanto, delimita os espaços por meio de asfaltos, de modo que: quando se encerra o asfalto muda-se a paisagem cuja característica predominante passa a ser ruas esburacadas de terra, casas modestas, espaços em contato com a natureza. As linhas de

¹² Denominar-se-á região periférica tendo em vista a simplificação de palavras para o texto, porém, a imagem que se deve ter da região é a espécie de uma franja que perpassa em contorno toda região central e que se distingue por serviços de infraestrutura que não possui.

delimitação do modelo aqui apresentado não são lineares, assim como, na visão a olho nu parece também não ser.

Os moradores do centro, de modo geral, ocupam cargos públicos ou de relevância pública. Todos têm curso superior ou terminaram o segundo grau e fizeram um curso técnico, sendo oito deles graduados em cursos que variam entre pedagogia, serviço social, administração e contabilidade. Dentre os graduados, três deles tem Pós-Graduação em áreas correlatas. Outros três tem cursos técnicos na área de enfermagem ou magistério, como veremos adiante, mais detalhadamente.

Do grupo do centro, todos os entrevistados, dizem não ter necessidade de nada e se mostram orgulhosos da posição que ocupam e das condições de conforto em que vivem, condições essas que só são possíveis graças ao seu próprio trabalho, argumentam eles (e em alguns casos, consequência dos esforços de seus maridos). Este pensamento é representado na fala de Osvaldo, o que simboliza o pensamento de todos os outros:

Tudo que eu tenho hoje, graças a Deus, é fruto de muito trabalho e dedicação. (Osvaldo, comerciante).

Portanto, as representações de acesso aos recursos, aos bens e serviços, de maneira geral são motivadas neste grupo por sentimentos de satisfação e orgulho sobre sua condição de vida.

Dentre o grupo da periferia, ao total de oito entrevistados, apenas dois deles concluíram o ensino fundamental, outros três sabem ler e escrever e dois são analfabetos. Luzia, diretora da Escola Estadual, que faz parte do grupo do centro, tem uma explicação para a defasagem do ensino no grupo da periferia, ela explica: “o povo não quer saber de estudar”.

Luzia tem 43 anos, é casada a mais de 20 anos e tem dois filhos adolescentes, sendo que um deles está cursando o colégio agrícola, fora da cidade. Luzia é diretora de escola pública Estadual, de ensino fundamental e ensino médio, há 20 anos e além da direção da escola ela faz parte dos conselhos municipais, sendo Conselho da Escola, Conselho da Saúde, Conselho da Criança e Adolescente. A família reside na avenida central da cidade, em casa ampla, em alvenaria, com 08 cômodos, tendo 04 quartos e três banheiros. A casa foi construída com o que há de mais moderno em material de construção nos últimos cinco anos, e Luzia diz que não tem do que reclamar, que tem o conforto que precisa. Ela é formada em

Pedagogia e têm Pós-Graduação na mesma área. O marido, 36 anos, trabalha no concerto de maquinários industriais, em outra cidade. Ela conta que em sua rotina predomina o trabalho, e que nos finais de semana ela costuma ir à igreja com os filhos, depois na lanchonete, às vezes em lanchonetes de cidades vizinhas, maiores. Nota-se que ela usa o termo lanchonete, pitoresco de cidades pequenas. Ela conta, ainda, que gosta de visitar alguns parentes que também moram na região central, como os pais e irmãos. Sobre si mesma ela diz:

Ah... Acho que o povo daqui gosta de mim. Mas sabe de uma coisa? Eu não me envolvo, eu consigo não me envolver, eu desenvolvo meu trabalho respeito o trabalho deles, eu conheço todo mundo, gosto de todo mundo, por exemplo, enquanto eles estão lá na prefeitura eu tô aqui [na escola] trabalhando. (...) Eu acho até que eu estou aqui nesse cargo esse tempo todo porque eu nunca me candidatei a nenhum cargo, a nossa religião não se candidata (Cristã do Brasil)... Eles [a classe política] não se preocupam muito comigo porque eu não vou querer ser nada...[sic]

Por se perceber como uma pessoa neutra, Luzia pensa ser bem vista e aceita por todos e acredita que este é o segredo para poder viver bem em sociedade.

Todavia, o pensamento de neutralidade não faz parte da personalidade de Márcia. Sem se referir exatamente sobre o que seria uma personalidade boa ou ruim, Márcia se define como alguém que compra briga, com quem quer que seja, quando o assunto é a defesa de direitos individuais e coletivos. Sendo assim, ela se percebe na condição de pessoa justa:

Olha, acho que o povo, de modo geral, não gosta muito de mim... Porque eu compro briga quando eu acho que a coisa não tá certa... Eu não penso em desagradar ou agradar eu penso em fazer a coisa certa. Não adianta político vir pedir para eu fazer coisa errada que eu não faço, nem essas pessoas que tem condições de trabalhar, de viver de sua própria renda, me pedir benefício que eu não faço.[sic]

Márcia tem 30 anos, é casada à cerca de dois anos e não tem filhos. Vive com o marido, 30 anos, nos fundos da casa dos pais dela, numa edícula improvisada, até que sua casa fique pronta. Ela se formou em Técnica de Enfermagem, posteriormente em Serviço Social e fez especialização em Gestão Pública. Ela está formada a dois anos, mesmo tempo em que atua na prefeitura como Assistente Social. Além disso, ela é presidente do conselho da assistência social. Seu marido, 30 anos, trabalha como administrador no sítio do pai. Ela diz que não tem costume de sair de casa, nem fazer visitas aos amigos. Ela transita principalmente entre a casa da mãe, que é na frente do terreno, e a sua. Ela também não costuma ir à igreja, ao contrário da maior parte da população de Guairacá, diz ela.

A coordenação da APAE está sob a administração de Renata há três anos. Ela tem 32 anos, é casada há oito, tem dois filhos ainda crianças. Seu marido, 35 anos, trabalha no sítio, administrando suas propriedades. A família reside em casa própria, em alvenaria, em confortáveis condições de moradia e que foi reformada recentemente. A família tem carro próprio e Renata conta que costuma fazer passeios de lazer nos finais de semana, em cidades vizinhas. Quando não, ela costuma visitar amigos que moram como ela, na região central, e ir à missa.

Renata é formada em Pedagogia e fez Pós-Graduação na área da educação. Quando perguntado o que ela acha que as pessoas do município pensam sobre ela, ela diz:

Acho que eu sou respeitada aqui, sei lá, eu não mexo com a vida dos outros. Então, aonde eu vou as pessoas me respeitam.[sic]

O significado de respeito para Renata é o fato de que ela acredita que ninguém fale mal dela, prejudique sua imagem ou tente prejudica-la de alguma forma e que por isso ela se sente confortável em ser o que é.

Padre Jurandir, da Igreja Católica, e o pastor Lourival, da Igreja Cristã do Brasil, vivem em condições de vida muito parecidas pelo fato de serem representantes religiosos. Ambos vivem sem luxo, porém, confortavelmente, em casa cedida pela igreja. Lourival, 51 anos, é pastor da igreja há pelo menos 10 anos. Ele é casado, sua esposa tem 50 anos, mora nos fundos da igreja. Tem três filhos, todos adultos e já casados, e que residem em outra cidade. O casal, que tem carro próprio, costuma se deslocar para Paranavaí em reuniões da igreja. Fora isso, sua rotina é toda voltada para as atividades da sede e também atendimentos à comunidade. Ele conta que a população carente o procura com frequência em busca de donativos. Ele, no passado, fez parte de diversos conselhos municipais, mas atualmente faz parte apenas do Conselho do Idoso, para poder se dedicar mais à religião. A percepção que ele tem sobre si mesmo tem relação com a figura folclórica de um justiceiro:

Eu sou boca-dura. Falo mesmo. Acho que os políticos daqui têm um pouco de medo de mim, por isso, porque eu não tenho medo deles. O povo me procura para eu ajudar, eu vou atrás dos políticos para eles fazerem o que tem que fazer. E eles fazem.

Padre Jurandir, 46 anos, formado em Teologia, se mostra impaciente quando perguntado o que ele acha que a população pensa sobre ele, dando a entender que a resposta à cerca de sua boa imagem, parece óbvia. Ele diz:

Não tem reclamação, não...

Pela função religiosa que exercem, padre e pastor costumam receber bastante fiéis, principalmente os economicamente desfavorecidos, no sentido de auxiliá-los em seus conflitos. Costumam também fazer visitas domiciliares, a pedido dos moradores e assim transitam com frequência por todos os locais do município.

Quem mais ocupou cargos de chefia ou esteve à frente de projetos de desenvolvimento no município, sem dúvida, foi Ruthi, atual Secretária da Educação. Ruthi tem 53 anos, não se casou e não teve filhos. Mora com os pais, uma irmã e um irmão, quase da mesma idade dela. A família reside em casa confortável, em construção antiga, porém, reformada e de boa aparência. Sobre seus hábitos ela diz que é participante assídua da igreja católica e auxilia o padre na missa de quarta, sábado e domingo fazendo leitura do evangelho, distribuindo hóstia, entre outros afazeres. Ela não costuma visitar parentes ou amigos e ao invés de ir vê-los, prefere que eles venham até sua casa. Ruthi também se formou em Pedagogia e fez Pós-Graduação na área. Além da secretaria da educação, ela é membro do programa social Comitê Fome Zero, da Associação de Pais, Mestres, e Funcionários - APMF, do Conselho Escolar, e coordenadora do Plano Diretor Municipal. Sobre si ela diz que é bastante passiva, e que acredita que isso faça com que ela tenha uma boa imagem perante as pessoas. Ela diz que prefere muito mais ter de obedecer que mandar:

Eu procuro seguir os ensinamentos de Buda, apesar de frequentar a Igreja Católica [risos]... Eu não faço guerra de jeito nenhum, prefiro muito mais obedecer do que mandar. Acho que as pessoas me vêem como a pessoa mais calma do mundo. Pode o mundo ta caindo na minha cabeça eu sempre fico calma. [sic]

Cleuza, 60 anos, atualmente coordenadora do Grupo da Terceira Idade e presidente da Pastoral da Criança, se descreve de maneira muito parecida:

Eu não caço confusão, seja com parente, com vizinho, com patrão, com quem for, acho que o povo gosta de mim por causa disso [risos]. A senhora pode vê: hoje eu ocupo esses cargos porque eu sô tranqüila.[sic]

Cleuza é casada a mais de quarenta anos, ela e o marido, 67 anos, são aposentados. O casal teve 05 filhos, todos estão casados e visitam os pais com frequência. A família mora em casa ampla, em alvenaria, simples, com uma característica diferencial: é cercada de plantas,

quase encobrendo toda pintura. A família tem carro seminovo, cujos bancos ainda são protegidos por plásticos. Cleuza se diz bastante religiosa da Igreja Católica e costuma visitar os vizinhos ou então a mãe que, mora na área rural.

Outra entrevistada que também diz preferir obedecer que mandar é Damiana, 49 anos. Damiana é vereadora e também enfermeira, estando na função de enfermeira a mais de vinte anos, e como vereadora atua há cerca de oito anos. Ela mostra-se de poucas palavras e prefere falar de assuntos referentes a sua atividade de enfermagem, e não da função de vereadora. Todavia, sobre ela, diz:

Vixi, eu já ganhei pra vereadora por duas vezes porque o povo gosta de mim, eu sou muito tranqüila. O que me pedirem e eu puder fazer eu faço, principalmente porque eu tô na saúde, né... E o povo procura muito... Mas eu sou do bem [risos].[sic]

Damiana faz referência ao fato de que conseguiu se eleger por ser passiva e procurar ajudar a todos. O cargo de enfermeira a coloca diretamente em contato com as necessidades imediatas da população, e isso a favorece. Damiana é casada à cerca de 30 anos. Ela mora com o marido, 50 anos, e um dos filhos, jovem adulto, os outros dois filhos são casados. Damiana conta que fez o ensino médio e em seguida se formou em técnica de enfermagem. Sobre sua rotina, ela diz apenas que gosta de visitar parentes e vizinhos próximos, nos finais de semana, pois o trabalho de técnica de enfermagem exige dela visitas diárias a toda população e, por isso, nos momentos de lazer, ela prefere ficar em casa.

Especialmente, os relatos de Ruthi, Cleuza e Damiana fazem referência ao fato de que, para ocupar cargos na administração pública do município, seja de forma direta pelo voto do povo ou de forma indireta pela nomeação de cargos de confiança, é preciso ser, essencialmente, passivo. Mais do que isso é a forma polida e política de agir diante das situações, em especial, os conflitos.

Diretora do sindicato rural dos trabalhadores a mais de vinte anos, Mara acredita que a população de Guairaçá a veja como uma pessoa forte. Mara, 45 anos, é casada a mais de 20, mora com o marido, 48 anos, e os dois filhos adultos. A família mora em casa bastante confortável e possui quatro automóveis, um para cada integrante familiar. Ela conta ainda que nos finais de semana, quando se encerram as atividades de trabalho, ela gosta de ir com o marido para o sítio da família, que fica nas redondezas. Sobre o jeito de ser, ela diz:

Eu faço valer o que eu acredito e vou à luta. Acho que é assim que o povo me vê. Como uma pessoa forte. O fato de eu ser assim não agrada a todo mundo, claro. Mas o povo, de uma forma geral, me respeita.

Contudo, vale ressaltar que o contato que o grupo do centro mantém com o grupo da periferia se faz mediante a rotina de trabalho, quando os moradores periféricos demandam os primeiros nas instituições em que atuam. Em suas falas não há relato de visitas, em momentos de lazer, à população da região periférica, mesmo quando parentes. Denotam-se, portanto, as relações sociais entre um grupo e outro que se dão, principalmente, nas relações de trabalho.

Dentre os comércios mais importantes no município, está o de Osvaldo pela amplitude de seu estabelecimento e a diversificação de produtos que vende, como roupas, utensílio domésticos e alimentos. Osvaldo, 53 anos, tem dois mercados na cidade e atua no ramo a mais de 30 anos. Ele é casado, tem três filhos adultos, dois deles casados, e toda sua família trabalha no mercado, sendo os filhos, a esposa, genros, cunhados, irmãos. Osvaldo se diz um homem honesto e trabalhador, e acredita que é assim que a população o vê. Ele diz ainda que não gosta de se envolver com a política, pois o que ele gosta de fazer é o setor de vendas. Sobre sua rotina ele diz que trabalha tanto no mercado, que quando chega o final de semana prefere ficar em casa descansando. Ele classifica sua rotina de trabalho como sendo bastante cansativa, para ele e sua família:

Olha, vou dizer uma coisa pra você, eu trabalhei muito na minha vida e ainda trabalho, então a vida não é fácil. O povo aqui sabe que eu sou trabalhador e que também sou honesto, não passo ninguém pra trás e não tenho nome sujo... Não me envolvo em política. Na verdade minha rotina é só trabalhar. Nos finais de semana, eu estou muito cansado, prefiro ficá em casa. [sic]

O último dos entrevistados que compõe o grupo da região central é Seu Ivan, como é conhecido no lugar. Entretanto, ele se mostra bastante reticente na entrevista, o que impede que se observem mais informações sobre ele. Seu Ivan tem 69 anos, trabalhou praticamente sua vida inteira na prefeitura. Inicialmente ele era contador, depois se aposentou e atualmente ocupa um cargo de confiança na prefeitura. É aposentado, reside com a esposa, também aposentada, em uma bela casa na região central da cidade. Sobre os filhos, ele diz que estão todos crescidos e criados. Sobre si mesmo, ele se limita em dizer:

Não me falta nada...

Os moradores da região central, de maneira geral, falam com naturalidade da sua condição de vida, seus bens, suas famílias, suas histórias, ao mesmo tempo em que o processo das entrevistas se mostra mágico no ato de se fazer revelar. Três dos entrevistados, entretanto, não falam com tanta naturalidade, embora as condições para as entrevistas sejam as mesmas, no sentido de criar um espaço de descontração. No caso de Damiana, vereadora, e Seu Ivan, cargo de confiança da prefeitura, eles demonstram certa intimidação diante da pesquisa, mais do que pela timidez, a instabilidade dos cargos políticos que ocupam, e que procuram preservar. Padre Jurandir não ocupa diretamente um cargo político, mas também se mostra reticente, por motivos talvez obscuros, ele parece remoendo cismas.

As condições de vida reveladas até aqui, por meio da apresentação dos bens que os entrevistados possuem, parecem confortáveis, variando entre o conforto e luxo. Concomitante a isso, não há necessariamente uma visão negativa de si mesmo, pois as definições vão de coerentes, passivos, trabalhadores, honestos, justiceiros, prestativos, o que denota o lado positivo de ser o que é.

Significativo para esse trabalho é perceber que o desvelamento da fala dos entrevistados descortina a referência à personalidade que se faz conhecer pelo que o “outro” pensa de “nós”. Elias (2000) expressa claramente sobre essa questão:

Os vizinhos começam a situa-lo. (...) E se mora ali por tempo suficiente o caráter específico de sua comunidade afeta sua vida, as configurações de que faz parte exercem algum poder sobre ele, e isso se dá com mais intensidade se ele mora ali desde criança. (p. 185)

A realidade do grupo do centro difere consideravelmente do grupo da periferia. Isto faz com que se tenha aqui uma diferença demarcada de percepções acerca de si mesmo. Os moradores da região periférica, alguns com melhores condições de vida e outros piores, todos eles moram em ruas sem asfalto, sendo que algumas áreas e casas não têm energia elétrica. Todos os entrevistados na periferia moram em casa própria. Alguns deles, quando chagaram no município invadiram terrenos, mas recentemente as situações foram regularizadas e os terrenos foram vendidos aos moradores, que pagam de R\$ 80,00 a R\$ 200,00 reais, mensais, por um período variável de cinco a seis anos. O nível de escolaridade em toda essa região, como foi citado anteriormente, é baixo e compreende, de maneira geral, as séries iniciais do ensino fundamental, de primeira a quarta série.

As entrevistas foram feitas com oito moradores ao todo. Desse modo, procurou-se abarcar toda extensão de franja que corresponde à região periférica do município, indo de leste ao sul, norte, oeste, de modo que foi possível perceber, dentre os entrevistados, o fato de que alguns se conhecem diretamente, outros apenas de vista ou por alguma referência.

Dentre o grupo da periferia, cinco dos entrevistados vivem em situação precária de moradia e renda, sendo que um deles sobrevive em situação de vulnerabilidade social, uma vez que sua casa é extremamente frágil e ainda não possui luz elétrica. As casas consideradas frágeis são aquelas construídas em lona, madeira ou tijolos em terreno íngime e que parecem suscetíveis aos efeitos do clima. Nenhum deles têm eletrodomésticos de lazer, como televisão e aparelho de som. O lazer, nesses casos, é feito nas “conversas de beira de cerca”, ou seja, conversas de vizinhos. São famílias que fazem parte de programas sociais do governo, como Bolsa Família, Baixa-renda de Água, Luz Fraterna Para Todos, O Leite das Crianças, entre outros. Apesar de suas necessidades serem muitas, as representações que eles tem sobre o acesso a bens e serviços são representações sempre no sentido do mínimo, ou seja, quem precisa de luz, deseja apenas a luz, quem precisa pagar as contas no final do mês, deseja apenas o dinheiro suficiente, quem precisa de vaga para o filho na creche, deseja apenas uma vaga, de modo que as necessidades estão vinculadas sempre àquilo que há de imediato.

Os três outros entrevistados vivem sob melhores condições de vida, comparados aos cinco citados anteriormente. Moram em casas populares, em alvenaria, servidas de água, luz e esgoto; possuem eletrodomésticos, inclusive televisão, suas casas são pintadas e possuem forros. Nos três casos recebem aposentadoria há bastante tempo e ainda continuam a trabalhar na roça. O que assemelha estes aos cinco restantes do grupo é que todos residem na mesma região periférica, têm pouco estudo, além do que, todos trabalham com a terra.

Todos os moradores da região periférica contam com uma “rede de ajuda”, ou seja, eles ajudam uns aos outros nos cuidados domésticos, cuidados com os filhos, alimentação, conserto da casa, e fazem isso de bom grado de modo a devolver a troca de favores. Trata-se da existência de uma rede de solidariedade que tem como figura central a mulher e o modo doméstico. Falaremos inicialmente dos cinco primeiros que compõe o grupo mais carente.

Margarida é do lar, tem 19 anos, mora com o marido, 25 anos, e a filha recém nascida, em barraco de lona, de dois cômodos divididos por cortina. O piso é de chão batido e a moradia possui geladeira e rádio, coisa que só foi possível há pouco tempo quando a família pôde ter luz elétrica. A água encanada houve desde o início, mas luz elétrica não, pois a família só pôde obter recentemente quando foi possível fazer um “gato” com o poste da

vizinha. O marido trabalha na colheita de laranja com carteira de trabalho assinada e essa aquisição trouxe tranquilidade a família. Margarida se percebe como pessoa solidária:

Agora a gente tem luz porque fez um “gato” com o poste da vizinha, antes não tinha... Agora que meu marido tá registrado, tá melhor... A gente não tem inimizade, se damo bem com todo mundo, o pessoal lá pra cima eu não conheço, mas a vizinhança eu conheço tudo... A gente se ajuda, quando uma precisa que eu cuide da casa dela pra mode ela ir trabalhar, essas coisas... (Margarida). [sic]

Parecida com Margarida é Luana no modo de se descrever:

A gente aqui não tem inimizade. Aqui perto da minha casa eu conheço todo mundo e a gente sempre se ajuda. Ah... Por exemplo, assim: uma precisa cozinhar uma coisa que não tem, aí empresta da outra, ou então cuida das crianças pra vizinha ir lá pra cima essas coisas... Acho que o povo daqui gosta de mim, porque eu ajudo... E eles também ajuda porque a gente não tem luz, não conseguimos fazer o gato ainda.[sic]

Aquilo que Luana chama de casa, na verdade, é um barraco de lona, bem mais precário que o de Margarida. Ao contrario da vizinha, Luana não conseguiu fazer um gato de luz, porque o poste de energia fica mais afastado. A família usa vela durante a noite e, por medo de pegar fogo na casa e também sem ter muito que fazer durante a noite, a família dorme cedo. Luana é do lar, tem 25 anos, e reside com o marido, de 29 anos, e os filhos de 11 e 07 anos. A família mora em barraco sem piso, ou seja, na terra e não tem nenhum eletrodoméstico. O marido trabalha na colheita de cana, na usina.

Em situação bastante parecida está Dina e Joana. Dina, 32 anos, é do lar, mora em dois cômodos de madeira com o marido, 40 anos, e três filhas, sendo duas adolescentes e uma recém nascida. Todos dormem no mesmo quarto. A casa foi construída com madeira reaproveitada e, por isso está em bom estado. A casa possui piso, mas como as outras referidas acima, nenhum conforto, a não ser luz elétrica e água encanada, o que para a família foi um grande avanço. O marido trabalha na usina de cana e é registrado em carteira, e foi a partir daí que a vida começou a melhorar, relata Dina com orgulho. Sobre ela, ela diz não se sentir adaptada ao lugar e que tem poucos amigos:

Meu marido começou a trabalhar na usina com registro na carteira, graças a Deus, e daí a gente conseguiu por luz elétrica em casa que na base de um ano atrás, não tinha. (...) Eu sou mais amiga mesmo da Miriam, porque das outras eu não converso muito... Ah, um povo muito fofoqueiro, então eu prefiro ficar na minha casa, ficar “na minha”, eu sou muito quieta... Vou mais na casa da Miriam e a gente se ajuda.[sic]

Joana, a qual Dina faz referência como sendo sua principal amiga, mora a poucos metros de distância e os conhecidos que têm moram na periferia, como ela. Ela tem 22 anos, mora com o marido, 38 anos, e duas filhas de 5 e 6 anos de idade. A família mora em dois cômodos de tijolo, tem luz elétrica, porém não tem geladeira nem televisão, apenas o rádio aproveita a energia elétrica. O marido está desempregado, mas costuma trabalhar como ajudante de pedreiro ou então na lavoura, em época de colheita. No momento o marido vem fazendo “bicos” de ajudante de pedreiro para sobreviver. Ela diz:

Nós puxô luz aqui faz pouco tempo, mas ainda não temo tudo os trem de casa, tipo geladeira, televisão, só o rádio a gente tem... De vagar a gente vai indo... Meu marido ta desempregado, ta fazendo bico agora... Nós aqui tudo se conhece, mesmo os que moram mais pra cima, porque eu vô visita minha mãe que mora lá em cima, então eu acabo conhecendo todo mundo, mas a minha amiga, mesmo, de verdade é a Edna, que mora aqui perto. Lá pro centro eu só vô mesmo quando vô recebe a bolsa família, vô no correio, no posto, mas a gente fica mais por aqui [na região de sua casa] mesmo.[sic]

Irene, 65 anos, foi casada durante quase quarenta anos e se separou a cerca de um ano. Atualmente ela mora com um dos netos, um jovem de 19 anos, que trabalha no mercado na função de empacotador. A casa de Irene está situada na região periférica, todavia, apresenta conforto, é em alvenaria, com pintura, forro e todos os eletrodomésticos. Ela conta que trabalhou por toda a vida no rural e, agora que se aposentou, consegue levar uma vida um pouco melhor. Têm épocas que ela volta a trabalhar na colheita de mandioca, para ganhar um dinheiro a mais. Ao contrário dos outros moradores que chegaram depois na região periférica, Irene mora na periferia a mais de vinte anos e diz ter uma boa convivência com todos os moradores dali:

Eu chequei aqui faiz mais de vinte anos com meu marido e meus filhos, sempre morei aqui na periferia e não tenho inimizade com ninguém. Aqui a gente é unido, todo mundo se ajuda... Minhas amigas mesmo são aquelas que mora aqui perto. Lá pra cima [região central] eu quase num vô, só no mercado, banco, essas coisas... Às vezes eu vou trabalhar na roça para aumentar o dinheirinho no final do mês, mas eu sou aposentada. (...) Acho que o povo daqui do bairro gosta de mim... Antes gostava mais [risos] porque eu saia mais... Depois que eu me separei, fiquei deprimida...[sic]

Jacira e Dora moram em situação bastante semelhante. Ambas moram em casa popular, em alvenaria, reformada, e com certo conforto, possuem todos os eletrodomésticos,

inclusive microondas. Jacira recebe aposentadoria e Dora pensão, o que contribui significativamente para viver com mais conforto, embora algumas vezes ainda trabalhem na roça para complementar o salário. Jacira, 63 anos, divide a casa com o marido, 65 anos, e dois netos de 08 e 14 anos. Sobre ela, ela diz que acha ser bem vista por todos, uma vez que ajuda a todos que precisam:

A gente vive bem aqui, conhece todo mundo. Meu marido e eu ainda vamo pra roça de vez em quando, mas nós dois somos aposentados, graças a Deus. Nossa casa tem de tudo que a gente precisa, não tem do que reclama... Eu conheço tudo mundo daqui, e acho que o povo gosta de mim, porque se alguém precisa, eu ajudo. [sic]

Dora é viúva, tem 44 anos, reside com dois filhos de 13 e 15 anos na casa de seus pais. Os pais são idosos e aposentados. Dora recebe pensão pela morte do marido e o dinheiro ajuda a família viver com mais conforto, apesar de que ela costuma trabalhar na roça quando quer ganhar um pouco a mais. Ela diz que não sai muito de casa, mas que a vizinhança a conhece e ela se relaciona bem com todos, por ser simpática:

Eu moro com os meninos [os filhos] na casa da mãe e do pai, e não tem do que reclamá, a gente vive bem. Só que as veiz eu vô pra roça pra ganha um dinheirinho, sabe como é, né? Os vizinho tudo me conhece e eu sou simpática com todo mundo.[sic]

Julha, 32 anos, reside com o marido, 50 anos, e três filhos, duas crianças e um adolescente, em dois cômodos de alvenaria. Ela, o marido e os filhos levam uma vida modesta com a renda que ganham trabalhando na lavoura. Mas o auxílio que o marido recebe do INSS facilita o pagamento de despesas básicas da família. Julha tem muito orgulho de morar em casa própria, e sobre si mesma ela diz de um jeito tímido:

Depois que nós compro essa casa tudo melhora na nossa vida. Nós se dá bem com tudo aqui. Eles gostam da gente. [sic]

Na região da periferia a economia predominante é rural e as relações de interconhecimento são significativas. A periferia é o espaço onde se tem a terra como elemento econômico central, comum entre os moradores, o que perpassa e promove unidade as relações sociais.

Na região central a relação com a terra não é o mais importante. O que predomina são atividades administrativas e as relações de interconhecimento não aparecem tal qual descrita na periferia, elas são menos intensas, mais focalizada entre parentes, e em menor medida.

Ao mesmo tempo, na periferia a vida difícil não interfere na visão positiva que os moradores têm de si mesmo. A condição de vida dominante faz para Margarida, Luana, Joana, Dina e Julha em uma alquimia misteriosa que envolve os percalços da sobrevivência e o alento do afeto por si mesma. Para estas mulheres, o critério de ser bem vista é ser inserida na rede de solidariedade. Ser aceita na rede parece atestar o bom caráter que, para elas, emanam de suas personalidades. Para Joana e Dina não existe necessariamente uma rede de ajuda feminina, uma vez que a amizade entre as duas, se basta. Mas neste caso, como no caso das outras três, a solidariedade também está presente, o valor da solidariedade se reproduz, torna a vida menos enfadonha. É, portanto, a solidariedade característica marcante desse grupo. As condições de vida perfazem o caminho da sobrevivência, da ajuda mútua, da afeição por si mesma e ainda se expressa na condição mais genuína da mulher: a esposa do lar, mãe dos filhos, que cuida da casa à espera do marido que chega do trabalho. Assim essas mulheres se inscrevem no lugar e constroem seus cotidianos.

Nos casos de Irene, Jacira e Dora, a condição de aposentadoria ou pensão vai deixando a relação com a terra pelo caminho, a não ser por trabalhos esporádicos. Não há a necessidade pungente de sobreviver às adversidades da vida, portanto, sobra mais tempo para as conversas de improviso e também para se fazer conhecer por todos em sua volta. As três moradoras relatam ser conhecidas por todos, o que sugere que elas transitam por uma extensão que vai além de suas casas. Existe a elasticidade, no sentido do alcance das amizades, cujo objetivo não é essencialmente a ajuda. O viver bem dessas moradoras caracteriza um modo de vida de amizades entrosadas. A suspensão do cotidiano delas se dá no momento em que precisam trabalhar na roça para aumentar a renda no final do mês, e isso parece não ser um problema. Assim se fazem seus modos de vida.

No grupo do centro, cuja relação com a terra não é o mais importante, eles constroem seu cotidiano sistematizado em outros parâmetros. Na medida em que vivem sob condições confortáveis, tanto social quanto economicamente, o que eles procuram é permanecer sujeitos políticos, permanecer à frente dos projetos de desenvolvimento do município, se firmarem como figuras de referência nesta linha tênue que separa a glória e o fracasso. O que se procura dizer aqui é que as personalidades que se definem trabalhadoras, fortes, passivas, entre outras, se definem imbuídas de um papel político de poder tomar decisões capazes de alterar o

coletivo, e essa postura não deixa de traduzir sua condição de vida. Mais do que a vida confortável que possuem e a empatia que suscitam, em maior ou menor grau; como condição de vida dominante tem-se em seus cotidianos o fato de se preservarem sujeitos políticos.

Para além das reflexões sobre as condições de vida, estão as reflexões sobre o espaço, social e territorial. Segundo Bourdieu (1999), o espaço vai sendo definido pelo capital econômico e cultural e as pessoas têm mais em comum quanto mais próximas estejam, nestas duas dimensões. O modo de ser, portanto, atrelado ao espaço social que ocupa.

3.2.2 As percepções do espaço onde vivem

a. O exercício das funções urbanas e rurais: representações sobre o trabalho e a trajetória profissional

Moradores do lugar exercem funções urbanas e rurais, no sentido de organizar o próprio espaço. Entende-se como exercício de funções urbanas as atividades administrativas que organizam econômica, social e politicamente o município como um todo e atividades rurais aquelas vinculadas à terra e que contribuem em maior ou menor grau para a economia municipal.

Frente a isso, se faz necessário perceber as representações que os moradores têm das atividades que desenvolvem, no sentido de compreender o papel que desempenha cada um para reprodução do espaço onde vivem. Para isso, se fez uma análise da trajetória profissional percorrida pelo morador, até a profissão atual. Além disso, o relato da trajetória profissional carrega situações da vida que também são avaliadas aqui, em meio às considerações sobre o trabalho.

Contudo, vale dizer que, ao realizar as entrevistas com moradores que desempenham atividades administrativas do urbano, estes apenas entendem suas atividades como sendo de qualidade, se estas estiverem adaptadas ao moderno, a tecnologia, a informatização, se puder ser comparada às mesmas atividades realizadas em centros maiores e mais desenvolvidas, se os profissionais estiverem em contato permanente com profissionais dos centros maiores. Portanto, o trabalho somente é visto como satisfatório se puder ser comparado ao progresso, ou seja, o trabalho genericamente identificado à modernidade. Esta resposta é unânime entre os entrevistados do centro, com exceção daqueles que se abstiveram de refletir sobre esta questão.

Frente a isto, o grupo do centro se divide em dois. Um grupo acha que seu trabalho é desenvolvido demais, uma espécie de sofisticação para o município que é atrasado. O outro grupo acredita seu trabalho como sendo o mais moderno possível, mas que condiz com o espaço onde ele está inserido.

Do grupo de pessoas que supervalorizam seu trabalho, está Luzia, diretora da escola estadual há mais de 27 anos. Ela, 43 anos, aparência jovial, estatura média, pele clara, cabelos cumpridos e lisos, presos por coque por causa da religião evangélica que frequenta; tem sorriso fácil, embora um pouco tímida, mas conforme a entrevista avança, fala com desenvoltura. Luzia compõe o grupo da região central pelo capital econômico e cultural que possui.

Ela conta sua história de trajetória do rural para, o que à época, denominava vilarejo de Guairaçá. Toda sua família veio do sítio para a “cidade” - e essa é a representação que ela faz, a transição do atraso para o progresso - em busca de melhores condições de vida, uma vez que no sítio o que ganhavam era muito pouco. Segundo ela, uma de suas maiores preocupações era estudar. Ela demonstra orgulho ao relatar que hoje a escola que ela administra não fica atrás de escolas de cidades maiores em termos de modernização e qualidade dos serviços, embora o contexto no qual sua escola está inserida, no seu pensamento, ainda seja muito atrasado. Conta ainda que fez parte do grupo dos primeiros moradores do município e que acompanhou todo seu desenvolvimento histórico. A seguir, sua fala:

Nasci em Guairaçá, moro aqui desde que nasci. Mas só que antes a gente morava no sítio, eu sou de uma família de 24 irmãos. Meu pai morava num sítio perto daqui, morávamos todos juntos, mas a vida tava muito difícil lá, não dava pra gente sobreviver da roça, meu pai era empregado e ganhava muito pouco. Aí viemos pro Guairaçá, que era mais avançado. Não tinha nada aqui, tinha umas vendinhas, umas casas e só, fomos uns dos primeiros a chegar. Aí a gente foi estudar, mas meu pai continuou na roça, é que aqui era mais perto pra gente estudar. Com 20 anos eu me casei, eu já era diretora dessa escola e vim morar aqui perto, no centro, quando eu cheguei o município era um vilarejo, então começamos a vida. Faz 27 anos que estou à frente da direção da escola. Tenho dois filhos, um de 15 anos, um de 03 anos, o filho de 15 estuda no colégio agrícola de Diamante do Norte, ele vem para casa apenas nos finais de semana. (...) Acho que a modernidade tá começando aqui, mas ainda é muito pouco, indústrias, por exemplo, nós não temos, asfalto nas ruas, nós não temos pra todo mundo, agora as escolas, não, nas escolas nós já temos computadores para as crianças, 40, uma biblioteca informatizada, a escola vai caminhando, melhorou muito.[sic]

A concepção de Luzia aponta para as seguintes características: a vinda do rural, cuja lógica produtiva não atendia mais as necessidades da família; o pioneirismo a formar o município e ocupar a região central; o trabalho no serviço público; a representação da industrialização atrelada ao moderno; a representação da polaridade entre uma atividade moderna e um município arcaico.

Márcia tem uma história semelhante, que carrega características parecidas, com exceção de um dado novo: utilizar-se da rede de solidariedade dos pais para ser e viver moradora de Guairaçá. Márcia, que mora com o marido nos fundos da casa de seus pais, tem 30 anos, aparência bastante jovem, se casou recentemente e ainda não tem filhos. Tem cabelos curtos, encaracolados, de cor clara, a pele também clara, e estatura que se impõe. Ela fala calmamente e com bastante segurança de todos os assuntos, no entanto demonstra certo ressentimento quando se refere à limitação do seu trabalho. Ela diz:

Eu moro no município desde que nasci. Fazem mais de trinta anos... A gente morava no sítio eu, meus pais e irmãos. Depois a situação ficou difícil por lá e então viemos embora... Ah, era difícil... A gente trabalhava para os donos do sítio e a produção ficou ruim, então tivemos que vir embora. Eu já era grandinha [adolescente]. Aqui a gente foi ficando... Meu pai continuou a trabalhar com agricultura e eu fui trabalhar na saúde. Eu trabalhei na saúde por oito anos da minha vida, como técnica de enfermagem. Mas eu não agüentava mais trabalhar tão de perto com o sofrimento das pessoas, então eu fui fazer Serviço Social, fui estudar. Quando eu ingressei na faculdade eu trabalhava e estudava. Depois eu me formei, casei, e hoje ocupo o cargo de Assistente Social, que direciona os projetos sociais do município... Eu tento fazer o melhor que eu posso, dou o sangue pelo meu trabalho, vivo em reuniões em Paranavaí, Maringá, para me aperfeiçoar, mas aqui você sabe como é né [fazendo referência ao fato da entrevistadora já ter atuado no município como Assistente Social] O povo daqui tem uma mentalidade muito pequena... [sic]

No caso de Mara, dirigente sindical a mais de 20 anos, ela sugere que as limitações que tem seu trabalho são por um motivo bastante peculiar: perseguição política. Segundo ela, por diversas vezes, não se sentiu confortável na atividade que desenvolve, não porque deixou de acreditar no sindicato dos trabalhadores rurais, mas porque, nos dizeres dela, o município que deveria incentivar o sindicato, uma vez que mais da metade da população da cidade trabalha no rural, ao invés de valorizar, desvaloriza. No seu entender as atividades de proteção rural não são bem vistas no município. Mara, que já foi vereadora e candidata à vice-perfeita na eleição passada, conta sua história emocionada, marcada por tragédia.

Eu moro no Guairaçá desde que nasci, só que antes no sítio, com meus pais. Ai o sítio não dava mais nada, meu pai veio pra cidade e comprou um açougue. Na época eu tinha 17 anos, conheci meu marido a gente namorou três anos e casou. Eu casei e voltei pro sítio, meu marido trabalhava pra um fazendeiro. Aqui todo mundo que você for entrevistar tem ligação com a terra... Até que um dia eu vim com meu marido e meu filho recém nascido pra cidade pra fazer compra na cidade, e quando a gente tava na casa da minha irmã veio uma pessoa avisando que tinham roubado nossa casa e botado fogo, A gente perdeu tudo que tinha. (Ela chora). Depois disso a gente veio morar aqui pra cidade. Moramos um tempo na casa da minha sogra. Meu filho nasceu em 1990, nesse mesmo ano eu me candidatei presidente do sindicato e ganhei (antes eu trabalhava no sindicato como secretária). Meu marido continuou trabalhando na lavoura. Até que a gente conseguiu comprar um terreno (que é esse que eu moro hoje). A gente vendeu o carrinho que tinha, juntamos um dinheirinho, parcelamos um pouco... No começo construímos dois cômodos, de pintura, sem forro, sem acabamento, sem nada, e entramos dentro. Nessa época meu filho tinha dois anos e quando a gente saiu da casa da minha sogra e viemos morar aqui, eu engravidei de meu segundo filho (...). Desde esta época eu estou à frente do sindicato. Meu marido continuou trabalhando na lavoura, sempre na lavoura. E a gente conseguiu construir tudo que a gente tem hoje com muita luta... [sic]

Mara, 45 anos, pele clara, corpo robusto e imponente, voz altiva e firme, porém, emotiva, fala com desenvoltura e se propõe a responder todas as perguntas com paciência e em detalhes. Ela conta sobre seu trabalho:

O sindicato deveria ser mais bem tratado. Todo esse município sobrevive graças ao rural, pra você ter uma idéia mais da metade da população trabalha no rural. E às vezes por picuinha política eles não incentivam. Certa vez eu era vereadora e o prefeito, de outra época, chegou e disse pra mim “Mara, preciso que você vote na câmara um projeto a meu favor”, e eu disse que eu não ia votar porque não concordava, no outro dia o sindicato, que ocupava um prédio da prefeitura, tava na rua. [sic]

Esse é, porém, um ponto de vista que levanta questão muito especial. A disputa política para Mara está presente em sua trajetória de vida e por meio de sua fala, clara e sem rodeios, é possível perceber o modo como esta disputa vai sendo delineada no contexto do município. Entretanto, a questão colocada por ela de modo objetivo não é condição suficiente para interpretar um diálogo mediado por relações políticas, de modo a filtrar os interesses.

O relato da diretora da APAE revela o movimento de idas e vindas de sua família em busca principalmente de estudos que, à época, Guairaçá não ofertava. Segue o relato de Renata, 32 anos, e também do Padre Jurandir, 46 anos, que moraram em outras cidades até se estabelecerem em Guairaçá. Eles se assemelham pelo fato de que vieram do meio rural para o município em busca de qualidade vida, estudaram e obtiveram diploma universitário, atualmente residem na região central e ocupam posição de destaque sobre as decisões

municipais. Renata, pele clara, cabelos loiros, estatura média, mostra-se tímida e também apreensiva com suas próprias respostas, mas acaba por dizer o que pensa. Ela destaca seu trabalho como moderno e desenvolvido, no entanto, diz que o que limita o desenvolvimento da APAE é o fato de que os políticos no município têm pouco estudo e que isto dificulta, por exemplo, formar parcerias com o órgão gestor para investimentos, incentivo econômico, uma vez que não há clareza da necessidade de apoiar a ação:

Eu sempre morei aqui, mas teve uma época em que eu me mudei para Paranavaí. Fiquei dois anos lá. Eu fui para terminar o ensino médio, aí lá eu fiz cursinho (pré-vestibular), fiz faculdade de pedagogia e voltei para cá quando eu passei num concurso da prefeitura daqui. Então foi assim: minha família veio comigo do sítio pra cá, eu já era mocinha, porque no sítio, lidar com a terra tava muito difícil. Daí, daqui nós fomos [ela e a família] para Paranavaí, em busca de melhores estudos. Minha família mudou para lá em busca de melhores condições, e também eu precisava fazer o cursinho à noite, depois faculdade. Aí quando eu passei no concurso da prefeitura, eu voltei pro Guairaçá, já casada. Eu comecei como educadora e hoje eu ocupo o cargo de chefia da APAE. E também faço parte do conselho da criança, do conselho da assistência, etc, desenvolvido um projeto paralelo de horta na APAE... E assim vai... Eu gosto muito do meu trabalho, muito mesmo, se a APAE avançou tanto assim, foi com muito esforço, mas povo daqui é difícil... È cabeça pequena, não é todo mundo que tem estudo... [sic]

Padre Jurandir, senhor discreto e comedido, olha a entrevistadora com desconfiança. Ele fala de sua atividade frente à paróquia com certo receio e se limita em dizer com relação às dificuldades que enfrenta: “o povo daqui é difícil”; fazendo uma analogia ao poder político local, que para ele, difícil de dialogar:

Eu vim de São Pedro do Paraná. Meu trajeto até me tornar padre é longo, mas minha origem é rural, minha família veio do rural e eu também. Eu me mudei de uma cidade para outra muitas vezes, por causa da função que eu desenvolvo... Nessa área é comum a gente ser transferido, então eu passei por diversos municípios do Paraná e estou no Guairaçá há quatro anos. Estudei, fiz teologia. Hoje eu atuo na paróquia daqui. Eu faço um bom trabalho porque ninguém nunca reclamou não, não pra mim. Mas o povo daqui é difícil... [sic]

Embora a vinda do rural seja comum na trajetória de vida dos entrevistados, o pastor Lorival não tem em sua origem vínculo direto com a terra. Lorival, 51 anos, de alta estatura e aparência discreta descreve sua trajetória para Guairaçá:

Tem quatro anos que eu moro aqui [em Guairaçá]... Vim de Planaltina do Paraná uma cidade perto daqui, pequena, mas já desenvolvida, mais do que aqui... Quando eu nasci

meus pais já moravam no centro da cidade então eu não tive contato direto com o sítio. Eu podia ir a pé pra escola e usar das coisas da cidade como lanchonete, a praça da igreja, essas coisas... [sic]

Sobre seu trabalho ele fala abertamente e o relaciona ao ato da caridade. Lorival não percebe seu trabalho adaptado ao contexto do município e, ao mesmo tempo, se mostra impotente frente às dificuldades que enfrenta, por entender que Guairaçá não é desenvolvido. Ele diz:

A senhora veja bem, é difícil ser pastor de igreja num município que não ta desenvolvido. Eu que morei em outras cidades do Paraná, eu posso dizer tem município pequeno muito mais desenvolvido que esse daqui. Aqui não tem industria. Na época da chuva que não tem trabalho rural pro povo, eles vêm bater na minha porta pra eu ajuda. Eu faço o que eu posso, mas a igreja não pode ajudar todo mundo. Só que não tem como ajudar todo mundo. [sic]

Desvelando as falas de Márcia, Renata e Padre Jurandir; elas parecem identificar, não o contexto, mas essencialmente aqueles que estão à frente das decisões mais importantes, em especial, os políticos municipais, como sendo de pensamento retrogrado e à deriva do que poderia se fazer em termos de melhorias para o município.

As idéias presentes nas falas de Luzia e Lorival trazem em seu bojo o pensamento de que para haver desenvolvimento é preciso haver indústria. Mas refletir profundamente sobre a questão significa pensar se a industrialização garante realmente a difusão cultural, econômica e política do fenômeno urbano, mais do que isso, se a industrialização transforma necessariamente o município em um espaço estruturado.

Ruthi e Cleuza, diretora da escola e presidente do Grupo da Terceira Idade e também Coordenadora da Pastoral da Criança, respectivamente, na contramão de apontar dificuldades para o pleno desenvolvimento de seu trabalho, comparam as atividades que desenvolvem ao mesmo nível de qualidade de cidade maiores que Guairaçá e dizem que o município vem caminhando em direção ao desenvolvimento. A seguir, o relato de Cleuza:

Eu vim pro Guairaçá quando eu tinha três meses de idade. Minha família veio do nordeste, eu, meu pai, minha mãe, meus irmãos. Fomos morar num sítio aqui, cuidar da roça, mas a situação lá ficou difícil, então nós mudamos pro Guairaçá. Aqui pro centro. Eu era meninota na época, Guairaçá num tinha essas coisas que tem hoje, asfalto, nada, era tudo terra. Meu pai continuou trabalhando com a roça, mais pra gente num dava pra mora no sítio porque o patrão não pagava a gente e também aqui a gente tava mais perto das coisa

né, escola, a prefeitura, os mercado, a saúde... Então a gente veio. Aí eu me casei, tive 03 filhos, me casei com 17 anos. Antes de casar eu já trabalhava na prefeitura. Trabalhei trinta anos lá em serviços gerais e também em cargos que eu ocupava conforme o prefeito que entrava. Meu marido montou uma bicicletaria e hoje ele é aposentado. Foi trabalhando na prefeitura e com o dinheiro do meu marido que a gente conseguiu tudo que tem hoje, casa nova, carro, móveis novo... Hoje eu sou presidente da terceira idade e coordenadora da Pastoral da criança. Meu trabalho é que nem Paranavaí, mesma coisa, num difere em nada... [faz referencia as pessoas que ocupa o mesmo cargo na cidade vizinha, de 80 mil habitantes]...Mas guairaçá, eu não tenho que fala daqui. Melhorou muito. Essa prefeita agora é muito boa. [sic]

Cleuza, de 61 anos, têm a pele morena, cabelos curtos, fala rápido e ainda carrega um pouco do sotaque característico dos nordestinos. Ela foi nomeada para coordenar cargo de confiança na prefeitura e demonstra apreço e fidelidade a atual gestão.

Ruthi, 53 anos, de sorriso fácil, fala com bastante desenvoltura logo de inicio. Ela tem a pele escura, a fala mansa e aparência frágil. Mulher religiosa, é devota de Nossa Senhora Aparecida. Elza gosta de contar detalhes de sua história e não economiza em palavras. Fez um relato minucioso e emocionado de um começo difícil, quando tudo na cidade ainda era mato, nos dizeres dela, e o pai estava muito doente, e que seu maior objetivo era estudar e se formar. Com seu primeiro salário depois de formada prometeu que iria para a cidade de Aparecida do Norte pagar promessa. Ao se referir ao tempo presente ela diz que Guairaçá tem a fanfarra mais moderna da região, a fanfarra que o município merece:

Moro em Guairaçá há 53 anos. Faço parte do Comitê Fome Zero, da APMF, da Secretaria da Educação, do Conselho Escolar, e sou Coordenadora do Plano Diretor Municipal (...). Meu pai veio para cá em 1951, veio da Bahia. Tinha um tio dele aqui e então vindo para cá ele conheceu minha mãe. Minha mãe veio de Minas. A situação na Bahia era muito difícil... Meu pai veio para mandar dinheiro à família que tinha ficado na Bahia. Era tudo mato em Guairaçá. Meu pai começou plantando café. Em 1960 meu pai veio embora do sítio, ele plantava café, mas na época ele perdeu a saúde... Daí ele veio pra cidade, porque lá não tinha como ele trabalhar. Quando chegamos aqui, eu tinha 08 anos, e dois irmãos, um mais velho e uma mais nova que eu. Minha mãe lavava roupa pra fora pra ajudar a sustentar a casa... E aí, perdemos muito dinheiro com médico... O dinheiro que sobrou da venda da casa no sítio, meu pai comprou uma data, que é aquela que a gente mora até hoje, ali no centro [moram ela, os pais, uma irmã, e um irmão]. Aqui na cidade a saúde de meu pai foi melhorando. Um pouco depois que a gente veio do sítio ele arrumou carroça para trabalhar como carroceiro. E assim ele foi. Quando chegou em 1969, o seu Olavo [ex-prefeito] falou: “olha eu comprei uma chácara queria que você fosse cuidar para mim”. Daí a gente voltou pro rural. E lá nós ficamos quase 30 anos. Cuidamos de gado leiteiro, porco, galinha, aí meu pai ficou doente de novo... Voltamos pra cidade outra vez. Nessa época que nós ficamos no sítio eu continuei estudando. Eu lembro que eu ia a pé e nem sapato eu tinha... Era tão difícil, a gente passava tanta dificuldade, mas eu pensava que eu tinha que estudar. Eu fiz uma promessa pra Nossa Senhora que se eu conseguisse me formar e arrumasse um emprego aqui na cidade, com meu primeiro salário, eu ia para [cidade] Aparecida do

Norte. E assim eu fiz. Eu comecei a trabalhar como professora no sítio. Depois eu prestei concurso na prefeitura. Em 1985 eu fui convidada para trabalhar na secretaria de educação... E na Educação eu to até hoje. [sic]

A secretária da educação se sente inserida num contexto desenvolvido mediante o trabalho moderno que realiza:

Nossas escolas são equipadas com tecnologia moderna, como computadores, aparelhos de som, televisores, projetores, não perde em nada para outros lugares. Nossa fanfarra é a melhor da região a mais bem equipada, nós temos instrumentos que outras cidade não tem, já ganhamos diversos prêmios. (...) Nosso município está bem desenvolvido e se modernizou, isso é um fato, não podemos negar. [sic]

Osvaldo, 53 anos, um rico comerciante que atua na área de vendas, homem forte, de cabelos quase brancos. Ele se mostra bastante interessado em responder as perguntas, e conta sua história:

Vim do sítio pra cá, eu era ainda garoto de uma família de 20 irmãos. Vim com meu pai minha mãe e irmãos. Nós éramos muito pobres, se eu te contar vc não acredita... Quase passamos fome, meu pai veio embora porque tava muito difícil na roça... Meu pai quando chegou aqui foi trabalhar de carroceiro e eu e meus irmãos fomos trabalhar de empregados, os meninos de bóia-fria ou no comércio e as meninas nas casas de empregada. Foi duro... De tanto trabalhar de empregado eu resolvi montar meu próprio comercio, antes eu estudei, fiz faculdade e depois montei meu comércio. Eu entrei com a cara e a coragem, eu tava com uma mão na frente e outra atrás. E foi indo foi indo até que eu consegui construir o que tenho hoje. Mas foi com muito esforço. [sic]

Osvaldo se refere ao município como sendo um lugar simples, e se mostra adaptado em trabalhar em um contexto assim. Sobre os estabelecimentos comerciais que possui, ao todo dois mercados que tem desde gêneros alimentícios até roupas e utensílios para a casa, ele se refere com certa modéstia, diz que seus estabelecimentos dão conta de atender a população de Guairacá, que é simples, e que aqueles que gostam de luxo vão para outras cidades fazer compras, porque tem dinheiro sobrando para gastar:

O povo daqui a maioria compra comigo, porque no meu mercado tem as coisinhas que eles precisam. Quem gosta de luxo e tem dinheiro pra gastar, vai para fora fazer compra. [sic]

Damiana, 49 anos, pele branca, estatura pequena, fala baixo e parece receosa em responder as perguntas. Assim como o pastor, não teve sua origem no sítio, pois nasceu e se criou em Guairacá que, em seu pensamento, é o lugar urbanizado pelos arruamentos, a luz elétrica e a água encanada, e o pequeno hospital, que já existia quando ela nasceu. Ela fica desconfiada com a entrevista e prefere falar pouco de sua história e de sua atividade de enfermeira. Ela exerce a atividade de vereadora e enfermeira, porém, só concorda em falar da atividade de enfermagem:

Moro aqui desde que nasci. Eu casei aqui, tive três filhos aqui, sem ter que morar no sítio. Minha mãe veio de Santa Catarina, lá ela morava no sítio, eu lembro de uma passagem dela contanto... Quando ela veio pra cá, trouxe meus irmãos pequenos, e depois eu nasci. Eu sempre morei no centro de guairacá, nunca morei em outro lugar. Eu vou falar mais da enfermagem, que eu já trabalho bastante tempo... Eu sou enfermeira desde quando eu tinha 18 anos de idade. Naquela época não tinha curso e a gente aprendeu com um médico que era daqui, ele que ensinou pra gente. Depois eu fiz o curso técnico. Eu gosto muito do meu trabalho, e acho que todo mundo gosta do meu trabalho, sei lá, é o que parece, não vejo problema. [sic]

Seu Ivan, 69 anos, tem aparência cansada, porém, guarda sempre meio sorriso nos lábios e um olhar de canto de olho, com um ar de quem pensa em outras coisas enquanto a entrevistadora lhe faz perguntas. Fala calmamente, porém, com desconfiança e sempre poucas palavras. Ele está aposentado, trabalhou como contador da prefeitura desde os 19 anos de idade, no entanto, ainda ocupa um cargo de confiança no órgão gestor. Ao falar de suas atividades profissionais, ele desconversa:

Eu vim pra Guairacá com meu pai quando era criança de colo, eu nem lembro da onde a gente veio (risos). Chegando aqui meu pai montou um hotel. Lá eu cresci e ajudei ele a trabalhar, era hotel e restaurante. Depois meu pai fechou o hotel. Em 1970 eu fui trabalhar na prefeitura, trabalho lá a mais de 40 anos. Me aposentei, mas continuo trabalhando... Eu não quero ficar falando de assuntos de prefeitura. Isso dá muita fofoca... Que outra coisa vc quer saber?

Vale destacar que todos os entrevistados, com poucas exceções, apesar das atividades administrativas ou de relevância pública que exercem, ainda mantém um vínculo com o rural. Neste sentido, a contar a Assistente Social, a Vereadora, a Diretora da APAE, a Dirigente

Sindical, têm seus maridos que trabalham diariamente com a terra. A Secretária da Educação reside com os pais e dois irmãos, sendo que um deles trabalha com a terra. As exceções são a presidente do Grupo da Terceira Idade, cujo marido é aposentado e tem uma bicicletaria e o marido da diretora da Escola Estadual que é viajante e trabalha na operação de maquinários. Tanto o contador aposentado como o pastor da igreja, têm suas esposas que são do lar. O padre, por escolher a religião, vive sozinho.

Com relação às entrevistas cujos maridos trabalham no rural, estes exercem o cargo ou de chefia de outros trabalhadores rurais, ou porque o sítio é próprio ou porque ele trabalha para o sogro, o pai, e, portanto, está à frente da administração rural. Os maridos não têm o mesmo nível de escolaridade das esposas, todavia, o trabalho que eles **desenvolvem** são bem vistos por elas, uma vez que contribui satisfatoriamente para a renda familiar.

Nos casos em que a trajetória de vida foi de um rural pobre para um urbano bem sucedido teve como síntese o sentimento de orgulho pela própria história.

A chegada e trajeto do morador no município, quando tudo ainda era mato, para usar a expressão dos próprios moradores, e por isso sua coragem e de sua família de enfrentar o desafio de um futuro incerto, bem como o fato de que conseguiram anos mais tarde se tornarem pessoas bem sucedidas lhes dá a sensação de sucesso. Sentimento estes que não se pode mensurar aqui, mas pode ser apreendido em gesto percebido como a voz altiva ou embargada, o bater na mesa com os punhos fechados, olhos emaranhados pelo choro contido. Mara, presidente do Sindicato, diz:

Eu fiquei desesperada quando fiquei sabendo que eu tava grávida recém chegada do sítio, aqui no Guairaçá, porque a gente mal ganhava pra sobreviver... Não tinha nada nessa cidade, era praticamente tudo mato... Eu e meu marido já tinha uma criança com dois anos... Mas deu tudo certo, graças a deus. Fome a gente nunca passou... [choro e riso]. [sic]

A história da vinda dessa população do perímetro rural para o perímetro urbano, o que na época era tido como “cidade”, revela de modo geral que o rural, nas representações dos entrevistados, não respondia mais às necessidades da população. O espaço, que antes era responsável pela segurança alimentar, deixa de existir, assim como a lógica produtivista; e a terra fica, então, para traz. As pessoas vão rumo a um lugar mais promissor, “o Guairaçá”, para usar a expressão deles, mesmo que ainda um vilarejo, com poucas casas de madeira, ruas

de terra, e poucos estabelecimentos comerciais, conhecidos como, á época, “a venda”. É dessa maneira que se move a urbanização no município. A “cidade” representada enquanto uma supervalorização, possibilidade para uma prática econômica, social e, porque não dizer, política.

De fato, as pessoas fizeram o mesmo movimento de deixar o campo e seguir para a cidade. Todavia, segundo Elias (1998) em sua obra “Processo Civilizador”, nada indica que essa mudança tenha sido “racionalmente” pensada. A coisa aconteceu, sem planejamento algum. Por outro lado, essa força irresistível que fez com que pessoas, anteriormente isoladas por extensões de terra, se dirigissem em direção a um mesmo espaço e passassem a conviver juntas, próximas umas das outras, as coloca outras formas de entrelaçamento: “o Guairacá”.

Segundo Elias (1998), a tentativa de entender a formação do lugar por meio de moradores que não se conheciam anteriormente, mas que agora são capazes da formação de um espaço socialmente construído deve partir do princípio de que a interdependência entre as pessoas que moram muito perto umas das outras pode produzir uma ordem mais forte do que à vontade de pessoas isolada. Ele diz:

... Planos e ações, impulsos emocionais e racionais de pessoas isoladas constantemente se entrelaçam de modo amistoso ou hostil. Esse tecido básico, resultante de muitos planos e ações isolados, pode dar origem a mudanças e modelos que nenhuma pessoa isolada planejou ou criou. Dessa interdependência de pessoas, surge uma *ordem sui generis*, uma ordem mais irresistível e mais forte do que a vontade e a razão das pessoas isoladas que a compõe. É essa ordem de impulsos e anelos humanos entrelaçados, essa ordem social, que determina o curso da mudança histórica, e que subjaz ao processo civilizador (1998: 194).

A organização das funções urbanas e rurais em Guairacá dá visibilidade a uma sociedade, sobretudo, organizada, capaz de constituir e manter a formação de um espaço social. Todavia, como manter o exercício de funções urbanas e rurais em Guairacá, no sentido de organizar atividades administrativas e racionalizar atividades econômicas, sociais e políticas, de modo a constituir um espaço organizado, sem que tenha havido inicialmente uma ação planejada, é resposta para Elias (1998), que diz:

A civilização não é razoável, nem racional, como também não é irracional. É posta em movimento cegamente e mantida em movimento pela dinâmica autônoma de uma rede de entrelaçamento, por mudanças específicas na maneira como as pessoas se vêem obrigadas a conviver. (p.195)

Para Bourdieu (1999), falar de força irresistível, como aponta Elias, seria como falar em “campo de forças”, ou seja, um conjunto de relações de forças objetivas impostas a todos os que entrem nesse campo e irreduzíveis às intenções dos agentes individuais, ou as interações de agentes individuais.

A população que mora na região periférica veio para Guairacá também em busca de melhores condições de vida e, especialmente, em busca do acesso aos bens e serviços. Ao chegar em Guairacá continuaram realizando trabalhos no rural, cuja atividade é “naturalizada” por suas falas, como veremos nas entrevistas, uma fala enveredada pelo relato do cotidiano, onde o assunto do trabalho é para eles menos significativo do que a consequência que o trabalho regular pode proporcionar. O trabalho rural assalariado tem um valor especial para esse grupo de moradores.

Paralelo a isso, ao relatar a trajetória do trabalho e, em parte, sua história de vida, nota-se que continua evidente a desigualdade entre os grupos. Embora a origem dos grupos do centro e da periferia pareça à mesma, majoritariamente o rural, as condições econômicas e sociais que se sobrepõe a eles são opostas e os diferem. A construção histórica dos grupos faz perceber os movimentos atuais, marcados pela desigualdade de acesso, bens, serviços e território.

Os moradores que compõem o grupo da periferia (lembrando que a constituição dos grupos não se faz por eles de forma consciente, mas aqui é fictícia para exemplificação do trabalho), são moradores que chegaram tempos depois do grupo que reside na região central.

Tal qual descreve Elias e Scotson (2000), em *“Estabelecidos e Outsiders”*, Guairacá pode ser comparado a Winston Parva (um nome fictício para uma cidadezinha da Inglaterra), no aspecto “antiguidade” dos moradores que ali reside e que apenas por esse fator conseguem criar um grau de coesão grupal, a identificação coletiva e normas comuns capazes de induzir à euforia gratificante que acompanha a consciência de pertencer a um grupo de valor superior, com o possível desprezo complementar por outros grupos. A construção da identidade social se faz, portanto, diretamente vinculada ao sentimento de pertencimento que o sujeito possui em relação ao lugar que habita. Este sentimento pode, ainda, ser estimulado por projetos de desenvolvimento, bem como difundido por meio de discursos afetivos, realizados por lideranças, no sentido de promover lealdade com relação ao lugar onde mora.

Nos depoimentos de Margarida e Luana, moradoras da periferia há um e dois anos, respectivamente, nota-se que a troca do rural, enquanto espaço de moradia, é feita pela “cidade”, imaginário de possibilidade de qualidade de vida. No entanto, no caso delas, a “cidade” não modificou necessariamente os modos de produção, as trocas o consumo, a não ser pelo trabalho do marido que agora é regular na colheita de cana para a usina, e não mais volante, sem vínculo empregatício. Margarida, que tem 19 anos, cabelo e a pele clara, típica aparência alemã, é bastante tímida e fala bem baixinho, de forma que quase não conseguimos ouvi-la. Ela, que mora em barraco de lona, adquiriu luz elétrica há pouco tempo, e chama o banheiro de “mitório”, diz:

Eu morava na vila rural com meus pai, primeiro, depois eu casei. Faz três anos que sou casada, tenho um Bebê de dez meses. A vida lá era muito difícil. Não tinha água encanada nem luz, daí a gente veio embora pra cá faz um ano. Aqui na cidade é mió. Meus pais também viêro embora, na mesma época que eu. Eu trabalhei a vida toda na roça, eu não ligo pra trabalho, mas a vida lá tava muito difícil, não dava pra produzir mais nada, e também aqui meu marido conseguiu trabalho fixo na cana, com carteira assinada, isso é bão...[sic]

Luana, 25 anos, de estatura pequena, pele clara e cabelos escuros, fala rápido e é quase desinibida não fosse a timidez que insiste em formar sua personalidade. Ela oferece café, procura o melhor lugar para conversar: debaixo do pé de manga; como quem faz quando recebe um amigo. Ela diz:

Aqui no barraco mora eu, meu marido e as crianças. Antes de vir aqui pro Guairaçá nós morava no assentamento, faz mais ou menos um ano que a gente mora aqui. Lá era muito ruim, era longe... Eu e meu marido a gente se conhece desde criança, nossos pais morava perto da família dele, sempre na roça e daí a gente se conhece, eu e ele a gente morava perto, sempre perto, a ai a gente casou. Eu tinha quatorze anos quando a gente casou e ele tinha 18. Daí continuamos morando no sítio, depois seguimos um assentamento, achando que era melhor. Moramos no assentamento aqui do guairaçá quase cinco anos. Mas daí viemo embora pra cá faz dois anos, pra modo aqui no Guairaçá é melhor, meu marido trabalha na cana com carteira...Viemo pra cá pra mode as criança estuda. Aqui é mais perto. Lá (no rural) o ônibus passava pra pega as crianças, mas mesmo assim era longe, as criança tinha que anda bastante... Então a gente veio embora aqui pro Guairaçá. [sic]

Percebe-se, incorporada às suas falas espontâneas, que a função agrária não estava, à época, integrada a uma política econômica de incentivo ao rural, e que depois de algum tempo as famílias desistiram de insistir na vida rural e foram, então, em busca da “cidade”.

Nota-se em suas representações do trabalho, que se sentem presas a um destino inevitável de pobreza, onde não há para elas nenhuma outra atividade possível que não seja a rural, e sua ambição é a ambição do possível, ou seja, definida pela busca de melhor condição de vida, acesso a bens e serviços, trabalho com registro em carteira, escola para os filhos.

Um pouco mais acima, na região leste da periferia, reside Dina e Joana que chegaram há quatro e cinco anos, respectivamente. Dina, que morava no Paraguai com a família, quando chegou foi morar na casa da sogra e desde essa época vem galgando experiências que permite hoje, a ela, ao marido e as três filhas, morar em casa própria. O marido sempre trabalhou na lavoura, e atualmente trabalha na colheita de cana para a usina, enquanto ela cuida da casa. Dina teve um bebê há pouco tempo, tem a pele clara, cabelos encaracolados e curtos, estatura baixa, porte robusto, mostra-se acanhada em falar da própria vida, e num tom indeciso ela diz:

Eu nasci no Paraguai... Não tenho o sotaque, porque minha mãe e meu pai são brasileiros, mas eu nasci no Paraguai... A gente morou lá a vida toda, meu pai tinha um pequeno comércio lá, era uma cidadezinha pequena... Lá eu casei e continuei morando, com meu marido, tive três filhos... Meu marido é brasileiro... Foi pra lá e lá a gente se conheceu... Tenho três meninas, de 17 e 15 anos, e uma de 11 meses... Mas a vida lá não era fácil... A gente veio embora, meu marido trabalha na cana e tem carteira assinada, graças a Deus, e eu cuido da casa, as meninas estudam... No começo moramos na minha sogra... Até que viemos morar nessa casa... Aqui também o estudo é melhor pras menina... [sic]

Joana, cujo marido no momento faz trabalho esporádico quando tem serviço na roça, morava nos sem-terra, mas agora tem também casa própria. Ela mora com o marido e as duas filhas, tem pele clara, cabelos claros e longos, estatura pequena e bastante franzina. Com os olhos inquietos, voando de um lado a outro, ela conta que o marido está desempregado:

Eu morava nos sem terra, primeiro com minha mãe, depois que eu amiguei, fui morar com meu marido. Aqui na cidade é melhor, por isso a gente veio embora... Mas ele tá desempregado agora, quando tem roça ele vai... Mas pelo menos aqui a gente tem luz... (Joana)

Recordamos que Joana e Luana vieram do assentamento dos sem-terra e que, mais do que a tentativa de obter qualidade de vida houve para elas o divórcio de uma ideologia – a Reforma Agrária. Neste sentido, pensamos se a luta pela terra e as estratégias de sobrevivência no rural, sob as características de um rural campesino, se cessaram diante da impossibilidade da Reforma e da política de agricultura familiar, que não as alcançaram.

Dina, que veio do Paraguai, engrossa as fileiras dos “Brasiguaios” – uma mistura de brasileiro e paraguaio - na tentativa de fugir de um país subdesenvolvido, para outro, ao menos, em desenvolvimento.

Julha e Dora veio há cerca de 03 anos para fugir de uma situação de conflito. Julha, 32 anos, tem estatura média, cabelos castanhos, cumpridos e pele clara, de sorriso meigo e ao mesmo tempo tímido, jeito simples, veio do litoral de Santa Catarina, uma cidade maior que Guairacá e hoje trabalha na colheita de laranja com registro em carteira, pois o marido está recebendo auxílio-doença do INSS. Moram ela, o marido e os três filhos, sendo de 01, 10 e 16 anos de idade. O filho mais velho envolveu-se com droga quando moravam todos em Santa Catarina. Por ter a sogra morando em Guairacá e também por ter no imaginário a representação de que um pequeno município é calmo e emana valor de simplicidade, ingenuidade, a família veio na tentativa de controlar as ações do filho. Julha conta que o filho agora tem um bom comportamento e quase não sai de casa, a não ser para ir na casa dos vizinhos.

A gente morava em Santa Catarina, meu marido trabalhava de motorista e eu trabalhava em casa mesmo, a gente tinha uma vida simples, mas não faltava nada. A gente morava numa cidade grande, no litoral, tinha mais de 50 mil habitantes. Daí meu filho mais velho se envolveu com droga. A gente não agüentava mais aquela vida de correria com ele pra polícia, pro conselho tutelar... E ele não largava a droga. A gente resolveu vir embora. Aqui o povo é sossegado... Tinha minha sogra em Guairacá e viemos embora. Moramo um tempo com minha sogra, mas nesse tempo fomos perdendo todo o dinheiro que a gente tinha juntado da venda das coisas lá em Santa Catarina... Quando chegamos aqui descobrimos que meu marido tinha leucemia. Gastamos dinheiro com consulta exame, e ainda morando com minha sogra... Aí depois nós compramo esse cômodo. Graças a Deus que eu consegui trabalhar na laranja com carteira assinada e meu marido ta encostado do INSS. Agora meu filho ta bem... Aqui ele ta bonzinho, quase não sai de casa, vai só nos vizinho... [sic]

Dora, 44 anos, tem os cabelos tingidos de louro, a aparência cansada, que diz ser por conta do cigarro, tem estatura pequena e é bastante falante e desinibida. Ela decidiu vir embora de Foz do Iguaçu depois de uma tragédia. Recebe pensão por morte do marido e realiza trabalhos esporádicos na lavoura. Este trabalho é por produção e dura até três meses, mas não é regularizado, e ela o faz apenas quando precisa aumentar a renda no final do mês, uma vez que tem a pensão como renda garantida. Ela diz:

Morava, eu, meu marido, meus quatro filhos em Foz do Iguaçu. Mas meu marido foi assassinado... (não gosto de falar disso). Então eu vim embora com meus dois filhos de 16 e 14 anos. Os outros dois filhos ainda moram em Foz, tem 23 e 27 anos. Eles trabalham e mandam dinheiro para mim. Com o dinheiro que eles mandam eu estou construindo uma casinha de dois cômodos nos fundos da casa da minha mãe. Até que a casa não fique pronta eu moro com meus pais e meus filhos. Eu não ligo pra luxo, basta as paredes e o teto ficarem prontos, para a gente entrar dentro. Meus filhos estão na escola, mas querem trabalhar na roça, porque eles estão ficando mocinhos, querem comprar as coisas para eles. Mas eu não quero isso, eu trabalhei a vida toda na roça, sei como é difícil, quero que eles estudem. [sic]

A exemplo de Dora, as moradoras Irene e Jacira oficialmente não trabalham mais no rural. Elas são aposentadas, mas de vez em quando, pelos mesmos motivos de Lúcia, ou seja, quando querem ganhar um dinheiro a mais, arrumam alguma atividade na lavou, temporário sem vínculo empregatício. Irene tem 65 anos, pele clara, cabelos curtos, estatura pequena, robusta, e aparenta ser bastante disposta. Jacira tem 63 anos, é robusta, pele da cor parda, cabelos curtos, tem aparência cansada, pois não consegue largar o vício do cigarro. Ambas costumam trabalhar no rural em épocas da colheita da mandioca, sem compromisso com o empregador, apenas por um curto período e ambas moram no município há mais tempo que as demais deste grupo, Irene há 20 anos e Jacira há 10:

Eu moro aqui no Guairaçá já faz 50 anos. Antes eu morava no sítio. Lá eu conheci meu marido, casei e vim morar pra cá. Compramos essa casa aqui, nas popular. Tivemos filho, tudo já casado, trabalhamos na roça a vida toda. Ai eu e meu marido se aposentamos Vou pra roça só quando eu quero... Aí agora faz um mês nós se separo... Tamo brigado [risos]. (Irene) [sic]

Antes de morar em Guairaçá eu morava na Graciosa, depois perto de Maringá. Sempre no sítio. Mas os patrões que a gente tinha era ruim, a gente num teve sorte, no começo era muito bom, mas depois foi ficando ruim. Eu num sou de briga, quando eu vejo que não dá certo, eu pego minhas coisas e vou embora. Aí nos viemos e compramos aqui. Meus filhos eram adolescentes já. Daí depois eles acabaram indo embora, outros casando, e eu fiquei com dois netos pra criar. Eu tive 13 filhos Meu marido e eu somo aposentado, mas a gente guenta a roça ainda, a gente vai as vez. (Jacira). [sic]

Em síntese, retomando essencialmente as representações sobre o mundo do trabalho percebemos que, se por um lado o grupo do centro tem no imaginário que o trabalho

satisfatório é o trabalho vinculado ao moderno, ao desenvolvido; por outro, o grupo da periferia sinaliza para a necessidade do trabalho assalariado dos trabalhadores rurais, ou seja, o trabalho regular, característica marcante do capitalismo.

Especialmente, o grupo da periferia manifesta a modernização da força produtiva, ao mesmo tempo em que relatam o capitalismo no rural. As moradoras Margarida, Luana, Julha e Dina, ao falarem sobre o trabalho no campo se referem à colheita de cana e laranja, que é feita nas imediações da indústria (em municípios vizinhos), com características capitalistas de produção, sendo a produção em grande escala, o trabalho assalariado com registro em carteira, o que representa para elas uma segurança. No caso destas moradoras, o trabalho no campo é permeado de uma dinâmica capitalista de organização econômica e padrões mais elevados de produtividade. São moradoras que vieram de um rural cuja produção era campesina e que retornaram a atividade rural sob o aspecto da produção capitalista.

Joana ao se referir ao trabalho do marido diz “*ele está desempregado*”, ou seja, em suas representações o trabalho rural volante, sem vínculo empregatício, sem assalariamento, equivale ao estar desempregado.

Nos casos de Irene, Jacira e Dora existem as aposentadorias enquanto fonte de renda estável e em seus depoimentos o trabalho volante é complementar, sem muita importância, uma vez que não é a renda que garante o sustento da família.

O trabalho modernizado e a estabilidade do emprego por meios capitalistas de produção, nas representações dos moradores do centro e da periferia, parecem ser o essencial para estas famílias. Resta indagar se os trabalhos caracterizados pela modernização e relações capitalistas de produção são capazes de definir a urbanidade de um espaço social.

b. A intensidade do processo de urbanização: representações sobre o acesso de bens e serviços oferecidos pelo município

Ainda na perspectiva de analisar a percepção que os moradores têm do espaço onde vivem, a presente categoria de análise busca compreender suas representações sobre os bens e serviços oferecidos pelo município, por meio do acesso a esses recursos. Entendemos aqui por bens e serviços os principais que tornam o dia-a-dia possível, os quais denominaremos os de infra-estrutura e os paralelos. A infra-estrutura é analisada pelos serviços de água encanada, luz elétrica, rede de esgoto, coleta de lixo e asfalto. Os bens e serviços paralelos elencamos

escola, creche, atendimento à saúde, atendimento social, financeiro, comércio, alimentação, transporte, informação e comunicação.

No que se refere aos serviços de infra-estrutura, o grupo do centro tem um consenso de que não há do que reclamar. Tanto o acesso quanto à qualidade desses serviços são vistos de maneira positiva. O fato é que os moradores do centro não se demoram em falar sobre infra-estrutura, algo que para eles o acesso parece óbvio. Por suas falas percebe-se que o que parece óbvio não se mostra assunto interessante. Esta idéia, que é unânime no grupo, é representada na fala de Luzia que agradece ao sagrado os serviços de infra-estrutura:

Luz, água, asfalto, essas coisas, é tudo muito bom, graças a Deus. [sic]

Os moradores do centro também não aprofundam sobre assuntos referentes aos serviços educacionais, sociais, econômicos ou de saúde, talvez porque discutir estes assuntos seria discutir a instituição onde a maioria atua, um assunto tratado no item anterior.

São os assuntos referentes aos serviços de bens de consumo que parecem interessá-los mais. Com relação a isto, a questão deve ser explicada. Os bens e serviços transporte, comunicação e informação são ofertados ao grupo assim como os de infra-estrutura, de modo satisfatório. Todos os demais são acessíveis para o grupo, com exceção dos serviços médicos especializados, os quais toda população precisa procurar em outra cidade, uma vez que Guairacá não oferece, pois, mantém convênio com Consórcio Intermunicipal de Saúde. No que se refere aos serviços de bens e serviços de compra, esses sim parecem interessá-los para discussão, e as opiniões se divergem entre os que vêem o comércio de compras como algo satisfatório, e aqueles que o procuram outras cidades.

Neste sentido, tem-se aqui uma questão. Buscar serviços fora do município ou simplesmente poder escolher se prefere ir ou ficar, está relacionado ao status, a reputação, ao modo de vida. Nos dizeres de Bourdieu (1999) são “propriedades atuantes”, um valor não palpável que compõe o campo de força de modo a destacar o grupo e legitimá-lo enquanto representação de força e poder.

Falar dos bens e serviços municipais para o grupo do centro significa, ainda, a avaliação individual da situação, ou seja, por um prisma de suas próprias necessidades e não de todas as pessoas que ali residem. Não há uma análise ampla da realidade no sentido de verificar os serviços que atendem o conjunto de moradores – incluindo aqueles que vivenciam

realidades diferentes. As avaliações são estritamente focalizadas, a não ser a fala da Mara que, talvez treinada pela política, faz uma análise de conjuntura:

Pra mim tem, mas pro povo não tem nada. Não tem asfalto, não tem esgoto, tem gente que não tem nem luz, e isso precisa mudar. A política desse lugar precisa mudar. É preciso ter gente séria na prefeitura. [sic]

Os moradores Ruthi, Cleuza, Damiana, Luzia, Renata e Osvaldo, todos entendem o espaço como satisfatório em termos de compras, como veremos em suas falas:

Temos uma secretaria da cultura, estamos batalhando uma biblioteca municipal, nós temos uma fanfarra que faz um trabalho bonito, quer dizer, tá se fazendo alguma coisa... Não é nada muito expressivo, mas tá fazendo... A questão de espaços culturais precisa apenas de mais profissionais, porque potencial a gente tem... Eu acho que estamos caminhando em todos os sentidos (Ruthi). [sic]

Tudo que você precisa comprar aqui você tem. Tudo, não falta nada pra esse povo. Atrasado é o sítio, na época que eu morava lá, pelo amor de Deus, aqui não! A gente não! A senhora vê, tem criança na rua por todo canto com celular... (Cleuza). [sic]

Aqui tem de tudo, eu mesma não preciso ir pra fora pra comprar ou buscar nada, tem tudo aqui (Damiana). [sic]

Todavia, as falas de Ruthi, Renata e Osvaldo trazem um dado novo. Se anteriormente neste trabalho eles sinalizam a incongruência entre o trabalho que realizam, mais desenvolvido, e o espaço que habitam, menos desenvolvido, com relação aos serviços de compra entendem o espaço como sendo satisfatório.

Luzia, além de demonstrar sua satisfação sobre os serviços de compra, sinaliza para aspectos do desenvolvimento comercial, no sentido de que os três mercados, de diferentes donos, são capazes de formular a concorrência necessária:

Eu procuro comprar as coisas aqui, eu sempre acho o que procuro, aqui tem tudo, a não ser quando eu quero uma variedade maior de coisas, aí eu vou pra fora [outro município] ou então para espairer, mas na maioria das vezes, acho aqui. Loja essas coisas... Não precisa... Tem três mercados agora, então aumentou a concorrência, ficou melhor o preço. A gente compra o material de escola no Samuel, preço bom... [sic]

Ela complementa falando de outros serviços e da dinâmica interna no comércio:

Quando a população trabalhava na mandioca eles ganhavam bem, ganhavam por semana, gastavam aqui no final de semana, agora na cana eles ganham por mês, o dinheiro fica direcionado a um dia do mês, e eles ganha pouco... [sic]

Renata fala em ir para cidades maiores em busca apenas de variedades de produtos e entende isto como sendo meio de suspender seu cotidiano, uma vez que, para ela, é possível viver no município com os serviços de compra ofertados.

Eu acho que aqui nós somos modernos porque, veja, tem muita gente usando celular, com internet em casa, modernizou bastante o município, temos tecnologia. Tudo que vc quer vc tem. A única coisa é que não tem indústrias... Mas quando eu preciso comprar alguma coisa como roupa, calçado, comida, estas coisas, eu só saio de Guairaçá para buscar variedade maior, normal né? Ou então sair um pouco da rotina. [sic]

Osvaldo corrobora dizendo que a cidade tem tudo que a população precisa, principalmente no que diz respeito ao comércio, seu ramo de trabalho, ele diz:

Não tem porque o povo daqui ir comprar as coisas em outra cidade (risos)... Vai quem quer, mas aqui tem tudo. Tudo que o povo precisa. O povo tinha que valorizar a cidade... [sic]

Na fala de Osvaldo nota-se o entendimento dele de que se dirigir a outros municípios para fazer compras é uma atitude daqueles que querem fazer, e não exatamente dos que podem fazer. Fica evidente por meio de sua fala que não há uma avaliação do conjunto de moradores, por exemplo, referência aos moradores da periferia, que por questões óbvias não tem recursos para se deslocarem a outros municípios. Trata-se da questão tratada da seguinte forma: para fazer basta querer. Isto é algo bem marcante nas percepções de Osvaldo e que ficará mais evidente quando falarmos sobre desigualdades sociais.

Frente a isso, no que se refere aos depoimentos de Luzia, Renata e Osvaldo, essencialmente é preciso refletir sobre a questão: o que faz com que eles inicialmente demonstrem uma percepção negativa do espaço, quando o assunto é o trabalho que desenvolvem e em seguida demonstrem satisfação com o espaço com relação aos serviços de compra?

A princípio, entender a construção da identidade social por meio de posicionamentos tão contraditórios, parece desanimador. O presente trabalho não tem a pretensão aqui de desvendar o insondável mundo da psique.

Portanto, mediante a construção contraditória dos depoimentos aqui analisados entende-se que toda representação está referenciada a relatividade do tempo e do espaço, ou então, tal qual coloca Bourdieu (1999), a realidade é sempre relacional. Segundo o autor:

É preciso cuidar-se para não transformar em propriedades necessárias e intrínsecas de um grupo qualquer (...) as propriedades que lhes cabem em um dado momento, a partir de suas posições em um espaço social determinado e em uma dada situação de oferta de bens e práticas possíveis. Trata-se, portanto, em cada momento de cada sociedade, de um conjunto de posições sociais, vinculado por uma relação de homologia a um conjunto de atividade (...) ou de bens (...) eles próprios relacionalmente definidos. (Bourdieu, 1999: 18).

Em síntese, os moradores da região central têm internalizado em seus cotidianos os principais serviços de infra-estrutura, assim como os serviços institucionais, ou então, bens e serviços de comunicação e informação. Na medida em que estas questões são incorporadas pelo seu modo de vida, em seus cotidianos, esses assuntos parecem deixar de interessa-los, e eles preferem falar sobre os bens e serviços de compras. Neste sentido, existem aqueles que fazem compras no município por acreditar que o espaço é suficientemente dotado do comércio, e outros que preferem fazer suas compras fora de Guairacá, por entenderem que o município não atende suas necessidades de compra. A maioria do grupo não discute a questão de acesso como sendo viável à população como um todo, e sim do acesso experimentado pelo próprio grupo.

Sobre o grupo da periferia, no que se referem as suas percepções dos bens e serviços ofertados pelo município, se faz necessário aqui compreender suas percepções de modo a considerar as diferenças entre os moradores do próprio grupo.

Três dos moradores que residem em melhores condições de moradia, embora suas casas estejam localizadas em ruas sem asfalto, frente-a-frente com lares de famílias em extrema situação de pobreza, apesar disso, eles são atendidos em suas necessidades essenciais

de infra-estrutura, uma vez que são pessoas que desfrutam da aposentadoria e possuem melhor condição de renda. No caso deles, eles adotam valores burgueses de consumo, ou seja, ao falar dos bens e serviços, aqueles de infra-estrutura se fazem obvio demais para ser discutido com mais demora, enquanto que a falta de asfalto (uma questão de infra-estrutura) parece ponto pacífico. Interessa-lhes falar do consumo:

Eu vou pra Paranavaí fazer umas comprinhas às vezes... A gente tem que se cuida, comprar as coisinhas da gente, passear um pouco. Aqui não tem muita opção... Quando eu estava casada eu ia de carro, o carro era velho, mas dava pra chegar. Só que daí ele [ex-marido] ficou com o carro, agora vô de ônibus... O dinheirinho da aposentadoria mais o dinheirinho dos filhos, dá pra fazê isso... Chega final do mês eu não quero nem saber, eu parto fazê minhas comprinhas, comprar coisas diferentes... (Irene). [sic]

Na primeira oportunidade a gente entra no carro [ônibus] e parte... Eu meu marido, meus neto. A gente vive sem luxo sabe, a gente é pobre, mas é bom ir pra outro lugar, ver outras coisas, porque Guairaçá é isso aqui mesmo... Não muda (Jacira). [sic]

Minha mãe já tá velha, meu pai também, os dois são aposentados, mas eles gostam de passear e eu vou com eles. Meu pai dirige por tudo com esse corcel velho mesmo, ta velho, mas tá bom. A gente vai pra Paranavaí a cada dois meses pra comprar no São Francisco [mercado grande] que lá tem de tudo, muita variedade (Dora). [sic]

Como se pode ver, essas moradoras não tem as mesmas condições de ir para outros lugares, como o grupo do centro, cujo carro próprio e o dinheiro oportunizam sair de Guairaçá, de improviso. Embora esses passeios sejam mais escassos, elas se organizam de modo que possam realizar essas atividades eventualmente. Desse modo, o hábito do grupo do centro não pode ser entendido como uma essência biológica, e suas práticas não estão exclusivamente associadas às posições dominantes, os hábitos podem transitar por entre os grupos.

As moradoras Margarida, Luana, Julha, que vivem grande parte do tempo em situação de vulnerabilidade social, falam principalmente de serviços essenciais de infra-estrutura, quando muito, de serviços de educação, sendo que os produtos de consumo, tal qual mencionados acima, não fazem parte nem de sua realidade, nem de seu vocabulário. Entendemos, por meio de suas falas que, para elas importa sobreviver, aquilo que é fundamental a existência.

Todavia, o espaço aparece como uma dádiva, em comparação ao que já viveram, e não há do que reclamar. As representações dos bens e serviços ofertados pelo município permeia o campo da ajuda, do favor, que lhes são feitos. Desse modo, para aquilo que é um favor não tem bom nem ruim, resta agradecer. Suas necessidades aparecem em suas falas, de maneira singela, e eles se referem à necessidade de infra-estrutura como quem fala precisar de uma escova de cabelo:

Aqui é bom pra gente, porque lá nos sem terra não tinha nada... Aqui tem água, tem luz, as vez se vc quer comprar uma coisa vc vai logo ali na venda do seu Edson e compra... Num precisa nem ir lá pra cima [região central de Guairacá]. É meio difícil morar na lona né [barraco de lona], quando chove é mais difícil, e aqui também não tem banheiro, tem que usa o mitório... Mas já tá bom demais, vixi Maria, nem comparação... (Margarida) [sic]

A gente veio pro Guairacá pra mode as criança estuda é só isso que importa pra gente... A casa aqui do jeito que tá [barraco de lona sem água encanada ou luz elétrica] a gente vai ajeitando devagarzinho... (Luana). [sic]

A senhora vê a gente mora bem pobrezinha, num tinha luz até esses dias... Mas as coisa vão indo de vagar. Eu não reclamo de jeito nenhum, o que eu não quero é que meu filho volte pras drogas que nem ele tava lá em Santa Catarina. Esses dias meu filho ganhou um celular da loja daqui, a senhora precisa de ver! (Julha). [sic]

Joana e Dina trazem o sentimento de mágoa diante da vida difícil, entretanto, se colocam impotentes:

Nunca veio ninguém ajudar a gente. A senhora vê, a gente mora nesse cômodo apertado, sem esgoto, sem asfalto, e nunca veio gente aqui pergunta se a gente precisava de ajuda... Mas a gente vai vivendo assim, se precisa de médico vai no posto, se precisa faz a compra vai lá pra cima (região central). Só que aqui as coisa demora demais pra acontecer... (Joana). [sic]

Eu vou falar uma coisa pra senhora, eu acho Guairacá fraco demais. Minha comadre que mora em Terra Rica, a senhora precisa de ver, lá sim é cidade de verdade. Mas a gente tem que ir indo né... Eu moro nesse cômodo aqui que tem luz, mas tem gente que nem luz tem. Pra conseguir consulta no posto, vou falar bem a verdade, é um Deus nos acuda. Demora demais as coisa aqui (Dina). [sic]

Assim, vão se desvendando as vivências de um modo que fala por si só, tal qual uma linguagem. As representações sobre o acesso aos bens e serviços, quando analisadas para indicar as percepções que se tem do espaço, no sentido de maior ou menor desenvolvimento, tais informações soltas, de nada adiantam para compreensão das representações. É preciso analisar o contexto atrelado às posses econômicas e culturais, nos dizeres de Bourdieu (1999), as diferenças associadas a posições diferentes, isto é, os bens, as práticas e, sobretudo, as maneiras, funcionam, em cada sociedade, como as diferenças constitutivas de sistemas simbólicos, como uma linguagem muda, como signos distintivos.

As representações mostram-se condicionadas à quem fala, de onde fala e à suas experiências vividas.

c. A presença do mundo rural na vida cotidiana: representações sobre o povoamento reduzido e as relações de interconhecimento

A presença do mundo rural será aqui avaliada essencialmente por dois aspectos, sendo: as representações que os moradores tem do espaço reduzido; as relações sociais de interconhecimento entre eles. O espaço reduzido é o espaço geográfico, de forma que se enxerga ao longe, sem muito esforço, a pastagem, o gado, a plantação de mandioca, pois este espaço, identificado em pequenos aglomerados, pequenos municípios, pode aproximar pessoas, não apenas no sentido estrito de criar feição entre elas, mas também de propiciar a fácil identificação de uns pelos outros. A isso se refere o conceito de espaço reduzido e relações de interconhecimento.

Sendo assim, ao contrário das questões analisadas anteriormente, as quais apresentavam maior divergência de opinião com relação às concepções no que se refere às representações dos moradores sobre o espaço reduzido e as relações de interconhecimento, é possível identificar praticamente um consenso entre eles. O que se percebe aqui é que quase não existe divergência de opinião entre os moradores do centro e os moradores da periferia, com relação ao fato de que Guairacá é propício para que a população se conheça.

Se no início pensamos em trabalhar, primeiro, as percepções do espaço reduzido e, segundo, os relacionamentos no conjunto da pequena cidade, esta idéia teve de ser de imediato abandonada, porque as respostas vieram mescladas de uma e de outra questão, de modo inseparável. Logo percebemos que as representações das relações de interconhecimento e o pequeno espaço geográfico são infiltráveis, e que não há como falar de um sem que

automaticamente se fale de outro. Além disso, as respostas aqui são bastante parecidas, havendo pouquíssimas variações entre elas:

O valor mais forte que predomina no município é a solidariedade. Aqui é pequenininho todo mundo se conhece (...) pode não ter contato no dia-a-dia, mas todo mundo se conhece. (...) Eu acho que tem a solidariedade, as pessoas se ajudam muito aqui, acho o valor mais forte, por exemplo, se a casa de alguém pega fogo, se alguém precisa fazer cirurgia... (Luzia). [sic]

Eu não pretendo me mudar daqui de jeito nenhum, só se eu não tiver trabalho, se eu perder o trabalho eu vou me ver obrigada a ir embora, caso contrário eu vou ficar aqui, não quero ir embora. O que eu mais gosto aqui é que é um município muito acolhedor. Por exemplo, se tem alguém passando por um momento muito difícil, todo mundo ajuda. É pequeno, todo mundo se conhece (Márcia). [sic]

Aqui é cidade pequena. Vc sabe como é? Todo mundo se conhece (Osvaldo). [sic]

Quando perguntado de que maneira a população se ajuda, Márcia responde que as pessoas costumam ajudar da maneira que conseguem, ou seja, os que têm dinheiro ajudam em dinheiro, ou então com doações, e os que não tem, costumam fazer visitas e ajudar com apoio afetivo. Os momentos difíceis para alguns são, ao mesmo tempo, os momentos em que toda população se une em prol de ajuda-los. Vejamos o depoimento de Márcia:

Só ajuda na hora que precisa de verdade, daí cada um faz o que pode fazer, quem tem mais faz mais, quem tem menos ajuda com apoio, mas todo mundo ajuda. [sic]

A solidariedade aparece como um valor central para os moderadores, de modo que é possível percebermos ao falar de relações de interconhecimento e espaço reduzido, imediatamente a questão da solidariedade em suas falas. Todavia, o grupo do centro se refere à solidariedade que ocorre em momentos específicos de calamidade, em situações que fogem à rotina e que coloca a vida das pessoas em risco. Quando isso ocorre, acontece uma espécie de entrosamento entre os moradores e cada um ajuda da forma que consegue.

Renata, ao falar de solidariedade se referir a momentos de calamidade para toda população. Ela diz:

Aqui existe um povo que ajuda bastante, é muito solidário, por exemplo, a nossa escola vive de doações e tem muita gente que ajuda, que contribuem muito, em dinheiro, em carne, fazem visita, vc vê assim que é uma solidariedade, eu acho o pessoal solidário, não posso reclamar. Acho que as pessoas se adaptam aqui, acho que a grande dificuldade é a falta de serviço. [sic]

O padre e o pastor relatam suas experiências nas instituições que representam, no mesmo sentido de indicar a solidariedade:

Aqui é um povo bem solidário. Quando alguém tá necessitado tem muita gente pra ajudar, e as pessoas cultivam o respeito à bondade, basta você falar na igreja de uma campanha, que vem muita gente ajudar. Claro que tem as exceções, tem gente que não gosta nem de si próprio... Mas a maioria do povo ajuda (Padre Jurandir). [sic]

Se eu faço uma campanha na igreja, todo mundo ajuda. Eles podem até não conhecê diretamente quem tá precisando de ajuda, mas eles relacionam: parentes do fulano, do sicrano, ou então não é parente, mas chegou do sítio esses dias, então todo mundo ajuda (Lorival, pastor). [sic]

Ruthi, Mara e Damiana, além da solidariedade, apontam para outro aspecto característico em Guairaçá: a fofoca:

O povo daqui é amistoso até demais! Por ser pequeno todo mundo se ajuda e todo mundo fica também sabendo da vida de todo mundo, é incrível! (Ruthi). [sic]

Que nem... Você é pesquisadora, né. Tá fazendo pesquisa. Se você apontá lá no começo da cidade na casa de alguém, lá no fim da cidade vai tá todo mundo sabendo que você tá aqui, porque aqui é pequeno (Mara). [sic]

Vixi, aqui tudo se conhece. Se você perguntá da dona Maria lá do Rabo-da-gata [região periférica], todo mundo sabe quem é. Aqui nós temos um povo muito bom, quando é pra ajudar, todo mundo ajuda (Damiana). [sic]

Trata-se da fofoca entendida como o dizer de um para o outro sobre assuntos alheios, sem necessariamente a intenção de prejudicar alguém. A fofoca, em meio ao espaço reduzido

e diante do fato de que praticamente todos se conhecem, corre em ritmo alucinante de modo a atingir um lugar e outro em questão de minutos.

Na fala de Cleuza, as falas de Ruthi, Mara e Damiana aparecem de modo a caracterizar outra situação: o período de eleições políticas onde a população muda seu comportamento habitual de passividade para comportamento mais agressivo:

O povo de Guairacá é muito bom. Ajuda muito as pessoas. Só na época da política que é um querendo matar o outro! (Cleuza). [sic]

Seu Ivan, sempre reticente e econômico nas palavras, diz a respeito do espaço reduzido e das relações de interconhecimento, em tom trocista:

Todo mundo se conhece, sim... Todo mundo... [sic]

Em síntese, os moradores da região central entendem o espaço reduzido, as relações de interconhecimento e a solidariedade conceitos atrelados, sendo praticamente consequência um do outro, e a solidariedade “no meio do palco” como valor fundante da sociedade a qual estão inseridos. Neste sentido falar de solidariedade significa, especialmente, falar em situações de emergências, calamidades, onde cada um ajuda como pode, portanto, não se trata da solidariedade diária, cotidiana.

Para o grupo da periferia, o espaço reduzido e as relações de interconhecimento se traduzem também nas relações de solidariedade, um valor possível de existir mediante o espaço específico que habitam. Margarida, Jacira e Dora falam da solidariedade entre o grupo da periferia e o grupo do centro. Elas se sentem inseridas nesta teia mais como aquelas que recebem a ação, do que as que são capazes de praticá-la, pela limitação de sua própria condição.

Aqui o povo é bom, tudo que eu pedi pra eles até hoje me deram. Eu fui lá pedir a bolsa família rapidinho veio o dinheiro. Eu não tenho o que reclamar (Margarida). [sic]

Minha mãe ficou doente e precisava fazer uma cirurgia, o padre fez campanha, todo mundo ajudô. O povo aqui é bom. (Jacira). [sic]

Minha irmã teve nenê e ela não tinha condição né, aí o povo tudo ajudava, veio sacola de roupa que a creche recolheu, as mulher mais velha ia na casa dela ajudá ela dá banho na menina. (Dora). [sic]

No caso de Luana, Julha e Irene, elas falam de uma rede de ajuda nos afazeres do dia-a-dia que, além de colaborar, aproxima e dá liberdade para os moradores chegarem sem ser anunciados. O espaço reduzido, bem como a dinâmica das relações, permite aqui a confiança, as conversas de portão, a camaradagem, que prevaleçam.

Se eu preciso saí, num exemplo assim, ir pro banco, as vizinha aqui tudo olha minha casa, cuida das crianças. Aqui de noite nós fica com a porta aberta até tarde, roupa no varal, ninguém róba, os trem das crianças (brinquedos) fica tudo jogado, ninguém pega (Luana). [sic]

Aqui não tem frescura, nós conhece todo mundo, e se ajuda, e vai na casa de qualquer um, todo dia, se quisé (Julha). [sic]

Aqui é que nem quando eu morava no sítio, todo mundo conhece todo mundo e todo mundo se ajuda (Irene). [sic]

As moradoras Joana e Dina falam da solidariedade que não as alcança e reclamam especialmente de seus vizinhos:

Pode até ajudá o povo lá pra cima, mas demora, heim... Aqui é um povo muito falso... (Joana). [sic]

Aqui ninguém me ajuda não, se eu quiser é por mim mesmo... Aqui pero no Maximo uma vizinha ou outra que ajuda quando eu preciso saí pra olhar as crianças, mas é só (Dina). [sic]

Sintetizando, reconhecemos aqui o valor da solidariedade presente no espaço social de Guairacá, todavia, como um valor característico de um espaço construído historicamente onde as pessoas, ao viverem de modo interdependente, modelam sua personalidade no sentido da ajuda mútua.

d. A dinâmica da sociabilidade local: representações sobre desigualdade social, relações de poder e percepção objetiva do espaço

O presente item tem por objetivo avaliar as representações dos moradores no que se refere às desigualdades sociais e as relações de poder, aspectos constituintes do espaço social em questão, como observamos no decorrer de todo o trabalho. Em seguida levantamos as opiniões objetivas e sucintas dos moradores sobre o espaço, no que se refere a sua visão mais ampla sobre o lugar onde vivem.

Começamos as entrevistas pelo grupo do centro, entretanto, alguns dos moradores se valeram do direito de não falar sobre alguns assuntos e se mantiveram calados.

A começar sobre a questão das desigualdades sociais, alguns entrevistados da região central classificam os moradores da região periférica essencialmente como intrusos. As idéias presentes em suas falas nos remetem a percepção de que os moradores da periferia são aqueles que chegaram depois, que moram em condições de pobreza e que não são bem-vindos. Sobre esse assunto, o grupo do centro não faz distinção entre os que habitam a periferia e possuem melhores condições de vida. Percebemos por meio de seus depoimentos concepções acerca da generalização do espaço periférico, sem distinção entre os moradores dali, como se o espaço geográfico de localização, por si só, explicasse a diferença hostil entre centro e periferia. Muitos do grupo central esquecem sua própria condição de que também foram um dia “retirantes do rural”. A concepção de que os moradores da periferia são intrusos aparece da mais variada forma, a começar pela maneira objetiva que Luzia, Renata e Damiana têm de dizer. Na percepção de Luzia os moradores da periferia deveriam morar em municípios maiores. Ela diz:

O pessoal dos sem-terra invadiu e periferia e construiu casa. Também veio gente das fazendas aqui perto. Eles vêm em busca de morar melhor, não tem pra onde ir e vão ali, no rabo-da-gata [região periférica]. E eles vêm pra piorar o que já está ruim porque uma pessoa que tem mais cultura vai para uma cidade mais desenvolvida. Essa população que vem de fora só engrossa essa massa que já existe aqui. [sic]

Renata diz que o posto de saúde e o hospital são os mais prejudicados mediante o alto fluxo de pessoas que vem do rural para viver no município:

Quem vem pra cá do rural provoca superlotação na cidade, a saúde, por exemplo, é a mais afetada, a escola também. Se eles ficassem no rural, teriam mais condições porque aqui não

dá para acolher todo mundo, essa migração afeta todas as áreas. A saúde mesmo é muito afetada com isso, muitas vezes deixa de atender quem realmente precisa porque não dá conta de atender todo mundo, tem gente que nem tem problema de saúde e vai lá só pra passear e quer ser atendida. Então daí você vê assim, o comércio sai prejudicado porque tem muita gente que compra e não pode pagar. [sic]

A moradora Damiana, de um jeito calmo, quase culpada por estar dizendo o que pensa, mesmo assim ela diz:

Tem muita gente que vem pra cá do rural, mas o município não tem estrutura pra eles, é difícil. Seria melhor que eles ficassem lá mesmo. [sic]

Ruthi, por sua vez, traz em suas percepções também a noção de intruso, no entanto, por meio de uma fala que ora compreende a situação dos moradores da periferia e ora os acusa, embutida na intenção de ajudá-los. Ela diz:

Nós temos um déficit de moradia muito grande... Não temos projetos de casa popular... As pessoas que vem do rural não tem pra onde ir... Embora, agora nós não temos muita migração, porque não temos mais assentamentos aqui perto. Na verdade, não é bom para o povo vir do rural... Hoje nós temos carro da prefeitura que busca a criança na porta de casa, no sítio, então quer dizer, isso não é motivo para dizer: “ai eu vou pra cidade pra estudar meu filho”. Mas, por outro lado, tem a questão da usina... Tem muito sítio aqui perto que foi arrendado pra usina, e aí o povo foi embora... Mas se ele vem pra cá ele não vai encontrar condições aqui. Aqui tem a questão da assistência que aumenta, a cesta básica, tem a saúde, porque aqui ele tem mais doença que no rural, então a gente fica preocupada, porque o município não tá preparado para atender essa população... O município tem um programa que incentiva o trabalho rural “banco da terra” cada um tem sua terra, aí lá eles plantão e colhem... Nós temos o programa da agricultura familiar o pessoal tá plantando lá e existe a feira de venda aqui. Isso tudo a gente tá fazendo para que fixe o homem no campo. [sic]

Osvaldo e Lorival percebem as diferenças entre os moradores da região central e os moradores da região periférica pelo motivo de que estes últimos são acomodados:

Tão nessa situação porque são preguiçosos. Eu comecei a trabalhar eu era criança, carregando caixa. Esse povo dorme até meio dia, tem que viver na pobreza mesmo (Osvaldo). [sic]

Eu acho que o povo de Guairacá é um tanto acomodado. Eu acho o povo de Guairacá muito acomodado. Falta trabalhar na mente do povo para que fique um pouco melhor... Falta interesse por parte desse povo. O povo de Guairacá se acostumou com a vida que eles têm. Essa é uma coisa cultural que passou de pai pra filho, por exemplo, eu morei em Indianópolis, lá é menor que aqui e muito mais desenvolvido (Lorival). [sic]

Senhor Ivan, sempre com medo de se comprometer em suas respostas, corrobora com o mesmo pensamento:

Tem pobreza porque o povo se vende, essa é a verdade, se vende por causa de voto. Você vai por isso que eu disse? Ah pode pôr eu não falei nada que ninguém não saiba. [sic]

Padre Jurandir entende as diferenças como algo natural, passível de ser aceita por todos, uma vez que em todos os lugares há diferenças:

O que eu penso é que a nível nacional e não só o caso de Guairacá, o Brasil não se desenvolveu. Guairacá não é diferente das outras cidades, por exemplo, Paranavaí, lá tem bairros que são pobres, aqui também, isso é natural, Guairacá não é diferente, as famílias que tem melhor condição financeira pega os melhores lugares, as famílias de baixa renda moram nos lugares mais inferiores, por exemplo, aqui no rabo-da-gata aquele terreno nem comprado foram, eles foram ocupados, então os pobres vão invadindo e os ricos escolhem os lugares melhores, isso acontece em todo lugar, é assim mesmo, é natural. [sic]

Mara, assim como Padre Jurandir, também acredita que as diferenças sociais fazem parte de um processo natural, porém, acredita que esse processo decorre em função da ausência de uma política de incentivo para a população permanecer no rural:

A pessoa saiu da roça e veio pro Guairacá, chegou aqui foi para a periferia, tá bom, mas isso aconteceu em todo o lugar. Guairacá não tem condições de receber todo mundo, isso é óbvio. Quem expulsou o agricultor da terra foi o governo, que não deu condições pra roça. [sic]

Como se pode perceber, a idéia de intruso está presente na concepção dos moradores, em maior ou menor grau. Nota-se por meio de suas falas o modo substancial de classificar a periferia, sem que se pergunte em quais condições históricas ela se tornou hoje o que é.

Mais compreensiva mostra-se Cleuza que diz entender os moradores da periferia, por ter sido, no passado, um deles. O fato de ter presente em sua memória que já foi um deles talvez humanize um pouco a questão:

Quando eu vim pra cá eu era que nem eles. A gente vem pra melhora de vida, eu entendo eles, no sítio é difícil. [sic]

Na contramão do que vem sendo dito sobre as desigualdades sociais até aqui, Márcia sinaliza para a compreensão da questão das diferenças sociais de modo que não acusa ou discrimina os moradores:

A maioria do pessoal que vem do meio rural chega aqui e não tem oportunidade, se não tiver trabalho na roça eles ficam desempregados. Eles não têm renda e o município tem que entrar com algum tipo de auxílio, o município não tem nenhum projeto para isso. [sic]

No que se refere às relações de poder estabelecidas no município, não foram todos os entrevistados da região central que aceitaram falar sobre o assunto. Isto se deve mais ao fato de que alguns se mostram receosos da pesquisa, de sua publicação e possível perseguição política. Quando questionados sobre o assunto, as conversas eram evasivas, como a fala de Renata, que representa as demais:

É complicado falar sobre isso... Voltando a questão dos moradores da periferia... [sic]

Ao dizer que é complicado falar sobre o assunto ela sugere que não gostaria de falar sobre a política local. Tendo em vista a fala de Renata, percebemos que as formas de poder aparecem representadas para alguns, algo exterior, presente apenas no âmbito da política.

Sobre esse assunto, Bourdieu (1996) ao falar em “*Razões práticas para teoria de ação*” classifica como sendo a rivalidade entre os poderes, aqueles que possui capital econômico e cultural - principal característica do grupo do centro - em oposição àqueles que possuem poder político, de modo que o tipo de capital que cada um possui é a divergência.

A expressão de poder aparece para os moradores do centro como sendo o poder político em oposição aos demais interesses. Ao classificar o poder político, Luzia o denomina

de paternalismo, Padre Jurandir de oportunismo e Ruthi aponta o “mandonismo local”, para usar uma expressão de Clementino (1997). A seguir, suas falas:

Os políticos que tem mais cultura não se elege, porque são os que fazem o paternalismo que cativam... Os políticos de Guairaçá são paternalista (Luzia). [sic]

Aqui é a cultura do “Gerson”, sabe qual é? Leve vantagem em tudo, por parte dos políticos (Padre Jurandir).[sic]

Quem pode mais, manda mais, quem pode menos, manda menos. Essa é a bem da verdade (Ruthi). [sic]

Mara além de deflagrar o poder político local se mostra ressentida com o povo. Nos dizeres dela o povo é corrupto, uma vez que vende seu voto. Ao que parece, o ressentimento vem da época em que ela se candidatou a vice-prefeita e perdeu as eleições. Por ter sido candidata, ela diz saber da venda de votos:

Ao invés do político cuidar do povo ele cuida de si mesmo. Aqui tem muitos grupinhos. Mas não é só o político que é corrupto... Se vc observar a diferença social que tem aqui hoje, eu tenho uma explicação pra isso. É a política, mas não é só a política. O povo é corrupto. O povo se vende. Eu sei porque já fui política. O povo se vende, vende seu voto por qualquer coisa. É por isso que a pobreza continua aqui. Se vendem por pneu, saco de cimento, cinqüenta reais, qualquer coisa... Dessa maneira nunca vai resolver a situação do povo. (...) Nos temos muita gente em Guairaçá, mas se eu puder definir a população pobre do município seria como ingênua. O povo é ingênuo, muito ingênuo... Essa é a característica principal daqui. Imagine um boi num cercado? Se o boi soubesse a força que ele tem ele derrubaria o cercado. Assim é o povo. [sic]

Todavia, Lorival, pastor da igreja, descreve a situação sem necessariamente falar do poder político, mas sim de jogos de interesses entre grupos. Ele diz:

O que eu vejo de Guairaçá é o seguinte: tem um grupo que ta crescendo... Só que esse grupo que hoje tem (dinheiro), que se desenvolveu que construiu alguma coisa... Esse grupo, no que eu vejo, parece que eles não têm interesse no que os outros cresçam. Por que (eles pensam) se o outro crescer vai prejudicar a mim, se outro se tornarem um profissional da área eu vou ter que pagar mais caro pro meu empregado, se abrir um concorrente no município, um concorrente na área que eu trabalho, eles vão ter alguém que vai oferecer um

salário melhor... Então tem um grupo que tá indo bem... É bem pequeno esse grupo... E tem outro que não... E a população está tão acostumada com a vida que leva que não conseguem ver isso. Se vc vai num debate, por exemplo, o que defende o ensino puxa pro lado do ensino, o que defende a agricultora, puxa pra agricultura, e assim por diante, cada um puxa para o seu, eles não conseguem ver de uma maneira geral que existe uma centena de pessoas sem oportunidade, passando necessidade.[sic]

Destes destaques, podemos apontar alguns enfoques que dizem respeito às representações de poder. O grupo do centro entende como expressão de poder, o poder político, e não o próprio grupo enquanto possuidores de maior capital econômico e cultural. O fato de eles estarem à frente de projetos de desenvolvimento municipal, ou de conselhos deliberativos não lhes suscitam à reflexão. Sobre o poder político a representação que se tem é de algo negativo, ou seja, aqueles que agem de má fé. Dentre as falas, Mara baliza o poder político e o povo como expressão de certa corrupção que faz com que o município não se desenvolva. Lorival faz, em certa medida, uma análise da constituição dos grupos de poder no município, porém, sem refletir sobre o papel da igreja e dele próprio nesse grupo, e também sem desdizer que a população da periferia é intrusa. Existem ainda aqueles que se abstiveram de falar sobre o assunto.

Em seguida, os moradores do centro apresentam a compreensão objetiva do espaço. As perguntas foram feitas no sentido de identificar a percepção que eles tem do espaço onde vivem. As respostas foram diversas, no entanto, se subdividem praticamente entre aqueles que vêem o município como rural e outros como urbano, supervalorizando, desvalorizando ou expressando ilusões sobre o espaço.

Os moradores que identificam o espaço como sendo um lugar rural falam da população que está praticamente toda vinculada a terra, das relações sociais existentes ali, do atraso cultural que eles acreditam haver no município.

Luzia percebe a divisão do espaço entre os primeiros moradores que chegaram e que ocuparam os melhores lugares, e os que chegaram depois. Além disso, ela classifica o espaço como sendo o modelo jesuíta, presente na história de formação do Brasil:

Guairaçá hoje tem as pessoas que moram perto da avenida que são as mais antigas, como eles foram os primeiro, eles foram comprando os melhores lotes. Guairaçá é mais ou menos, como você pode ver, o modelo jesuíta, tem a igreja, a escola, o hospital, então ela [Guairaçá] ficou naquele modelo antigo... A escola tá no meio, a igreja, isso é um modelo jesuíta, tem o comércio, o hospital as lanchonetes... Quem tinha melhores condições foi comprando os melhores terrenos. Quem foi chegando depois foi ficando na periferia... [sic]

Em seguida tem-se a fala de Márcia, Padre Jurandir, Lorival, Mara e Seu Ivan que corroboram na visão rural do espaço, no sentido do atraso:

Eu acho que Guairacá é rural, o meio de subsistência aqui é só da lavoura, e se você precisa de um serviço mais especializado você tem que sair do município. Guairacá está completamente longe de ser urbano, eu mesmo quando saio daqui e vou para um lugar maior, me sinto completamente fora do mundo por que muita coisa que tem lá fora a gente não conhece. Eu acredito que a urbanidade direta a gente não tem acesso, mas as conseqüências dela eu acredito que sim, a marginalidade já começa por aqui... (Márcia). [sic]

Tudo aqui é rural, o comportamento o jeito de ser. Mas aqui tem várias identidades, viu... O povo é mais rural sim, mas tem uma mistura, por exemplo, jovens que estão vinculados aos avanços tecnológicos... (Padre Jurandir). [sic]

O município aqui é rural, completamente, não tem indústria, a senhora conhece indústria aqui? Não tem. Se tiver, é uma. Tem que criar uma secretaria de desenvolvimento e industria aqui... Aqui não tem, é completamente atrasado (Lorival). [sic]

O município é totalmente rural. Você vê: as pessoas vieram do rural pra cá e ainda hoje continuam trabalhando com o rural, nessa relação com o rural... Então Guairacá é rural, desde a própria cultura do povo... Guairacá é rural, por exemplo, o pouco comércio que existe aqui, os comerciantes empregam os próprios parentes. Você pode perceber. Os mais ricos da cidade que tem comércio, sendo mercado, loja, açougue, posto de gasolina e outros. Todos os funcionários que trabalham nesses lugares são parentes. Sobrinhos, esposa, filhos, noras, cunhados, todos parentes. Guairacá é rural em todos os sentidos, o comércio da gente é fraco, o serviço... Tudo... Nosso estilo é todo vinculado a terra (Mara). [sic]

O povo aqui é rural, não tem indústria é tudo roça (Seu Ivan). [sic]

Por sua vez, os moradores que acreditam que o município é urbano, uma vez que, para eles, reconhecer o rural significar reconhecer o atraso. Os moradores Osvaldo, Ruthi, Damiana, Renata e Cleuza têm como sinônimo de urbanidade o comércio, a proporção de pessoas vivendo no urbano, a infra-estrutura presente e a proximidade com o universo das indústrias:

O município de Guairacá já foi atrasado, mas hoje não, hoje tem comércio, a senhora pode olhar, se você quiser hoje pode comprar tudo que quiser aqui, não precisa ir pra fora... Vai só quem quer... E Também hoje aqui nós temos loja de internet, todo mundo tem celular, computador, então Guairacá se modernizou... Dizer que isso aqui é rural é voltar pra traz... (Osvaldo). [sic]

Apesar de tudo o município é urbano, com toda essa dificuldade, nós estamos crescendo. Hoje tem só 1200 pessoas no rural, então não tem como dizer que a gente é rural não. Veio todo mundo aqui pra dentro. Ta todo mundo aqui. Você sabe que o consumismo é uma coisa muito grande... A pessoa tem condições de ter tudo que ela quer comprar, aqui no município pq tudo que tem lá, tem aqui (Ruthi). [sic]

Acho que esse município ta desenvolvido... O rural fica longe daqui, nós temos asfalto, temos tudo, rural é quando não tem nada (Damiana).[sic]

Eu acho que aqui é urbano, não acho que é rural, acho que evoluímos muito, nós temos poucas indústrias, é verdade, mas temos a feclaria... Temos a mister frango que fica em outra cidade, mas atende o pessoal daqui... Isso faz diferença, acho que a gente aqui é tudo urbano. Rural só se for porque temos muito sítio aqui perto, nós atendemos uma população que vem do rural, estamos interligados por isso, mas não somos rurais, nosso comercio é bom, em vista do que já foi (Renata).[sic]

Ao entrevistar os moradores da região periférica sobre as mesmas questões, a começar pela questão da desigualdade social, não foi possível traçar uma sequência de pensamentos, tal qual os moradores da região central, abordando cada assunto de uma vez. Isto porque, os moradores da periferia não reconhecem a desigualdade e tão pouco as formas de poder presentes no município, ou então não conseguem se expressar, sem que transpareça a imensa gratidão que eles têm por viver ali.

Neste sentido, os ensinamentos de Bourdieu (1996) são importantes para percebermos que, na compreensão do espaço, os moradores de menor poder econômico e cultural tendem a incorporar as estruturas objetivas, a realidade imposta, de modo a aceitar o mundo como ele é, e por isso ocorre de não se rebelarem. Aquilo que se pode ou não permitir a si mesmo implica numa aceitação irreduzível da sua condição e tem-se clareza do que não é para ele. Isto ocorre como puro instinto de conservação.

As falas dos moradores da periferia quando o assunto é a desigualdade ou o poder, se repetem e podem ser representadas nas falas mais expressivas de quem se propôs falar: Luana, Julha e Joana, elas dizem:

Essa coisa existe em todo lugar, no sem-terra também tinha, mas eu não tenho o que falar, não, minha nossa senhora, a vida é muito boa comigo (Luana). [sic]

Aqui é assim eu não mexo cá vida deles, eles não mexe cá minha e a gente vai vivendo. Depois de tudo que eu já passei, menina, eu to no céu (Julha). [sic]

Alguém mais descontente com o lugar como Joana, que em outros assuntos se mostrou inconformada, quando o assunto foi sobre desigualdade ou poder, sua fala tinha o tom passivo:

Vô fala uma coisa pra Senhora, contanto que não mexam na minha casinha... Eles pra lá eu pra cá. É melhor morar aqui, com tudo que a gente passa aqui, ainda é melhor. [sic]

Com relação à visão objetiva do espaço para os moradores da periferia, foi possível distinguir dentre aqueles que parecem entender o espaço como um prolongamento do rural, estando o mundo rural presente em sua memória; e aqueles que se percebem num centro urbano.

A seguir, a memória de um espaço rural nos depoimentos de Julha e Dora. Ambas moraram em centros maiores e tem como parâmetro de comparação outra localidade, ao passo que a representação do espaço de Guairacá se mostra comparativa:

Guairacá é bom pra morar, graças a Deus... Aqui pra mim é como estar numa vila..., Quase num sítio... Eu me lembro da época do sítio... (...) O motivo principal da gente ta aqui é meu filho que não se envolve com droga. Aqui ele não ta envolvido com droga... Ele trabalha na terra... (Julha). [sic]

Nunca mais volto pra Foz do Iguaçu... Esse lugar aqui é bom... É muito tranqüilo... Muito diferente de cidade grande, não tem nem comparação, acho que aqui não chega a ser cidade é uma vila, não é? É muito bom aqui. Uma paz tão grande que eu me sinto morando no paraíso (Dora). [sic]

Irene guarda na memória o período em que viveu no sítio e esta lembrança lhe é prazerosa:

Eu acho que aqui é igual quando eu morava no sítio... Igualzinho, num tem baderna, é tranqüilo, todo mundo se conhece, se ajuda, mesma coisa... [sic]

Em seguida, moradoras que percebem o município como sendo lócus urbano. O urbano para elas é representado fundamentalmente pela infra-estrutura do lugar que habitam hoje, uma vez que vieram do meio rural onde levavam uma vida considerada, por elas, difícil:

Aqui na cidade a gente também ta morando em barraco de lona, mas é melhor, o centro ta aqui perto e também nós puxô luz do poste... Então é melhor. A gente não podia ir morar nas casas lá pra cima porque lá é caro. (...) Aqui é tudo pertinho, tem venda [mercado] perto, tem tudo... A gente ta construindo um cômodo de tijolo aqui no fundo, é um quarto e uma cozinha, só pra mim e meu marido e a nenê, mas é bom que é de material. Num é de lona. (Margarida). [sic]

Vimos pra cá pra mode as criança estuda. Aqui é mais perto. Lá [no rural] o ônibus passava pra pega as crianças, mas mesmo assim era longe, as criança tinha que anda bastante... Então a gente veio embora aqui pro Guairaçá. Meu cunhado era dono desse terreno aqui, daí a gente tinha um carrinho e demo pra ele, e fizemo rolo nesse barraco, só pra mode fica na cidade. Aqui vai ser melhor... O pai do prefeito veio aqui esses dias e disse que vai por o poste de luz aqui pra gente. Já compraram o poste, ta aí na frente, mas num colocaram ainda... Das veiz eu acho que falta boa vontade de pô o poste... Mas aqui é melhor pra gente (Luana). [sic]

Aqui na cidade tem luz, né... É melhor (Dina). [sic]

Aqui na cidade é melhor, por isso a gente veio embora, tem mais oportunidade. No sítio era muito ruim, a gente morava nos sem-terra. Lá não tinha nem luz nem água, a gente tinha que buscar água numa única torneira que tinha longe. O barraco era de lona (Joana). [sic]

No caso de Jacira a representação de rural e urbano se faz mediante a tranqüilidade do rural e a agitação do urbano. O rural é o lugar para o qual ela quer voltar e cuidar de sua saúde. Ela diz:

Eu quero voltar pro sítio. Eu não quero ficar aqui na cidade. Eu estou com problema de saúde e indo pro sitio eu tenho um filho que me ajuda e lá o ar é melhor... [sic]

Assim, é possível observarmos na dinâmica da sociabilidade em Guairaçá relações de poder e de desigualdades sociais, que aparecem por meio das representações de alguns moradores. Diante disso, vale pensar o quanto esta realidade se difere de centros maiores e em que medida o cotidiano de Guairaçá compõe uma realidade específica.

Por fim, tem-se a visão de alguns moradores que são objetivos em suas colocações sobre o espaço, sobretudo, assinalando principalmente polaridades de conceitos sobre o lugar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo aqui realizado permitiu engendrar um esboço de compreensão sobre a realidade do pequeno município de Guairacá, através da caracterização de sua identidade social, por meio das representações sociais de seus moradores. Nesta perspectiva, o conteúdo analisado extrapolou a concepção de identidade e balizou outros conteúdos importantes para compreensão do lugar.

Guairacá se traduz, especialmente, por sua reduzida população, por seu imbricamento entre arruamentos e infra-estrutura e a ampla relação com a terra, e por sua desigualdade social que se manifesta de modo pungente por agrupamentos de semelhantes em capital econômico e cultural. A pesquisa permitiu defender a hipótese de que há representações que supervalorizam, desvalorizam completamente ou são ilusórias ao espaço, sem considerar suas particularidades e, segundo, não há no espaço a construção de uma única identidade, mas sim diferentes identidades sociais, que se manifestam diante das experiências vividas pelo morador em seu ambiente.

Os dados coletados no pronunciamento das entrevistas, sobretudo as condições de vida, permite perceber, em parte, o que significa ser um morador de Guairacá. Isto porque as entrevistas mostram a dificuldade de apreender sentimentos tão volúveis e mutáveis como é o “modo de ser”, de maneira enxuta, sintetizada, irreduzível; mediante a complexidade de fatos que se entrelaçam e constituem o indivíduo.

O presente trabalho serviu para nos mostrar que o que é possível apreender desta questão é a intenção de ser. As representações revelam a intenção de ser e não exatamente o que se é. Entre os bens que os moradores possuem, a maneira como vivem, a visão que transmitem ao outro; muitas questões dificilmente podem ser apreendidas se não a intenção de ser alguém, vontade de ser visto pelos outros de determinada maneira, porque é caráter das representações se interpor entre os pensamentos e o que de fato existe. Foi possível observarmos ao realizarmos este trabalho, até onde as representações podem nos levar, e entender o momento da construção teórica que depois se defronta com a pesquisa empírica.

Os moradores de Guairacá vieram galgando experiências e a intenção de ser, agora, aparece como bons presságios sobre si mesmo. Conclui-se do modo de ser dos moradores que as transformações e crises trazem mudanças nas representações que cada um tem de si mesmo. A vontade de ser não é linear e suscita das experiências vividas no tempo e no

espaço. Os relatos revelam o descompasso que se tem na vida dos moradores, portanto, não é possível apreender um modo de ser que se esgota em si mesmo. A vida se desenrola ora com muito, ora com pouco ou quase nada, e não pode haver nisso uma linearidade de comportamentos. Provavelmente se perguntássemos para Mara, quando ela morava no sítio com o marido, ou Renata, quando era solteira e queria estudar, ou então Dina, quando morava no Paraguai e não tinha intenção de mudar de lá; se pudéssemos alcançá-las no passado e perguntássemos qual a imagem que as pessoas tinham delas, provavelmente as respostas seriam outras.

Em sínteses, tem-se a convicção aqui de que o modo de ser está condicionado a diferentes tempos sociais. A pesquisa revela que ser um morador de Guairacá, a considerar a história de vida, não pode ser a definição de polaridades de conceitos que vão de morador urbano ou rural, desenvolvido ou atrasado, afetuoso ou racional. Ser um morador de Guairacá significa muito mais as representações da vontade de ser, condicionada pelo tempo e espaço, inspiradas por relações sociais específicas.

Por outro lado, o modo de vida em Guairacá se define, em parte, da seguinte maneira: quanto mais dependente da relação com a terra, mais distante o modo de vida está do acesso a bens e serviços, ao passo que o contrário é verdadeiro, quanto mais independente da relação com a terra, mais o modo de vida está vinculado ao acesso a bens e serviços. Neste sentido, para compreensão do que significa estar dependente ou independente nessa relação, vale explicar. Algumas moradoras que residem no centro, ocupam cargos de relevância pública, são casadas e os maridos trabalham no rural como mandantes e não empregados. Nestas famílias mantém-se certa independência com a terra, e a qualidade de vida é maior. As moradoras que residem na periferia, são donas de casa, e os maridos são empregados do rural, nestas famílias a relação de dependência com a terra é maior, e a qualidade de vida é menor. Moradoras aposentadas têm um modo de vida regular que é limitado pela ausência, principalmente, de ensino, de títulos acadêmicos.

O fato é que o tipo de relação que se tem com a terra produz, de certa forma, capital econômico e cultural específico, determina a proximidade ou não do acesso a bens e serviços, e cunha o modo de vida particular do centro e da periferia. Se notarmos a história de vida de alguns moradores do centro veremos que eles foram da relação com a terra em direção a outras atividades. Uma das moradoras, que vive confortavelmente na região central, diz sobre os moradores da periferia “*eu já fui um deles*”, isso significa que ela galgou em direção ao trabalho administrativo das políticas do município. Sintetizando, a relação com a terra é o aspecto comum entre quase todos os moradores entrevistados, o grupo do centro e da

periferia, que os assemelha, seja pela história de vida ou pela profissão que ocupam, ao mesmo tempo em que o tipo de relação com a terra, de maior dependência ou independência, é aspecto relevante que oportuniza, em certa medida, a condição capaz de caracterizar as condições de vida no lugar. Além disso, dentre os moradores que mantêm mais próxima à dependência com a terra é possível perceber outra característica, ou seja, a rede de solidariedade, a ajuda mútua, as “portas abertas”, a conversa de quintal.

Embora a questão colocada aqui dessa maneira, que traz a terra para o centro da discussão, existe uma tendência dos moradores na busca por qualidades do meio urbano, referentes ao fácil e rápido acesso aos bens e serviços, de todos os moradores que vieram do rural. Esses moradores, somados aos que já conheciam a urbanidade, emanam um fluxo ininterrupto e atualizado de informações objetivas e subjetivas que ordenam a vida social e a coloca em movimento no sentido de uma busca pela urbanização. São personalidades que se orientam no sentido de objetivos determinados e não há em Guairaçá um mundo indiferente e neutro.

As análises quantitativa e qualitativa dessa pesquisa revelam o município por duas dimensões principais. A primeira concerne na economia predominantemente rural, bens e serviços insipientes, e relações de interconhecimento que ele demonstra – para Wanderley características principais do meio rural. A segunda aponta para transformações que influenciam diretamente no modo de vida urbano, normas sociais, econômicas e políticas originárias da interdependência entre as pessoas. Ambas as dimensões cunham um espaço não polarizado, mas complementar, de uma e outra dimensão, onde se produzem relações sociais específicas.

No entanto, a pesquisa confirmou o que previa a hipótese. Existem no município identidades que supervalorizam e desvalorizam o espaço, ou tem uma concepção ilusória sobre ele.

Falaremos, portanto, do grupo do centro, expressivo na condução dos projetos de desenvolvimento que influencia todo o coletivo. Dentre os entrevistados do centro, alguns se dividem nas opiniões sobre o espaço. Eles vão de uma ponta para outra da corda, de modo que de um lado se colocam aqueles que relacionam o município como sociedade anti-industrial, atraso, capacidade de manter relações sociais tradicionais; uma reação negativa ao espaço. Do outro lado da corda, por assim dizer, tem-se aqueles que acreditam o espaço genericamente como moderno; uma reação positiva ao espaço, todavia, uma espécie de “estandardização”. Para completar a metáfora, não poderíamos deixar de dizer, no meio da corda está o povo.

Dentre os entrevistados da periferia, identificamos outras formas de percepção do espaço, as quais a pesquisa não previa. São percepções que não estão relacionadas, necessariamente, em uma ou outra posição, tal qual descrito acima, mas sim a visão de um espaço potencial, um espaço possível, em moradores motivados por anseios e aspirações, pois foi possível observar que muitos não têm acesso a bens e serviços, disponíveis para população mais antiga.

Os processos de desenvolvimento do pequeno município de Guairacá deveriam inserir no mínimo as três formas de representação encontradas, em especial, àquelas da população menos favorecida, pois, é uma população privada dos processos de desenvolvimento, nas palavras de Amartya Sen, uma população privada do desenvolvimento como liberdade, liberdade de acesso à saúde, educação e trabalho.

A visão ilusória, podemos afirmar, se faz naqueles que acreditam que o espaço industrializado resolveria todos os problemas e conduziria a urbanização. A industrialização não pressupõe exatamente a urbanização. A industrialização pode induzir a urbanização no que se refere ao crescimento tecnológico, aparição de novos mercados, mas esta concentração, por si mesma, não transforma em cidade estruturada e a difusão cultural, econômica e política depende muito mais de projetos de desenvolvimento que conduzam tais objetivos.

Assim, percebemos que as representações daqueles que influenciam os processos de desenvolvimento, diferem das representações das populações mais necessitadas, logo, a condução distorcida das políticas públicas fica evidente e permanecerá enquanto houver, digamos, a ortodoxia de pensamento, centrada nas representações da classe mais favorecida.

Sintetizando, trata-se de um espaço que se move, essencialmente, por percepções estanques da realidade, sem considerar que Guairacá é criado por condições e circunstâncias determinadas, fruto da construção social, relativizado pelo tempo e o espaço, onde aquilo que parece oposto nada mais é do que a face da mesma moeda.

Por fim, entendemos aqui que Guairacá, mesmo sendo pequeno, é capaz de suscitar diferentes identidades sociais. O município se desvela em várias percepções do espaço e diferentes modos de ser, sempre mediados pelas experiências de cada um, cujo resultado é um espaço heterogêneo, campo fértil para a diversidade.

BIBLIOGRAFIAS

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. **Reforma agrária, território e desenvolvimento no Rio de Janeiro**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ, 2003.

BARRETO, Lima. **Melhores contos de Lima Barreto**. 8º ed. São Paulo, 2002.

BOURDIEU, P. **Razões práticas para teoria da ação**; Tradução: Mariza Corrêa. Campinas, São Paulo: Papirus, 1996.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. Tradução: Mariza Corrêa. 5º ed. São Paulo: Perspectiva, 1999.

CARLOS, A. F. A. **Seria o Brasil “menos urbano do que se calcula?”**. Disponível em [http:// geografia.ff/ch.usp.Br/publicações/geousp13/geousp/](http://geografia.ff/ch.usp.Br/publicações/geousp13/geousp/). Acessado em 28/08/10

CLEMENTINO, M. do L. M. **Receitas municipais e grau de dependência dos pequenos municípios do Nordeste**. Natal, UFRN. Mimeo. 1997.

DE PAULA, S. **O campo na cidade: esportes country e ruralidade estetizada**. Tese (doutorado em sociologia) – Iuperj, Rio de Janeiro, 1999.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998. V. 1

ELIAS, N; SCOTSON, J. **Os estabelecidos e Outsiders**. Rio de Janeiro: José Zahar, 2000.

FACHIN, O. **Fundamentos de metodologia**. 4º ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

FREYRE, Gilberto (1900-1987). 2004. **Sobrados e Mocambos: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano**. – 15ª ed. São Paulo: Global. (p.77).

GOMES, P. César da Costa. **A condição urbana. Rio de Janeiro**: Bertrand Brasil, 2002.

GUIDENS, A. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1993.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro**. In Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. Aracajú/Brasília: Sober, 1996.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológico**. São Paulo: Cortez, 2005.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Contagem da população**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: Agosto de 2010.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Leituras regionais: Mesorregião Geográfica Noroeste Paranaense. Curitiba**, 2004. Disponível em: <[http:// www.ipardes.gov.br](http://www.ipardes.gov.br)> Acesso em: agosto de 2010

KAGEYAMA, A. **Pluriatividade e ruralidade; aspectos metodológicos e economia Aplicada**. v. 2, n. 3, jul./set. 1998.

KOGA, Dirce. **Medidas de Cidades: entre territórios de vida e territórios de vida e territórios vividos**. São Paulo: Cortez, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). **Pesquisa Social: técnica, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1993.

MDS. Ministério do desenvolvimento Social 2004. **Histórico da política de Assistência Social**. Disponível em: <http://www.mds.gov.br>>. Acesso em: outubro de 2010

POUPART, J. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Tradução: Ana Cristina Nasser. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo: colônia**. 12 ed. São Paulo: Brasiliense, 1972.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Laura Maria. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro/São Paulo: Recorde, 2001.

SANTOS, M. **A natureza do Espaço. Técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

VEIGA, José Eli da. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas. SP: autores associados, 2002.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O “lugar” dos rurais; o meio rural no Brasil moderno**. Anais. XXX Congresso de Economia e Sociologia Rural. RN: Sober, 1997.

WILLENS, E. Cunha: **Tradição e transição em uma cultura rural do Brasil**. São Paulo: Secretaria da Agricultura, 1947.

ANEXOS

TABELA A.2.6 - POPULAÇÃO TOTAL, TAXAS MÉDIAS GEOMÉTRICAS DE CRESCIMENTO ANUAL E DISTRIBUIÇÃO POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO DA POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MESORREGIÃO NOROESTE - PARANÁ - 1970-2000

continua

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO 2000	TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO ANUAL (%)									DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO NA MESORREGIÃO EM 2000 (%)		
		População Total			População Urbana			População Rural			TOTAL	Urbana	Rural
		1970-1980	1980-1991	1991-2000	1970-1980	1980-1991	1991-2000	1970-1980	1980-1991	1991-2000			
Alto Paraná	12.717	-3,76	-0,93	0,61	1,84	1,91	2,16	-7,25	-5,10	-3,83	1,98	2,04	1,79
Alto Piquiri	10.761	-6,21	-2,46	-1,76	9,98	0,98	-0,85	-10,93	-6,81	-4,45	1,68	1,70	1,62
Altônia	19.230	-2,35	-2,33	-2,72	2,64	2,12	-0,21	-3,83	-5,06	-5,67	3,00	2,36	5,16
Amaporã	4.655	-3,92	1,78	1,86	0,41	4,94	1,70	-7,44	-4,53	2,45	0,73	0,72	0,73
Brasilândia do Sul	3.889	-	-	-1,93	-	-	-0,67	-	-	-3,61	0,61	0,48	1,04
Cafezal do Sul	4.648	-	-	-2,45	-	-	3,70	-	-	-8,76	0,73	0,62	1,08
Cianorte	57.401	-0,73	0,19	1,60	2,05	2,52	3,09	-3,65	-4,54	-4,77	8,95	10,02	5,32
Cidade Gaúcha	9.531	-4,49	0,25	1,33	3,46	3,93	1,85	-8,83	-6,26	-0,59	1,49	1,55	1,27
Cruzeiro do Oeste	20.222	-3,17	-1,29	-1,75	1,65	0,80	-0,48	-6,99	-4,85	-5,51	3,15	3,24	2,86
Cruzeiro do Sul	4.759	-3,42	-1,19	-0,57	1,41	4,89	0,48	-4,77	-5,16	-1,93	0,74	0,57	1,32
Diamante do Norte	6.099	0,95	-0,90	-2,44	5,23	3,33	0,18	-0,92	-4,75	-7,80	0,95	0,93	1,02
Douradina	6.160	-	-5,28	-0,73	-	0,27	1,52	-	-8,45	-3,41	0,96	0,75	1,68
Esperança Nova	2.308	-	-	-5,73	-	-	-0,99	-	-	-7,39	0,36	0,15	1,07
Francisco Alves	6.956	-	-4,18	-3,09	-	-0,69	-0,54	-	-6,35	-5,89	1,09	0,83	1,95
Guairaçá	5.898	-1,08	-2,21	0,67	9,25	1,51	3,07	-4,19	-5,36	-3,30	0,92	0,83	1,24
Guaporema	2.244	-7,63	-1,49	-0,23	0,62	1,61	-1,56	-10,06	-3,64	0,92	0,35	0,20	0,87
Icaraíma	10.048	-4,07	-2,82	-1,94	3,78	1,30	-0,33	-6,56	-6,15	-4,38	1,57	1,32	2,42
Inajá	2.915	-4,78	-0,15	1,11	0,17	2,82	1,46	-8,54	-5,83	-0,11	0,45	0,47	0,42
Indianópolis	4.212	-2,44	-2,66	-0,41	3,63	0,94	2,50	-4,04	-4,57	-3,38	0,66	0,49	1,22
Iporã	16.445	-6,31	-3,28	-2,30	0,29	1,27	-1,52	-8,56	-7,20	-3,91	2,57	2,32	3,39
Itaúna do Sul	4.447	-1,09	0,90	-0,27	4,43	5,52	-0,99	-3,58	-4,29	1,08	0,69	0,56	1,14
Ivaté	6.925	-	-	-0,19	-	-	7,05	-	-	-5,47	1,08	0,80	2,03
Japurá	7.755	-2,06	-2,31	-0,51	1,73	2,42	4,13	-3,36	-5,53	-9,07	1,21	1,23	1,14
Jardim Olinda	1.523	-5,98	0,67	0,91	-0,73	3,51	-0,49	-9,74	-4,34	4,24	0,24	0,20	0,36
Jussara	6.299	-6,11	0,50	0,46	1,58	4,36	1,13	-10,35	-6,63	-2,38	0,98	1,06	0,72
Loanda	19.549	0,09	-0,83	1,08	4,03	1,19	1,92	-4,40	-6,10	-3,12	3,05	3,42	1,78
Maria Helena	6.384	-10,90	-3,86	-3,08	4,39	0,32	-0,62	-12,63	-5,38	-4,58	1,00	0,55	2,51
Marilena	6.756	0,04	-0,33	0,05	7,21	2,96	1,65	-2,45	-2,84	-1,95	1,05	0,82	1,86
Mariluz	10.296	-5,26	-1,77	-0,79	3,43	0,72	-0,10	-10,57	-6,56	-3,20	1,61	1,67	1,40
Mirador	2.500	-4,34	1,39	0,76	-1,94	4,69	1,18	-5,78	-2,04	0,09	0,39	0,32	0,63
Nova Aliança do Ivaí	1.338	-5,76	1,05	1,17	-0,05	3,13	1,88	-9,25	-1,66	-0,15	0,21	0,18	0,30
Nova Londrina	13.169	1,27	0,54	0,27	4,38	1,27	0,52	-5,61	-2,95	-1,41	2,05	2,34	1,07
Nova Olímpia	5.280	-4,06	-1,34	-0,25	-1,71	0,14	0,70	-7,10	-4,68	-3,66	0,82	0,87	0,66

TABELA A.2.6 - POPULAÇÃO TOTAL, TAXAS MÉDIAS GEOMÉTRICAS DE CRESCIMENTO ANUAL E DISTRIBUIÇÃO POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO DA POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MESORREGIÃO NOROESTE - PARANÁ - 1970-2000

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO 2000	TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO ANUAL (%)									DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO NA MESORREGIÃO EM 2000 (%)		
		População Total			População Urbana			População Rural					
		1970-1980	1980-1991	1991-2000	1970-1980	1980-1991	1991-2000	1970-1980	1980-1991	1991-2000	TOTAL	Urbana	Rural
Paraíso do Norte	9.739	-3,94	1,14	1,05	-0,17	3,21	2,18	-8,31	-4,39	-5,44	1,52	1,76	0,70
Paranacity	9.109	-3,30	0,22	0,74	1,96	3,03	4,18	-5,97	-2,72	-7,11	1,42	1,48	1,22
Paranapoema	2.393	-6,08	1,17	-0,29	4,90	5,04	0,96	-11,28	-6,65	-7,57	0,37	0,44	0,16
Paranavaí	75.750	1,30	0,77	0,72	3,35	1,49	1,00	-5,18	-4,11	-2,34	11,82	14,20	3,72
Perobal	5.291	-	-	-2,29	-	-	-0,12	-	-	-4,04	0,83	0,53	1,83
Pérola	9.282	-2,21	-3,21	-2,03	6,08	0,75	-0,05	-4,46	-5,83	-5,69	1,45	1,34	1,83
Planaltina do Paraná	3.992	-5,82	-1,91	0,57	-0,58	0,35	1,06	-8,80	-4,54	-0,25	0,62	0,51	0,99
Porto Rico	2.550	-1,47	-4,52	-2,55	1,43	2,17	1,05	-2,14	-7,73	-6,88	0,40	0,33	0,62
Querência do Norte	11.438	-4,41	1,24	1,09	9,01	1,89	0,30	-11,48	0,13	2,47	1,78	1,41	3,04
Rondon	8.527	-5,13	-3,64	-0,16	-1,04	2,54	3,57	-6,15	-7,02	-5,30	1,33	1,18	1,85
Santa Cruz de Monte Castelo	8.578	-2,72	0,18	-1,93	4,35	2,33	-1,13	-6,43	-2,37	-3,33	1,34	1,14	2,01
Santa Isabel do Ivaí	9.154	-0,46	-4,04	-0,63	4,78	-2,13	0,91	-3,14	-5,87	-4,02	1,43	1,37	1,64
Santa Mônica	3.190	-	-	0,05	-	-	6,21	-	-	-2,82	0,50	0,27	1,27
Santo Antônio do Caiuá	2.878	-5,67	-2,35	-0,87	-1,48	-0,91	1,07	-8,75	-4,25	-4,85	0,45	0,43	0,52
São Carlos do Ivaí	5.904	-4,68	0,53	1,95	-0,41	3,34	4,89	-7,63	-3,57	-9,20	0,92	1,06	0,45
São João do Caiuá	6.091	-3,49	-1,62	0,15	1,35	1,13	0,44	-7,80	-8,14	-1,17	0,95	1,02	0,70
São Jorge do Patrocínio	6.604	-	-1,58	-3,58	-	2,52	1,05	-	-2,81	-6,11	1,03	0,59	2,54
São Manoel do Paraná	2.072	-	-	-1,51	-	-	1,12	-	-	-3,48	0,32	0,20	0,73
São Pedro do Paraná	2.738	-2,80	-3,49	-1,89	5,21	0,77	0,93	-4,52	-5,62	-4,47	0,43	0,30	0,85
São Tomé	5.045	-2,58	-3,01	-0,15	1,45	2,27	4,28	-3,77	-6,22	-7,22	0,79	0,76	0,89
Tamboara	4.255	-6,03	-1,25	-0,82	-0,15	1,84	1,94	-8,90	-4,67	-7,40	0,66	0,68	0,60
Tapejara	13.120	-5,38	-0,53	0,95	4,36	3,68	2,93	-8,93	-5,49	-4,51	2,05	2,12	1,79
Tapira	6.282	-5,22	-3,39	-3,37	0,44	0,03	0,11	-6,58	-4,96	-6,17	0,98	0,67	2,05
Terra Rica	13.797	-0,58	-1,80	-0,09	5,21	2,74	0,33	-3,52	-8,13	-1,33	2,15	2,12	2,25
Tuneiras do Oeste	9.013	-4,67	-0,64	-2,66	2,73	3,40	0,95	-6,33	-2,63	-6,05	1,41	1,04	2,64
Umuarama	90.690	-1,22	-0,03	1,08	5,89	2,38	1,77	-6,53	-5,16	-4,12	14,15	16,68	5,53
Alto Paraíso (antigo Vila Alta)	3.783	-	-	-1,46	-	-	-1,30	-	-	-1,61	0,59	0,37	1,33
Xambrê	6.500	-4,81	-2,90	-3,30	2,65	1,63	-2,86	-5,77	-4,14	-3,48	1,01	0,38	3,17
Mesorregião Noroeste	641.084	-2,51	-1,17	-0,25	3,60	1,85	1,29	-5,91	-5,22	-4,20	100,00	100,00	100,00
PARANÁ	9.563.458	0,97	0,93	1,40	5,97	3,01	2,59	-3,32	-3,03	-2,61	-	-	-

FONTE: IBGE - Censo Demográfico

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

TABELA A.2.11 - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL, SEUS COMPONENTES, RANKING ESTADUAL E TAXA DE POBREZA, SEGUNDO MUNICÍPIOS DA MESORREGIÃO NOROESTE - PARANÁ - 2000

continua

MUNICÍPIO	ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO - MUNICIPAL		COMPONENTES DO IDH-M				RANKING ESTADUAL IDH-M 2000	TAXA DE POBREZA ⁽¹⁾
	1991	2000	Esperança de Vida ao Nascer (anos)	Taxa de Alfabetização (15 anos e mais) (%)	Taxa Bruta de Frequência à Escola (%)	Renda Per Capita (R\$)		
Alto Paraná	0,684	0,743	70,1	84,8	76,7	198,72	187	25,3
Alto Piquiri	0,619	0,750	69,8	80,7	87,3	221,78	159	37,2
Altônia	0,663	0,743	70,2	83,2	82,8	185,52	186	31,7
Amaporã	0,641	0,709	67,0	81,4	75,4	172,02	307	33,5
Brasilândia do Sul	0,587	0,707	67,5	76,9	84,0	160,13	315	41,3
Cafetal do Sul	0,633	0,730	69,4	80,0	82,4	182,06	240	36,3
Cianorte	0,727	0,818	75,9	89,6	82,5	312,63	12	13,6
Cidade Gaúcha	0,646	0,749	67,7	85,0	87,4	224,45	164	19,8
Cruzeiro do Oeste	0,662	0,751	67,9	84,1	89,7	226,67	155	27,6
Cruzeiro do Sul	0,667	0,755	72,0	84,1	80,8	191,48	139	18,7
Diamante do Norte	0,657	0,738	68,8	85,0	77,5	202,08	206	27,2
Douradina	0,656	0,740	67,9	81,9	83,6	228,61	199	22,7
Esperança Nova	0,628	0,744	70,1	83,9	85,1	176,08	183	30,4
Francisco Alves	0,669	0,736	70,5	80,0	88,2	162,19	220	29,5
Guairaçá	0,653	0,708	67,7	81,0	73,2	169,89	310	35,1
Guaporema	0,657	0,725	67,4	83,0	82,0	181,02	256	32,9
Icaraíma	0,649	0,741	70,2	82,1	80,4	199,13	197	30,2
Inajá	0,655	0,722	70,1	78,9	77,0	170,87	265	30,2
Indianópolis	0,665	0,749	70,1	83,4	85,4	195,62	165	23,8
Iporã	0,672	0,750	70,5	83,3	89,1	179,93	161	33,4
Itaúna do Sul	0,646	0,708	68,9	79,6	78,2	143,27	311	39,0
Ivaté	0,640	0,752	73,0	82,9	83,1	164,95	153	27,3
Japurá	0,681	0,759	69,9	87,2	80,5	227,57	130	13,0
Jardim Olinda	0,670	0,724	70,0	79,1	77,0	179,34	258	43,7
Jussara	0,691	0,768	72,0	87,4	81,8	212,62	95	19,5
Loanda	0,701	0,771	71,4	87,6	83,6	225,51	88	20,4
Maria Helena	0,636	0,707	66,8	79,0	88,3	144,30	317	37,8
Marilena	0,639	0,738	72,0	82,9	72,2	179,28	207	28,8
Mariluz	0,621	0,675	63,4	76,6	79,5	149,53	383	43,1
Mirador	0,630	0,724	71,2	77,1	82,6	154,58	259	30,0
Nova Aliança do Ivaí	0,660	0,742	69,4	86,4	80,1	184,68	193	26,4
Nova Londrina	0,704	0,762	68,6	88,4	80,8	262,24	118	23,9

TABELA A.2.11 - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL, SEUS COMPONENTES, RANKING ESTADUAL E TAXA DE POBREZA, SEGUNDO MUNICÍPIOS DA MESORREGIÃO NOROESTE - PARANÁ - 2000

MUNICÍPIO	ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO - MUNICIPAL		COMPONENTES DO IDH-M				RANKING ESTADUAL IDH-M 2000	TAXA DE POBREZA ⁽¹⁾
	1991	2000	Esperança de Vida ao Nascer (anos)	Taxa de Alfabetização (15 anos e mais) (%)	Taxa Bruta de Frequência à Escola (%)	Renda Per Capita (R\$)		
Nova Olímpia	0,684	0,740	70,2	79,7	86,4	189,52	201	30,0
Paraíso do Norte	0,669	0,763	70,4	84,7	82,9	246,80	113	16,9
Paranacity	0,681	0,742	68,6	85,6	77,4	216,96	194	21,0
Paranapoema	0,629	0,706	66,5	79,0	81,8	165,60	323	31,9
Paranavaí	0,725	0,787	69,7	90,3	85,4	312,97	47	18,2
Perobal	0,653	0,745	69,8	84,0	88,6	173,07	180	31,4
Pérola	0,694	0,759	70,2	85,2	83,2	228,08	131	27,2
Planaltina do Paraná	0,672	0,737	70,2	82,0	81,0	182,28	216	30,7
Porto Rico	0,640	0,748	70,1	87,1	80,0	186,93	168	29,7
Querência do Norte	0,636	0,705	67,3	78,7	79,4	161,72	324	41,4
Rondon	0,649	0,734	67,3	84,7	78,4	218,54	228	22,5
Santa Cruz do Monte Castelo	0,648	0,708	64,0	83,6	80,5	189,60	313	28,2
Santa Isabel do Ivaí	0,679	0,758	71,1	85,0	82,9	204,66	134	25,0
Santa Mônica	0,587	0,700	69,0	77,7	77,7	132,66	341	36,0
Santo Antônio do Caiuá	0,654	0,750	74,2	80,6	81,6	159,47	162	27,7
São Carlos do Ivaí	0,690	0,738	69,6	83,8	75,4	203,26	211	16,6
São João do Caiuá	0,640	0,712	68,6	79,7	75,0	169,82	295	30,8
São Jorge do Patrocínio	0,630	0,708	65,7	81,7	84,2	159,57	314	38,0
São Manoel do Paraná	0,645	0,750	70,0	86,2	83,6	188,66	163	24,2
São Pedro do Paraná	0,656	0,762	74,2	82,7	79,9	189,78	120	22,4
São Tomé	0,663	0,738	67,3	85,4	85,5	194,83	212	29,0
Tamboara	0,667	0,782	76,5	84,7	76,7	212,00	61	20,8
Tapejara	0,654	0,730	67,5	85,0	77,6	201,06	243	21,2
Tapira	0,624	0,731	69,9	81,0	80,2	176,71	239	31,2
Terra Rica	0,703	0,746	69,2	84,0	81,0	217,93	177	25,1
Tuneiras do Oeste	0,632	0,707	67,4	82,3	74,4	158,60	320	30,2
Umuarama	0,723	0,800	71,1	90,2	89,1	313,76	24	15,1
Alto Paraíso (antigo Vila Alta)	0,603	0,704	66,6	80,4	79,8	156,99	328	34,2
Xambrê	0,634	0,751	72,6	81,0	84,3	178,03	158	32,8
PARANÁ	0,760	0,787	69,8	90,5	82,9	321,40	-	20,9

FONTE: PNUD

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

(1) A taxa de pobreza indica o percentual de famílias com renda familiar mensal *per capita* até 1/2 salário mínimo, em relação ao número total de famílias residentes na área em estudo.

TABELA A.2.12 - TAXA DE FREQUÊNCIA À ESCOLA OU CRECHE SEGUNDO GRUPOS ETÁRIOS E MUNICÍPIOS DA MESORREGIÃO NOROESTE - PARANÁ - 2000

MUNICÍPIO	TAXA DE FREQUÊNCIA À ESCOLA OU CRECHE (%)					
	0 a 3 anos	4 a 6 anos	7 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 22 anos	Mais de 22 anos
Alto Paraná	9,79	70,18	96,46	65,79	26,12	2,96
Alto Piquiri	5,65	47,15	95,23	70,22	31,68	9,42
Altônia	14,33	44,38	97,06	74,41	39,08	3,56
Amaporã	10,99	65,45	97,02	59,73	25,46	3,20
Brasilândia do Sul	5,31	65,83	98,77	76,42	25,81	6,22
Cafezal do Sul	0,94	55,76	96,12	74,73	28,13	2,84
Cianorte	5,71	47,59	97,75	72,53	32,66	5,31
Cidade Gaúcha	3,17	61,36	96,34	78,20	32,67	8,17
Cruzeiro do Oeste	1,53	64,89	96,97	75,20	32,22	8,21
Cruzeiro do Sul	6,46	64,35	100,00	79,65	25,96	4,57
Diamante do Norte	6,79	66,21	93,35	77,66	34,34	2,72
Douradina	11,89	50,59	96,08	75,60	39,72	6,01
Esperança Nova	5,69	38,37	95,96	85,82	30,65	5,03
Francisco Alves	1,10	71,51	95,28	85,06	38,39	4,47
Guairaçá	9,28	67,58	94,43	58,92	21,02	2,99
Guaporema	0,00	42,97	95,97	75,36	36,61	3,18
Icaraíma	4,37	53,67	95,38	71,21	27,04	3,63
Inajá	3,86	33,14	97,95	76,09	16,60	4,56
Indianópolis	12,97	73,27	95,62	77,02	43,40	4,33
Iporã	9,39	59,26	98,35	78,64	41,44	5,41
Itaúna do Sul	4,89	62,46	94,60	70,55	22,28	3,61
Ivaté	6,84	38,52	96,71	69,62	20,81	6,18
Japurá	11,25	48,98	99,54	66,41	25,85	4,58
Jardim Olinda	22,32	57,60	95,00	77,46	23,58	3,00
Jussara	9,56	87,88	99,09	67,06	23,84	4,33
Loanda	9,17	60,34	96,99	71,71	33,35	4,68
Maria Helena	0,99	55,15	95,77	83,29	34,28	5,15
Marilena	6,77	65,43	95,49	66,67	24,13	3,50
Mariluz	2,24	42,37	94,57	60,56	24,37	5,45
Mirador	4,76	41,62	94,90	77,09	42,35	8,40
Nova Aliança do Ivaí	25,29	94,87	97,31	77,78	20,00	7,19
Nova Londrina	16,00	75,35	94,70	67,57	30,33	5,55
Nova Olímpia	12,39	71,97	98,92	77,65	35,77	4,07
Paraíso do Norte	9,74	53,94	97,51	75,91	34,72	5,07
Paranacity	9,98	56,40	95,67	69,84	27,69	3,67
Paranapoema	3,47	63,13	99,48	85,11	33,20	5,62
Paranavaí	11,65	71,09	97,31	76,64	35,38	5,55
Perobal	0,00	61,02	96,83	85,09	41,83	6,88
Pérola	8,11	73,72	95,24	64,74	40,21	3,60
Planaltina do Paraná	15,15	73,91	97,68	63,68	30,42	3,64
Porto Rico	2,92	52,32	96,33	83,44	11,27	3,97
Querência do Norte	3,54	34,18	96,52	68,51	28,24	4,45
Rondon	2,26	54,86	96,31	64,09	19,86	4,22
Santa Cruz de Monte Castelo	8,17	58,42	97,16	77,52	27,55	3,26
Santa Isabel do Ivaí	6,73	45,34	96,59	79,72	29,45	5,35
Santa Mônica	26,21	65,46	90,58	62,50	14,49	5,99
Santo Antônio do Caiuá	2,19	72,99	100,00	68,94	22,18	5,91
São Carlos do Ivaí	15,80	54,86	95,03	61,76	22,22	3,26
São João do Caiuá	8,72	76,57	98,47	60,43	22,50	2,94
São Jorge do Patrocínio	4,47	61,18	97,92	72,81	30,60	3,82
São Manoel do Paraná	14,17	79,66	100,00	88,42	43,66	6,02
São Pedro do Paraná	20,41	62,25	99,02	75,71	31,54	3,64
São Tomé	6,91	63,03	97,26	81,63	31,11	6,40
Tamboara	1,90	43,35	96,92	68,44	11,80	1,95
Tapejara	3,88	42,11	96,05	65,94	25,14	5,21
Tapira	8,49	84,47	95,46	64,46	25,71	2,39
Terra Rica	11,03	56,45	96,42	71,90	28,01	4,29
Tuneiras do Oeste	3,99	49,72	95,34	60,55	19,66	3,66
Umuarama	11,94	57,38	96,63	77,21	39,98	6,98
Alto Paraíso (antigo Vila Alta)	4,58	50,00	88,82	75,21	27,25	7,48
Xambrê	8,53	54,06	97,75	75,27	24,43	3,09
PARANÁ	9,67	53,26	95,65	73,09	33,49	6,01

FONTES: IBGE - Censo Demográfico, INEP - Censo Escolar

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

